

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**Pós-Graduação em Políticas Públicas e**



**Formação Humana**

**Por CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRÊTA**

**EDUCAFRO E A SUA LUTA POR COTAS NO  
ENSINO SUPERIOR: UMA RESISTÊNCIA À  
POLÍTICA NEOLIBERAL.**

Rio de Janeiro.  
Agosto de 2008

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**Pós-Graduação em Políticas Públicas e**



**Formação Humana**

**Por CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRÊTA**

**EDUCAFRO E A SUA LUTA POR COTAS NO  
ENSINO SUPERIOR: UMA RESISTÊNCIA À  
POLÍTICA NEOLIBERAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre

Orientador Prof. Dr. Pablo Antonio Amadeo Gentili

Rio de Janeiro.  
Agosto de 2008

## **Sumário:**

<b>Resumo.....</b>	<b>página 4</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>página 6</b>
<b>Capítulo1 Neoliberalismo: gênese, doutrinas e conseqüências políticas.....</b>	<b>página 22</b>
<b>Capítulo 2 Neoliberalismo à brasileira, ONGs e os movimentos sociais.....</b>	<b>página 47</b>
<b>Capítulo 3 Educafro: vestibular, história e capital social.....</b>	<b>página 125</b>
<b>Capítulo 4 Sistema de Cotas: campo social, capital político, capital simbólico e resistência ao neoliberalismo.....</b>	<b>página 159</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>página 189</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>página 200</b>

## **Resumo:**

A dissertação em questão tem como objeto de investigação a Educafro (Educação comunitária) no Estado de São Paulo, ressaltando “a teoria dos cursinhos militantes” (NASCIMENTO, 1999) e os capitais social e cultural (BOURDIEU, 1980; *ibid*,1998). Analiso o fato que os cursos preparatórios para ingresso na educação superior, desenvolvidos pelos movimentos sociais e associações civis, constituem-se numa curiosa forma de mobilização da sociedade civil em luta pelo direito à educação em todos os níveis.

Em virtude de suas autonomias e em relação ao aparato burocrático-institucional do sistema educacional, os “cursinhos militantes” realizam uns sem-números de ações pedagógico-educacionais sob forte orientação político-ideológica das bases que os sustentam. Acredito que a intervenção social e política por cotas nas universidades públicas e particulares por parte da Educafro é uma resistência à implementação das políticas neoliberais, porque força o governo a intervir na educação.

Dessa forma, a dissertação foi dividida em quatro capítulos distintos em suas características, mas que se relacionam em tempo e espaço com o meu objeto. O capítulo 1 foi denominado “Neoliberalismo: gênese, doutrinas e conseqüências políticas”; o capítulo 2, “Neoliberalismo à brasileira, ONGs e os movimentos sociais”; o capítulo 3, “Educafro: vestibular, história, capital social e cultural”; e o capítulo 4, “Sistema de Cotas: campo social, capital político, capital simbólico e resistência ao neoliberalismo”.

Tal pesquisa tem como método as fontes documentais, entendidas como pontos de partida a uma investigação; levantamento bibliográfico (no próprio Instituto Liberal, em Botafogo); e estruturada a partir de uma historicização da história e luta da própria Educafro, mediante entrevistas a dois funcionários: um da Educafro RJ e o outro da Educafro de SP e a dez gestores do curso pré-vestibular comunitário.

**Palavras-chave:** educação comunitária, neoliberalismo e sistema de cotas.

**Abstract:**

This paper has as object of investigation the Educafro “(Community Education)” in the State of Sao Paulo, emphasizing “the militants courses theory” (NASCIMENTO, 1999) and the social and cultural capitals (BOURDIEU, 1980, *ibid*, 1998). I analyze the fact that the preparatory courses for admission to higher education, developed by social movements and civil associations, have a curious way of mobilizing civil society to require the right for education at all levels.

Because of their autonomy about the “bureaucratic-institutional” apparatus of the educational system, “the militants courses” make a few numbers of performing in shares-teaching-education under strong political-ideological orientation of the bases that support them. I believe that social and political intervention by quotas in publics and privates universities from the Educafro is a resistance to the implementation of neoliberal policies because it forces the government to intervene in education.

Thus, the paper was divided into four different chapters in their characteristics, but which are related in time and space with my object. Chapter 1 was called "Neoliberalism: genesis, doctrine and political consequences" in Chapter 2, "the Brazilian Neoliberalism, ONGs and social movements" in Chapter 3, "Educafro: university entrance examination, history, cultural and social capital" and Chapter 4, "Quota System: field social, political capital, symbolic capital and resistance to the Neoliberalism."

This search has as method the documentary sources, understood as points of departure for an investigation; bibliographic survey (at Liberal Institute, in Botafogo), and structured from a historicizing of history and struggle of Educafro, through interviews with two officials: the first one from Educafro of Rio de Janeiro; the second one from Educafro of Sao Paulo and ten managers from community preparatory courses.

**Keywords:** community education, neoliberalism and quota system

# Introdução

## Justificativa

Dois motivos induzem-me a pensar numa dissertação sobre *Educafro e a sua luta por cotas no ensino superior: uma resistência à política neoliberal*, no mestrado em políticas públicas: o primeiro refere-se à minha contribuição acadêmica; e o segundo, à minha curiosidade intelectual.

Tal pesquisa justifica-se pela contribuição que poderá trazer à área de educação, já que tenho a pretensão de abordar a intervenção social e política por cotas nas universidades públicas e particulares por parte da Educafro como resistência à implementação das políticas neoliberais. Neste sentido, o meu olhar enquanto investigador social apresenta similitudes em relação à linha de pesquisa *Conflito social e reformas educacionais na América Latina*, apesar de ser menos ambicioso. Esta similitude se deve, justamente, ao fato de que esta linha de pesquisa tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de um campo analítico que auxilia na compreensão e produção teórico-crítica acerca dos atuais processos de reforma educacional, analisando a intervenção social e política dos atores que resistem à implementação das políticas neoliberais em toda região da América Latina.

O segundo motivo que me leva a pensar em fazer o mestrado de políticas públicas, mais precisamente na linha de pesquisa “Conflito social e reformas educacionais na América Latina”, refere-se (a) em minha curiosidade intelectual, que de certa forma foi instigada pela leitura do livro *Educar na esperança em tempos de desencanto*, de autoria de Pablo Gentili (doutor em educação pela Universidade de Buenos Aires), e pelas conversas com o professor e Deputado Federal do PT Chico Alencar. Foi o próprio Chico Alencar que me entregou o livro e fez com que eu

começasse a pensar em consonância com o autor da obra, que educar é humanizar (99); que educar é fazer o outro ser crítico, e que há um desencanto por parte dos jovens devido ao fracasso do socialismo (15); que apesar desta realidade, a Educafro consegue reunir jovens em suas manifestações mesmo diante do desencanto político. Então, em tempos de desencanto, o que motiva os jovens a lutarem por cotas nas universidades públicas e particulares? O livro “Educar na esperança em tempos de desencanto” faz-me pensar nisto insistentemente, por levar em consideração a esperança.

### **Esboço da fundamentação teórica**

Delimito o meu objeto de estudo à Educafro do Estado de São Paulo, ressaltando a *teoria dos cursinhos militantes*<sup>1</sup> (NASCIMENTO, 1999) e o capital social e cultural da elite (BOURDIEU, 1998; *ibid*, 1980). O capital social é, para Bourdieu, *o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social*. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é, concomitantemente, estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente com maiores recursos econômicos a terem mais êxito na competição social. Bourdieu em “Os três estados do capital cultural” esclarece a noção de capital cultural e, explica, de maneira inteligível, os mecanismos perversos responsáveis pelas desigualdades no aproveitamento e no rendimento de estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais.

---

<sup>1</sup> É importante informar que não conceituo que há uma teoria de cursinhos militantes. Penso nos cursinhos militantes como um termo que melhor expressa o engajamento de alunos, professores e coordenadores unidos com o intuito de transformar a sociedade por meio da educação.

Bourdieu, com base em dados quantitativos, analisa a correlação entre variáveis pertinentes ao perfil da família e o sucesso educacional dos seus respectivos filhos, incluindo nesta análise, a formação cultural dos antepassados dos estudantes, o local de residência da família (centro ou periferia) e o tipo de instituição de ensino (privado ou público).

O autor também observa, por meio de dados estatísticos, o modelo demográfico das famílias e o sentido da trajetória social do chefe do grupo familiar objetivando relacionar o sucesso educacional dos alunos. Dessa forma, alguns investem mais na sua educação, garantindo rendimentos superiores; enquanto outros, por não possuírem capital social, econômico ou mesmo cultural, são marginalizados sem condições de estudarem, demonstrando, que há um caráter excludente no sistema educacional (BOURDIEU, 2001 b).

Nesse processo de exclusão, mas precisamente no caso brasileiro, encontramos o processo de seleção denominado vestibular.

Franco no seu artigo *O Vestibular e o Acesso à Universidade Pública: Um problema de seleção ou de autonomia?* aborda que no início da década de 60, os denominados vestibulares limitavam-se à análise de conhecimento de determinadas disciplinas conceituadas como relevantes para o ingresso no curso superior almejado pelo candidato. Entravam nas faculdades somente aqueles alunos que haviam frequentado os colégios de maior prestígio (FRANCO, 1991).

A partir disso, podemos dizer que a tradição dos exames vestibulares tornou-se o maior entrave enfrentado pelos alunos de origem popular devido a dois motivos: o primeiro, pela própria essência do vestibular, que é excludente; o segundo, refere-se ao que a pesquisadora Guimarães (1984) denominou de *indústria do vestibular* em seu livro “Como se faz à indústria do vestibular”. Neste último, pode-se observar o motivo pelo qual

se proliferaram os cursos de pré-vestibulares, para lucrarem em cima da carência de um ensino de qualidade, já que a ditadura militar investiu pesado num ensino profissionalizante para atender ao mercado industrial, sem possibilitar aos jovens um apoio nas áreas de humanas e lingüísticas, até porque havia um interesse da ditadura de massificar, alienar para governar. Essa alienação providenciada pela ditadura pode ser entendida como a semente que será regada pelo neoliberalismo, porque uma sociedade alienada é mais fácil de ser enganada e manipulada.

Três coisas deram origem ao neoliberalismo: a primeira, refere-se aos conceitos elaborados pelos liberais tidos como clássicos; a segunda, refere-se à existência da Escola Austríaca de Economia, mais precisamente com as obras de Mises; e a terceira, a ascensão dos regimes fascistas e comunistas por serem o pano de fundo histórico do qual Hayek constituirá suas concepções e criará a Sociedade *Mont Pelerin*.

Essa política neoliberal terá conseqüências profundas no Brasil a ponto de Antunes (2004) abordar que Fernando Collor constituiu um neoliberalismo aventureiro, por isso, recebeu impeachment; Fernando Henrique Cardoso, um neoliberalismo efetivo com privatizações escandalosas. A partir das análises de Antunes (2004) penso o governo Lula contituindo um neoliberalismo moderado mesclado com empresários, líderes sindicais, líderes de movimentos sociais, mas que não avança no social porque se atrelou ao neoliberalismo e não avança no neoliberalismo porque tenta promover uma política de assistência social.

Legitimam-se, assim, as propostas neoliberais de dismantelar o setor público, de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado. Os processos educativos passam a ser de iniciativa empresarial, atendendo a interesses particulares e localizados (GENTILI e SILVA, 1994).

Pelo fato de muitas pessoas serem incapazes de pagar as mensalidades em instituições de terceiro grau privadas tornando-se, por isso, pretendentes e/ou reprovados de exames vestibulares de instituições públicas, começam a recorrer a muitos desses cursinhos pré-vestibulares comerciais na expectativa de resgatarem um saber negado, ou sonogado, ao longo do processo de escolarização. Por não terem qualquer outra opção ao término do ensino médio, os cursinhos comerciais fundamentados pela lógica da indústria dos vestibulares tornaram-se, para essas pessoas, a única forma de preparação para exames de ingresso ao terceiro grau, sobretudo para determinados cursos de graduação, mas a falta de recursos econômicos impossibilitou tal ideal para muitos. É nesse contexto de indústria dos vestibulares, políticas neoliberais, cursinhos comerciais, exclusão social, cultural e econômica que surge o Educafro.

Nascimento critica as instituições universitárias pela despreocupação e a conseqüente *acomodação* de setores do meio acadêmico diante dessa situação que tem levado a uma aceitação explícita (pela falta de ousadia em mudanças) e implícita (pela aceitação acrítica de ideologias meritocráticas excludentes), do binômio cursinho-vestibular comercial como uma única forma de ingresso na educação superior (NASCIMENTO, 2003).

Paulo Nosella é enfático ao afirmar que: *a universidade, ao delegar aos cursinhos comerciais a preparação imediata dos jovens que ingressam nas faculdades, simplesmente pratica um crime de lesa-educação contra a juventude.* (NOSELLA, 2002:171-172). Surge a Educafro como um *cursinho militante* (NASCIMENTO, 1999). A expressão *cursinho militante* é usada como síntese de um conjunto de termos que tentam denominar os cursos preparatórios pós-médios, sem fins lucrativos e criados no bojo da sociedade civil, a saber, cursinhos: sociais, populares, comunitários, alternativos, solidários etc. Assim,

encontramos na palavra *militante* uma expressão que ressalta, com clareza e contundência, o envolvimento direto e indireto de ativistas de movimentos sociais e associações civis na proposta político-educacional dos cursinhos.

Os cursos preparatórios para ingresso na educação superior desenvolvidos pelos movimentos sociais e associações civis constituem-se numa curiosa forma de mobilização da sociedade civil em luta pelo direito à educação em todos os níveis. Em virtude de suas autonomias em relação ao aparato burocrático-institucional do sistema educacional, os cursinhos militantes realizam uns sem-números de ações pedagógico-educacionais sob forte orientação político-ideológica das bases que os sustentam. Essas ações ultrapassaram os aspectos técnico-pedagógicos presentes em programas e currículos convencionais. Assim, a pedagogia e o conteúdo político-ideológico dos cursinhos ainda são desconhecidos, no entanto, permitem inferir, dadas as forças sociais envolvidas no planejamento e execução (sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONGs, organizações estudantis, entre outras), que se criam as condições para uma consistente oposição às políticas excludentes vigentes no sistema educacional institucionalizado, possibilitando o ingresso dos carentes às universidades de grande porte. Os processos seletivos nas instituições superiores, queiram ou não, reforçam uma educação em que a preocupação maior é pelo acúmulo de dados e informações de caráter enciclopédico ou, tão-somente, de macetes para solução de *pegadinhas*, elaboradas para induzir candidatos incautos ao erro, favorecendo os que têm melhores condições de pagar as mensalidades de um pré-vestibular particular<sup>2</sup>.

Dessa forma, tenho a pretensão de expor, em minha dissertação de mestrado, que a Educafro, em suas ações por cotas, é um dos atores de resistência à implementação das políticas neoliberais no Brasil, porque ensina os jovens a organizarem-se para uma ação

---

<sup>2</sup> Pré-vestibular particular também pode ser denominado de pré-vestibular comercial.

coletiva que garanta a democratização do espaço público. Apesar da Educafro não propor o fim do capitalismo e nem enfrentar a mais-valia, ela, ainda assim, é uma resistência às políticas neoliberais, porque obriga o Estado a criar leis que possam beneficiar os mais pobres, os carentes, os negros, os indígenas, as pessoas com deficiências, ou seja, o Estado é obrigado a ser participante direto dos problemas sociais. Isso não quer dizer que dar bolsas de estudo seja sinônimo de participação efetiva de problemas sociais, mas é uma das ações importantes para minimizar tais problemas e promover uma ação contrária as ações que tentam promover um Estado mínimo contrário a democracia.

### **OBJETIVO:**

Analisar a intervenção social e política por cotas nas universidades públicas e particulares por parte da Educafro como uma resistência à implementação das políticas neoliberais.

### **Objetivos específicos:**

1. Entender o neoliberalismo mediante suas fundamentações teóricas e historicidade;
2. Diferenciar movimento social de Ong com intuito de contextualizar o meu objeto;
3. Enfatizar as lutas sociais da Educafro em sua conflitividade;
4. Ressaltar o termo “cursinhos militantes”;
5. Analisar o sistema de vestibular;
6. Entender a história da Educafro;
7. Entender o capital social e cultural constituído pelo movimento social;
8. Compreender a relação de sistema de cotas e capital simbólico.

## **METODOLOGIA**

A minha dissertação se fundamentou em dois métodos, a saber, o materialismo-dialético e as fontes documentais e diferentes técnicas de pesquisas. Em todas as minhas pesquisas sejam entrevistas abertas, semi-estruturadas ou estruturadas me pautei na experiência e nas sugestões de Bourdieu no seu livro *Miséria do Mundo*. Bourdieu aborda que a escolha do método não deve ser rígida, mas sim rigorosa, isto é, o pesquisador não necessita seguir um método único com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor.

Como o estudo em minha investigação social será analisado historicamente e, enquanto tal pode ser observado em sua materialidade, mediante o método materialismo-dialético. Por se tratar de objetos de pesquisa produzidos numa sociedade com desigualdade social, as concepções, teorias e métodos de que usarei para compreender o meu objeto não são, e nem serão neutros.

Utilizo documentos tidos como históricos, ou seja, tal pesquisa tem como método as fontes documentais, entendidas como pontos de partida a uma investigação, tais como, Diário Oficial da União, Atas da CPI da Assembléia Legislativa de São Paulo, Emendas Constitucionais e a própria Constituição Brasileira de 1988.

As minhas pesquisas podem ser divididas em levantamento bibliográfico, observação em campo, entrevistas abertas, entrevistas semi-estruturadas e entrevistas estruturadas.

O primeiro passo que tomei para a elaboração de minha dissertação de mestrado foi o de fazer um levantamento bibliográfico sobre cada assunto que seria abordado, tais como: o liberalismo, neoliberalismo, a história política de cada presidente brasileiro

neoliberal após a ditadura militar, ONGs, movimentos sociais, história do vestibular, Educafro, ação afirmativa, sistema de cotas e os tipos de capitais fundamentados por Bourdieu.

De posse desse levantamento bibliográfico procurei grupos de estudos<sup>3</sup> referentes a cada assunto em questão. O meu objetivo era o de compreender as leituras mantendo um contato com a realidade, por isso, participei, sem compromisso, das discussões teóricas sobre os principais autores do liberalismo e do neoliberalismo no Instituto Liberal<sup>4</sup>.

O levantamento bibliográfico no Instituto Liberal e minha participação em suas discussões representaram uma tentativa responsável de obter informações das quais não seriam abordadas numa obra dita socialista. Foi bom, porque pude utilizar diferentes olhares para o mesmo objeto.

A história política de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique eu já conhecia, porque tinha feito Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Cândido Mendes em 2005, mas mesmo de posse desse conhecimento procurei fazer parte de um grupo de estudo. Consegui encontrar um grupo de estudo na UFF de comunicação social que estudava a ética dos jornalistas baseando-se em Bourdieu. Dei a proposta de estudarmos a ética do jornalismo na realidade brasileira, dessa forma, deparamo-nos com os

---

<sup>3</sup> Participar de grupos de estudo me possibilitou a superação de minhas limitações, porque consegui compreender economia política, direito, comunicação social e administração de empresa disciplinas que eu não tinha conhecimento teórico consistente. Participar de tais grupos foi importante, porque aprendi a expor melhor o meu pensamento crítico sobre a realidade.

<sup>4</sup> O Instituto Liberal (IL) é uma instituição sem fins lucrativos e não tem - nem pode ter, de acordo com seu estatuto, - qualquer vínculo político-partidário. O Instituto Liberal (IL) é uma instituição voltada para a pesquisa, produção e divulgação de idéias, teorias e conceitos que revelam as vantagens de uma sociedade organizada com base em uma ordem liberal. De acordo com o IL o cidadão é a parte mais importante da sociedade, não o governo.

acordos escusos de presidentes brasileiros com a mídia mediante uma aliança de corrupção entre mídia e presidentes.

No caso das ONGs e movimentos sociais eu não fiz parte de nenhum grupo de estudos, porque não consegui encontrar, mas participei de reuniões promovidas pela FASE<sup>5</sup>. Aproveitei o fato de ter feito estágio na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e pedi ao coordenador da Fase-Rio para participar das reuniões com os movimentos sociais e ONGs. Foi muito bom ter participado dessas reuniões, porque os funcionários da FASE-Rio me proporcionaram informações relevantes de pesquisas, fontes, dados estatísticos, porque eles possuem um acervo muito completo sobre política, ONG, movimentos sociais, ou seja, sobre a história do Brasil de 61 a Lula.

Não encontrei nenhum grupo de estudo que discutisse a história do vestibular, mas o levantamento bibliográfico foi suficiente para a construção teórica de minha dissertação.

No assunto que se refere ao meu objeto de análise fiz uma observação em campo, entrevistei dois líderes da Educafro por meio da técnica de entrevista aberta, cinco coordenadores de núcleos por meio da técnica de entrevista semi-estruturada e cinquenta alunos de núcleo por meio da técnica de entrevistas estruturadas (questionários).

---

<sup>5</sup> A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo. Formou oposições sindicais e movimentos comunitários de base de resistência à ditadura. Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. A FASE formou centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas. Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades.

Para isso, fiz duas visitas<sup>6</sup> a Educafro de São Paulo para conhecer o meu objeto e, com isso, ter um contato mais direto com a realidade. De acordo com Eva Lakatos em *Técnicas de Pesquisa*, a observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996:79).

É comum as pessoas confundirem “observação em campo” com “observação participante”. A observação em campo é denominada observação assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais; enquanto a observação participante se distingue na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles. (COSTA, 1987).

Bourdieu no seu livro *Miséria do Mundo* diz que para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Eu fui funcionário da Educafro do Rio de Janeiro, dessa forma, obtive confiança por parte da Educafro de SP. Foi fácil conseguir dois líderes para fazer uma entrevista aberta. Bourdieu diz que quando existe certa familiaridade ou proximidade

---

<sup>6</sup> É importante informar que chamo de duas visitas o fato de ter feito duas viagens. Fiquei hospedado na casa de uma amiga durante os dias 20 a 30 de julho de 2007 (11 dias) e na casa de um dos líderes da Educafro em 11 a 30 de janeiro de 2008 (20 dias), perfazendo um total de 31 dias na Educafro de São Paulo.

social entre pesquisador e pesquisado as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar. Eu pude constatar que isso é verdade em minhas pesquisas.

Boudieu em *Miséria do mundo* aconselha ao pesquisador a falar a mesma língua do pesquisado para que ambos possam se entender. Se isso não acontecer provavelmente não haverá comunicação entre pesquisado e pesquisador, porque tal pesquisado poderá se sentir constrangido a continuar a entrevista, por isso, Bourdieu alerta para possível violência simbólica que o pesquisador pode fazer de maneira inconsciente contra ao seu entrevistado. Cabe ao pesquisador fazer de tudo para evitar a violência simbólica que é exercida através de quem faz a pesquisa.

Fiz entrevistas abertas apenas para os líderes com o intuito de obter dados importantes e detalhados pelo fato de saberem melhor a trajetória da Educafro em sua origem. Escolhi líderes de grande relevância para Educafro, um da Educafro de São Paulo; o outro da Educafro do Rio de Janeiro, porque, dessa forma, poderia ter uma visão mais ampla do meu objeto de análise. Como entrevistador introduzi o assunto a ser discutido e dei ao entrevistado liberdade para discorrer sobre tais assuntos. A minha idéia era explorar de forma mais ampla a movimentação, o comportamento, conhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso do entrevistado. As perguntas foram respondidas dentro de uma conversa informal. A minha interferência foi mínima. Assumi uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, interrompi a fala do informante. Bourdieu diz que é importante durante a entrevista o pesquisador enviar sinais de entendimento e de estímulo, com gestos, acenos de cabeça, olhares e também sinais verbais como de agradecimento, de incentivo. Pude constatar que isso facilita em muito a relação do entrevistado com o entrevistador. Isso, porque é importante que o pesquisado note que o pesquisador está atento escutando a sua narrativa e

enquanto pesquisador deve procurar intervir o mínimo possível para não quebrar a seqüência de pensamento do entrevistado (BOURDIEU, 1999).

Foi muito interessante, pois percebi que estava lidando com sentimentos, afetos pessoais, fragilidades das pessoas pesquisadas, mas tive o cuidado de propor aos entrevistados bem-estar para que eles pudessem falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas e quando isso ocorre surgem discursos extraordinários.

Bourdieu, em *Miséria do Mundo*, cita que os pesquisados mais carentes geralmente aproveitam essa situação para se fazer ouvir, levar para os outros sua experiência e muitas vezes é até uma ocasião para eles se explicarem, isto é, construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo. Por vezes esses discursos são densos, intensos e dolorosos e dão certo alívio ao pesquisado. Alívio por falar e ao mesmo tempo refletir sobre um assunto que talvez os reprimam. Neste caso, pode-se até dizer que seja uma auto-análise provocada e acompanhada.

Nas minhas entrevistas abertas eu optei por não usar gravador, porque a presença do gravador, como instrumento de pesquisa, poderia causar inibição, constrangimento, aos entrevistados, porque tais entrevistados poderiam ficar com medo em deixar algo registrado e comprometedor. Pensei que meus entrevistados pudessem assumir um papel que não é o seu, assumir um personagem que nada tem a ver com ele, ou seja, ele pode incorporar o personagem que ele acha que o pesquisador quer ouvir. Sendo assim, consciente ou inconscientemente o pesquisado estaria tentando me enganar, dessa maneira, procurei seguir as sugestões de Bourdieu, em *Miséria do Mundo*, e, por isso, fiz uma leitura nas entrelinhas do que meus entrevistados abordavam para conhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso de cada entrevistado.

Fiz entrevistas semi-estruturadas com cinco coordenadores de núcleos, porque tal entrevista combina perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Eu como pesquisador elaborei e segui um conjunto de questões previamente definidas, mas eu o fiz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. De acordo com Bourdieu em *Miséria do Mundo* o entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Fiz uma pesquisa semi-estruturada, porque desejava delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados, bem como queria comparar as algumas informações dadas dos líderes da Educafro com a dos coordenadores de núcleo, ou seja, as perguntas fechadas eram de caráter comparativo, enquanto as perguntas abertas eram para conhecer as estruturas invisíveis do discurso do entrevistado.

Fiz entrevistas estruturadas a cinquenta alunos de núcleos (escolhi dez alunos de cinco núcleos diferentes para fazer essa pesquisa), infelizmente, não pude fazer mais do que isso, porque não havia recursos para ir e voltar toda hora de São Paulo. Por ter poucos recursos fiz a entrevista estruturada, que são elaboradas mediante questionário, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas (LAKATOS, 1996). Utilizei o questionário, porque o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados. Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando *viéses*

potenciais do entrevistador, dessa forma, foi fácil fazer uma análise comparativa de líderes, coordenadores e alunos.

No assunto que se refere Ação afirmativa e Sistema de Cotas, consegui fazer parte de um grupo de estudo liderado pelo Procurador da República Wilson Prudente, tal procurador é ligado ao movimento negro. Prudente fez uma análise jurídica das Ações afirmativas e o Sistema de Cotas mediante uma árdua leitura da Constituição Federal o que me possibilitou um grande entendimento jurídico do direito constitucional brasileiro.

Quanto aos capitais abordados por Bourdieu, aprendi-os em minha graduação e nos meus estudos com alguns professores de Comunicação Social da UFF que estudavam a ética e jornalismo baseando-se em Pierre Bourdieu.

# **Capítulo 1**

## **Neoliberalismo: gêneses, doutrinas e conseqüências políticas.**

A meu ver, três coisas originaram o neoliberalismo: a primeira, refere-se aos conceitos elaborados pelos liberais tidos como clássicos; a segunda, refere-se à existência da Escola Austríaca de Economia, mais precisamente com as obras de Mises; e a terceira, a ascensão dos regimes fascistas e comunistas por serem o pano de fundo histórico do qual Hayek constituirá suas concepções e criará a Sociedade *Mont Pelerin*.

Para uma descrição histórica do neoliberalismo como fenômeno recente faz-se necessário partir de John Locke, por ser o precursor do ideal liberal, bem como do próprio liberalismo clássico, que traz os seus fundamentos. O liberalismo clássico, assim como outras correntes do pensamento, possui representantes que se destacam como os fomentadores do ideário liberal, disseminando os seus princípios e idéias fundamentais. Dentre os liberais clássicos destacarei duas figuras que representam momentos distintos e sintetizam uma era liberal. São estes: Adam Smith e Stuart Mill.

A história do liberalismo como ideologia consistente, ou seja, em que a liberdade não é algo de acessório, mas a base fundamental dos direitos políticos e mais tarde do próprio Estado, começa a tomar forma como resposta ao absolutismo político no Reino Unido. O corte definitivo foi a concepção de que os indivíduos livres poderiam formar a base da estabilidade política em vez de terem licença de agir, desde que não colocassem em causa a estabilidade política. Esta concepção é geralmente atribuída a John Locke (1632-1704), cuja obra *Dois tratados de governo* estabeleceu duas idéias liberais fundamentais: liberdade econômica, ou seja, o direito de possuir e usufruir a propriedade, que com essa concepção acabou por influenciar Adam Smith (LOCKE, 1998); e a liberdade intelectual associada à liberdade de consciência, idéia esta apresentada na obra *Da tolerância* (1689). Locke foi o precursor do liberalismo constitucional, que concebe o Estado submetido a um contrato. Ele

também dividiu, na teoria, os poderes em dois: Legislativo e Executivo. Para Locke esses poderes são necessários para garantir a validade da lei e a ausência de tirania.

John Locke desenvolve as idéias de lei natural\direitos naturais, as quais ele define como vida, liberdade e propriedade. A sua *Teoria do Direito Natural* é o antepassado distante da moderna concepção de “Direitos Humanos”. No entanto, para John Locke, a propriedade era mais importante do que os direitos de participação no governo e no processo público de decisão. Ele não defendia a democracia porque receava que ao se dar o poder ao povo se provocaria a erosão da santidade da propriedade privada. (LOCKE, 1978c)

A idéia de *direitos naturais* desempenhou um papel-chave na sustentação ideológica na Revolução Americana e na fase inicial da Revolução Francesa. (STRATHERN, 1996). Locke enfrentou a concepção do absolutismo monárquico nos seus dois principais enfoques: o primeiro, fundamentava-se no direito divino de governar, tendo as noções de soberania de Bodin como um dos principais alicerces de época, que constituíram as bases da ciência política e do direito público durante o antigo regime; e o segundo, como contrato social entre os homens, por Thomas Hobbes, que dizia que o homem era o lobo do homem.

Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por ele estabelecidos como seus representantes para governarem os outros homens é necessário lembrar-se de sua qualidade a fim de respeitá-los e reverenciá-los a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de quem ele é a imagem da terra. (BODIN, Jean. "A República". Citado por Chevalier Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias. Rio de Janeiro, livraria Agir Editora, 1966, p.58).

Locke discorda de qualquer conceito absolutista, por isso fundamentou a sua concepção na lei natural. A lei natural na concepção lockiana provém de Deus: esta lei de

natureza pode ser descrita como um decreto da vontade divina, discernível pela luz da natureza e indicativa do que é e do que não é conforme a natureza racional e, por esta razão, mandatória ou proibitiva. Esta lei, portanto, não é escrita, mas inata, isto é, natural. Para Locke, se o governante age com tirania, ele deixa de respeitar aqueles a quem governa, a criação divina. Se ele não respeita a propriedade, a liberdade, o direito de ser feliz, a razão de seus súditos, que é comum a todos homens, tornando-nos iguais diante de Deus, tais governantes devem ser destituídos, porque destroem a criação de Deus. Para Locke não há um direito divino de governar, porque somos iguais, mas, sim um contrato entre os homens, um contrato entre os iguais. Neste caso, o governante tem, portanto, obrigações a Deus; consigo mesmo e com os semelhantes, igual a qualquer outro cidadão (LOCKE, 1978c).

No plano político Locke estava em defesa da liberdade, do parlamento e da religião protestante que, como opositor dos Stuart, encontrava-se refugiado na Holanda, retornando à Inglaterra após o triunfo da Revolução Gloriosa. Em 1689-90 publica suas principais obras: *Cartas sobre a tolerância*, *Ensaio sobre o entendimento humano* e o *Dois tratados sobre o governo civil*. O *Segundo Tratado* é uma justificação da “Revolução Gloriosa”, onde Locke fundamenta a legitimidade da deposição de Jaime II por Guilherme de Orange e pelo Parlamento com base na doutrina do direito de resistência. Segundo o autor, seu ensaio estava destinado a confirmar a entronização de nosso “Grande Restaurador”, o atual Rei Guilherme; a justificar seu título em razão do consentimento do povo, pelo que, sendo o único dos governos legais, ele o possui de modo mais completo e claro do que qualquer outro príncipe da cristandade (STRATHERN, 1996: 56).

O ponto de partida filosófico de Locke é o mesmo de Hobbes, isto é, o estado de natureza seguido de um contrato entre os homens, que criou a sociedade e o governo civil. Entretanto, Locke chega a conclusões opostas às de Hobbes, porque se o homem é o lobo

do homem, como Thomas Hobbes dizia, que garantia a sociedade livre terá de seu governante de não ser lobo daqueles a quem governa? Porque se não há juiz comum entre o súdito e o governante, com poderes ilimitados, não há sociedade política (LOCKE, 1978b). Para Locke é melhor que as pessoas vivam no estado de natureza, em que os homens não são obrigados a submeterem-se às vontades injustas de outrem. No estado de natureza, quem julga erradamente, no seu ou no caso de qualquer outro, é responsável perante o resto da humanidade, embora os homens tendam a julgar mal, quanto tratam da causa própria. Assim, a possibilidade de correção seria maior no estado de natureza do que quando um homem dispõe de poder para comandar uma multidão, pois Locke sustenta a idéia de que, mesmo no estado de natureza, o homem é dotado de razão (LOCKE, 1978 a).

Dessa forma, cada indivíduo pode conservar sua liberdade pessoal e gozar do fruto de seu trabalho. Entretanto, nesse estado natural faltam leis estabelecidas e aprovadas por todos e um poder capaz de fazer cumprir essas leis. Os indivíduos, então, consentem em abrir mão de uma parte de seus direitos individuais, concedendo ao Estado a faculdade de julgar, punir e fazer a defesa externa. No entanto, se a autoridade pública, a quem foi confiada a tarefa de proteger a todos, abusar de seu poder, o povo tem o direito de romper o contrato e recuperar a sua soberania original. Assim, Locke defendia o direito do povo em se sublevar contra o governo e justificava a derrubada e a substituição de um soberano legítimo por outro (STRATHERN, 1996).

Embora Adam Smith seja considerado como o mais famoso dos pensadores liberais, ele foi influenciado também por Locke na concepção de liberdade econômica, ou seja, o direito de possuir e usufruir a propriedade. Apesar de ser mais conhecido por fundamentar o liberalismo político, Locke também deixou as bases teóricas para um liberalismo econômico.

Em seu livro *A Riqueza das Nações*, em 1776, o escocês Adam Smith (1723-1790) expôs a teoria de que os indivíduos poderiam estruturar a sua vida econômica e moral sem restringirem-se às intenções do Estado e, pelo contrário, de que as nações seriam tanto mais fortes e prósperas quanto mais permitissem que os indivíduos pudessem viver de acordo com a sua própria iniciativa. Defendeu o fim das regulamentações mercantis e feudais, dos grandes monopólios estatais ou similares e é encarado como o defensor do princípio do *laissez-faire* – o governo não deveria tomar posição no funcionamento livre do mercado. Adam Smith desenvolveu uma teoria de motivação pela qual tentou conciliar o interesse egoísta individual com a desordem social, sobretudo na “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759). O seu famoso trabalho, *A Riqueza das Nações* (1776), tentou explicar como o mercado com certas precondições naturalmente se auto-regularia por intermédio da agregação das decisões individuais e produziria muito mais eficientemente do que os pesados mercados regulados que eram a norma no seu tempo. As suas premissas eram a de que o papel do governo não deveria ter uma intervenção em áreas onde o lucro não poderia ser a motivação, e prevenir os indivíduos de usarem da força ou fraude para alterarem a livre competição, comércio e produção. Defendia que os governos deveriam apenas intervir fiscalmente em áreas onde as mesmas não tivessem impacto nos custos econômicos, seguindo a teoria de que era a circulação monetária que era a produção de riquezas e não o total de ouro que representava a "riqueza" de uma nação (CERQUEIRA, 2000).

O segundo autor a quem pretendo abordar como um liberal clássico é bem peculiar, já que Stuart Mill procurou combinar o utilitarismo (que absorveu de Jeremy Bentham) com o socialismo, em que ressaltou o valor do altruísmo (tão a gosto de Saint-Simon), como forma de superação do egoísmo. No seu livro “Utilitarianism” (capítulo II), Stuart Mill enfatizava, no princípio da utilidade, a busca da felicidade. Felicidade entendida

como prazer e ausência de dor; seja pelo prazer inerente a elas, seja como meio de promoção do prazer e prevenção da dor. Essa combinação de socialismo utópico de Saint-Simon com utilitarismo de Bentham fez de Mill um autor singular, porque o mesmo era visto por alguns autores como um liberal clássico e por outros como um pré-socialista.

Ele era considerado liberal clássico, porque elaborou um ensaio que é tido como o ABC do liberalismo, intitulado *Sobre liberdade*. Neste ensaio Mill entrelaça vários ramos do pensamento liberal: *liberdade política, autonomia negativa, auto-desenvolvimento, liberdade como intitlamento, liberdade de opinião, liberdade como auto-governo, liberdade como privacidade e independência*. Mill expressa ainda a necessidade de antepor limites ao poder, mesmo quando este poder é da maioria, louva a fecundidade do conflito e elogia a diversidade, condenando o conformismo (MILL, 1991).

No entanto, Mill era visto como pré-socialista, porque defendeu o voto feminino, a educação paga pelo Estado para todos, e outras propostas radicais para sua época, com base na visão utilitarista de que tais medidas eram essenciais à felicidade e ao bem estar de todos, assim como também a liberdade de expressão e a não interferência do governo quando o comportamento individual não afetasse as outras pessoas (BUCHHOLZ, 2000).

Seu ensaio *Utilitarismo*, publicado no “Fraser's Magazine” (1861), apresentou uma ética tanto para o comportamento do indivíduo comum quanto para a legislação social (BUCHHOLZ, 2000).

John Stuart Mill (MILL, 1995: 19) afirma, em “Considerações sobre o governo representativo”, que *o mais importante mérito que pode possuir uma forma de governo é o de promover a virtude e a inteligência do próprio povo*. Inclusive, para ele, um dos critérios primordiais de avaliação de um governo é a medida em que ele tende a aumentar ou diminuir *a soma de boas qualidades dos governados, coletiva e individualmente*.

Em relação à democracia Mill (MILL, 1995: 148) afirma que ela é o regime político que melhor possibilita a *educação pública dos cidadãos*. Ao permitir a mais ampla participação da cidadania, não apenas em processos eleitorais, mas também em alguns espaços da estrutura pública, como, por exemplo, os júris populares, a administração local etc., a democracia faculta aos cidadãos uma espécie de pedagogia política, fazendo-os desenvolver a amplitude dos seus raciocínios e pensar um pouco mais no “bem comum”. Referindo-se, especificamente, à participação da classe trabalhadora em tal regime, Mill observa que é:

(...) através da discussão política, que o trabalhador-manual, cujo emprego é uma rotina e cuja maneira de viver não o põe em contato com nenhuma variedade de impressões, circunstâncias ou idéias, aprende que causas remotas e acontecimentos em lugares distantes exercem uma influência imediata e sensível sobre seus interesses pessoais e reais; e é através da discussão política, e da ação política coletiva, que um homem, cujos interesses são limitados por suas ocupações diárias a um círculo estreito, aprende a simpatizar com seus concidadãos e se torna um membro consciente da grande comunidade (MILL, 1995: 88-89).

É evidente, no entanto, que a educação pública da cidadania permitida pelo regime democrático, de acordo com o autor, não se restringe à classe trabalhadora, sendo ela usada de forma genérica, de modo que alcança todos os setores da sociedade (MILL, 1981: 38).

O modelo de democracia desenvolvimentista criado por Mill, segundo Macpherson (MACPHERSON, 1978: 53) configura-se a partir do temor da manifestação de dois problemas que o autor qualifica como básicos para a não-ocorrência de um “bom governo”: primeiro, que os indivíduos atentem *apenas para aqueles de seus interesses que são egoístas*; e segundo, que lhes falte inteligência. O governo democrático, pensado como “bom governo”, levaria à superação de tais problemas. Os homens que, em sua maioria, levam uma rotina centrada na busca da satisfação de suas necessidades diárias – o que, de

certo modo tolhe o desenvolvimento da sua capacidade de raciocínio e os torna muito auto-centrados –, através da participação democrática, teriam, por um lado, possibilitado uma abertura para a realização de raciocínios mais amplos, aprimorando a sua capacidade intelectual; e, por outro, a oportunidade de refletir pelo ângulo de quem ocupa funções públicas, aprimorando sua capacidade de ação orientada pelo interesse coletivo. (MILL, 1995: 19).

O Estado para Mill não deve apenas proteger um indivíduo do outro, mas também todos os indivíduos em seu conjunto enquanto grupo de um outro Estado. Mill para assegurar tal conjunto introduz um princípio de *Justiça distributiva*, pois, na verdade, já não basta mais a justiça comutativa, realizado um bem (ou mal) igual e contrário com base no critério da igualdade aritmética (FENDT, 2005).

Para Bellamy (1994), o liberalismo de Locke, Adam Smith e Stuart Mill é um liberalismo ético, porque combinava uma tese filosófica com uma tese social. De acordo com Bellamy (1994) a essência filosófica do liberalismo ético provinha da prioridade que lhe conferia a uma liberdade individual crescente, apesar das divergências entre os teóricos liberais sobre a exata interpretação da liberdade. Segundo Bellamy (1994), o problema do liberalismo ético está no critério normativo e prático de como decidir entre diferentes conjuntos de liberdade conflitantes, para atingir a maior liberdade possível dentro de um equilíbrio. Por exemplo, a liberdade de informação conflita com a liberdade de privacidade. Deste modo, fica difícil avaliar qual a maior liberdade ou a mais importante porque o conflito entre as liberdades problematiza-se no cotidiano e não no campo abstrato (BELLAMY, 1994). Diz Bellamy:

Tradicionalmente, os liberais evitaram este problema confiando tacitamente na tese social. Presumiram o desenvolvimento da sociedade em uma direção que conduziria à harmonização dos planos de vida individuais. Esta visão, em sua origem fundamentada em bases teológicas, como em Locke e talvez em Smith, pouco a pouco se tornou uma teoria secularizada do progresso, relativa à evolução da sociedade e à natureza do desenvolvimento humano. A transformação gradual da sociedade inglesa pela Revolução Industrial foi exibida como o exemplo deste processo progressivo de mudança social, econômica e política. Os liberais éticos idealizaram as relações de mercado entre os pequenos empresários (BELLAMY, 1994: 12).

Bellamy (1994) aborda que esse pensamento dos liberais éticos fundamentava-se numa concepção meritocrática mediante a existência de cidadãos autoconfiantes e responsáveis, que livremente entravam em acordo uns com os outros para proveito mútuo. Desse modo, a liberdade, a razão, a moralidade e o progresso são identificados, e a tese social dá suporte a uma tese filosófica naturalista implicitamente ética, relacionada à compatibilidade de diferentes formas de auto-realização (BELLAMY, 1994).

Entretanto, a partir de 1870, as teses sociais do liberalismo ético pareciam cada vez mais inviáveis, porque as relações de mercado ficaram intensamente competitivas possibilitando uma grande concentração de capital, distanciando os novos empresários das teses sociais fundamentadas pelos liberais éticos, porque não havia antes tal concentração de capital e tamanha competitividade do mercado (BELLAMY, 1994):

O ethos liberal primitivo sofria, cada vez mais a pressão da evolução posterior daquelas mesmas forças sociais que o haviam criado. A visão tradicional é que este desenvolvimento deu origem a uma reorientação do liberalismo inglês na segunda metade do século XIX (BELLAMY, 1994: 31 – 32).

De acordo com Bellamy (1994), essa possível transformação do liberalismo inglês no final do século XIX foi atribuída a uma série de prováveis deslocamentos

epistemológicos, conceituais e também políticos: do utilitarismo ao idealismo, do individualismo ao coletivismo, ou seja, a teoria da ética liberal do mercado idealizada pelos clássicos é antitética ao tipo de individualismo possessivo atual (BELLAMY, 1994), porque na descrição lockiana, por exemplo, os indivíduos aparecem ou ligados a um grupo, ou à humanidade ou a Deus, mas nunca soltos num vazio moral. O sujeito lockiano está sempre subordinado a uma ordem estabelecida numa idéia de comunidade, ou sociedade, que transcende a atomização do ser humano (LOCKE, 1998).

Desse modo, constata Bellamy (1994), que tais fatores significaram, no cotidiano e na realidade social, a economia de mercado idealizada pelos clássicos, dos quais ele denomina de liberais éticos, dando origem, não a uma sociedade cooperativa de indivíduos, mas uma série de grupos com interesses conflitantes baseados num individualismo possessivo, interessado no capital a qualquer preço. Isso foi possível devido aos avanços da Revolução Industrial a uma segunda fase que possibilitou maior concentração de capital, bem como numa política internacional engajada em obter um mercado consumidor satisfatório (BELLAMY, 1994).

Nesse novo contexto, o conceito de liberdade e de propriedade defendido pelos clássicos passa a não ter o mesmo valor metafísico, porque a sociedade ética apontada pelos clássicos não existe, proporcionando novos sentidos para estes conceitos, que serão fundamentados pelos neoliberais. Se coube aos liberais clássicos falarem de propriedade e liberdade, num sentido metafísico, que visa o bem comum, coube aos neoliberais darem um novo sentido a estes conceitos para atenderem à nova realidade configurada num individualismo possessivo.

A segunda coisa que originou o neoliberalismo refere-se à existência da Escola Austríaca de Economia, com as obras de Mises. Segundo a IL NOTÍCIAS, do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, é no final do século XIX que nasce a Escola Austríaca de Economia com a obra do economista Carl Menger, quando contribuiu decisivamente para a teoria do valor. Entretanto, ela só foi tomar efetiva forma de escola do pensamento econômico com os trabalhos de Ludwig Von Mises, até hoje considerado o grande gênio da Escola Austríaca pelos neoliberais. Seu primeiro trabalho publicado foi sua tese de doutoramento em 1912, quando dissertou sobre a moeda e, posteriormente, viria a escrever um tratado sobre a impossibilidade econômica do socialismo, onde apresentou uma refutação que os liberais conceituam cabal às idéias do planejamento econômico centralizado, numa época, aliás, em que o socialismo estava sendo implantado em vários países do mundo e com todo o apoio de grandes intelectuais da época, circunstância que fez Mises tornar-se marginalizado nos meios acadêmicos.

Mises abordava a impossibilidade do socialismo e até foi perseguido pelo regime nazista quando morava em Viena, na Áustria, porque suas idéias eram contrárias ao pensamento nazista devido à sua ênfase na liberdade (GROS, 2003).

Em sua obra "Socialismo" (1922), Mises apontava que a fé no socialismo baseia-se em duas idéias falsas: a primeira, a de que o capitalismo, fundado na propriedade privada dos meios de produção, é caótico, anti-científico e ineficiente, portanto gerador de escassez e pobreza; a segunda, a de que o socialismo resolverá essa ineficiência, gerando abundância e fartura pela aplicação do "socialismo científico", mediante a planificação econômica e a distribuição eqüitativa da produção (MISES, 1989).

Para ele há uma regularidade claramente observável na seqüência e interdependência dos fenômenos de mercado. Portanto, o que ocorre na economia livre sob condições normais não é caótico. Mises aborda em sua obra “Socialismo” que todo planejamento, quer pessoal, empresarial, ou governamental, baseia-se em cálculos; todo o cálculo econômico baseia-se em preços; todos os preços baseiam-se em mercado; todo o mercado baseia-se na propriedade privada. Onde não há propriedade não há nem mercado, nem preços, nem cálculo econômico, nem ordem econômica. O planejamento central dependeria de preços; não tendo o socialismo um método natural de gerar preços (a propriedade privada e o mercado foram abolidos), não poderia realizar sua promessa. Ou seja, o socialismo é impossível, pois sua promessa maior, a de uma economia planificada, com abundância e fartura - de fato, o fim da fome milenar que tem assolado a humanidade -- é impossível, pois o socialismo destrói a própria chave do cálculo econômico - ou seja, os preços de mercado – subvertendo, assim, a sua própria identidade como sistema. De acordo com Mises, o socialismo é um sistema econômico primitivo e ineficiente. E é também, necessariamente, um sistema de consumo imediato, que não investe no futuro (MISES, 1989).

De acordo com a IL NOTÍCIAS, a recém criada União Soviética de Lênin tinha como saldo da revolução 7 milhões de mortos, a maioria de fome, dada a colossal descoordenação econômica provocada pela extinção de uma economia "capitalista" primitiva. Diante deste quadro, Lênin criou e implementou o Novo Plano Econômico (NPE). Esse NPE, anunciado em 1921, parece ter estado em cogitação desde 1919 e permitia a volta da propriedade parcial de certos meios de produção, investimentos estrangeiros e outras liberalizações. A produção de

alimentos e produtos básicos, até mesmo daqueles de luxo, reanimaram um pouco a economia. Para os intelectuais do Instituto Liberal, se Lênin não tivesse pensado na NEP a ex-URSS estaria completamente arruinada porque é impossível pensar em economia sem pensar em propriedade privada (GROS, 2003).

O denominado “debate sobre o cálculo socialista” realizado por meio de artigos originais, réplicas e tréplicas, tinha a presença de Hayek e Von Mises, de um lado, e Oskar Lange - que defendia o socialismo, de outro. Lange demonstrou que o cálculo socialista era possível numa sociedade não regida pelo mercado, utilizando, em sua argumentação, a própria teoria neoclássica como ferramenta. Para Paulani esse fato fez Hayek rever seu olhar sobre a teoria neoclássica. (PAULANI, 2006).

A existência da Escola Austríaca de Economia foi para os neoliberais um legado muito importante, especialmente com as obras de Mises porque serviram de instrumento para se analisar e compreender os fenômenos de ordem econômica. Serviram também de base de críticas ao socialismo, já que Mises foi o professor de Hayek. A IL NOTÍCIAS do Conselho Nacional dos Institutos Liberais retrata Mises como um dos homens mais brilhantes do mundo, sendo que suas idéias tornaram-se a principal base de fundamentação dos primeiros neoliberais.

A última coisa que originou o neoliberalismo foi a ascensão dos regimes fascistas e comunistas. A crise do Petróleo e o prêmio de economia, que Hayek e Friedman receberam, não foram causalidades para a existência desse novo liberalismo, mas serviram como cenário muito aproveitado pelos neoliberais para fortalecer ainda mais o neoliberalismo.

Diz Bellamy (1994):

A ascensão dos regimes fascista e comunista, nas décadas de 1920 e 1930, parecia confirmar as tristes previsões de Weber com respeito a morte dos valores liberais no mundo moderno (...). O período após a Segunda Guerra Mundial viu uma renovação da defesa das idéias e dos métodos liberais, e das instituições e práticas políticas e econômicas mantidas para incorporá-los – especialmente os sistemas sociais e constitucionais da Inglaterra e dos Estados Unidos. Embora a Guerra Fria tornasse grande parte destes escritos francamente anti-socialistas e dogmáticos (...), o pensamento liberal continuava a se estender por um espectro ideológico bastante amplo – desde os libertários neoconservadores da Nova Direita até os membros da Nova Esquerda (BELLAMY, 1994: 383).

A partir da década de 1930, o pensamento neoliberal desenvolveu-se como um movimento ideológico internacional. Em 1944, Hayek escreveu o livro “O caminho da servidão”. A obra é uma crítica ao socialismo e a todas as formas de planejamento econômico, podendo ser considerada como emblemática para o pensamento liberal. O livro é considerado como o manifesto neoliberal do movimento, liderado por Hayek, entre outros, e pela Sociedade Mont Pelerin, criada em 1947, na Suíça, pelo próprio Hayek e três anos após seu manifesto neoliberal. O objetivo era reunir intelectuais e políticos liberais do mundo todo. Entre os célebres participantes estavam não só adversários firmes do *Estado do Bem-estar Europeu*, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises (do qual Hayek era discípulo), Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polnyi e Salvador de Madariaga, entre outros. Neste contexto, foi fundada a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franc-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o *Estado do Bem-estar Europeu* reinante e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, livre de regras para o futuro (GROS, 2003).

O movimento ideológico desenvolveu-se através da formação de redes de intelectuais, acadêmicos, políticos, institutos de pesquisa, *think tanks*, publicações e discussão nos meios de comunicação, em especial nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, bem como pelo apoio de fundações e empresas dispostas a financiar todas essas instituições. A existência dessas redes foi fundamental para a consolidação do neoliberalismo como alternativa política, para a vitória de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, no final dos anos de 1970, e para a internacionalização do movimento, nos anos de 1980. O elo brasileiro dessa rede é representado pelos Institutos Liberais (GROS, 2003).

Essa sociedade neoliberal era formada por duas vertentes: a primeira, de ativistas para combater as políticas *do Estado de Bem-estar social* da Grã Bretanha; e a segunda, combatia a política de New Deal, do Presidente F.D.Roosevelt dos Estado Unidos da América, por ser intervencionista e pró-sindicatos (GROS, 2003).

Para melhor entender o neoliberalismo faz-se necessário compreender pelo menos três autores: Hayek, precursor do neoliberalismo, que recebeu o prêmio Nobel em economia, em 1974; Friedman, porque conseguiu influenciar diversos políticos nas décadas de 70 e 80, e recebeu o prêmio Nobel em Economia, em 1976 - fazendo parte, no início dos anos 80, do Comitê de Política Econômica de Ronald Reagan, além de ter sido o consultor da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher; e Nozick, por ter defendido o Estado mínimo.

De modo sucinto, o livro de Hayek “O caminho da servidão” pode ser considerado como um ataque veemente a quaisquer dispositivos estatais que implicassem limites ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado. De uma certa forma, esta obra foi uma continuação do livro *Socialismo* de Mises. Para Hayek, tais dispositivos significavam uma terrível ameaça, não só às liberdades econômicas dos indivíduos, como também às suas

próprias liberdades políticas. Os alvos declarados de Hayek, naquele momento, eram: a social-democracia europeia, particularmente o trabalhismo inglês; e, de forma igualmente imediata, porém não tão expressa assim, o pensamento econômico keynesiano, então em firme ascensão. Desta forma, a obra *O caminho da servidão* de Hayek era a base para as duas vertentes neoliberais. (HAYEK, 1977).

Ainda de acordo com sua visão, tais movimentos políticos e teóricos, apesar de suas boas intenções iniciais, conduziriam as sociedades ocidentais ao mesmo destino proporcionado pelo comunismo, pelo nazismo e pelo fascismo, ou seja, a mais completa servidão humana. (HAYEK, 1977).

O fato de Hayek ter escolhido a social-democracia europeia e o keynesianismo como seus principais inimigos não deve obscurecer o caráter essencialmente anti-socialista, mesmo em sua formulação original, porque para Hayek socialismo e nazismo eram tidos como a mesma coisa. Para ele nazismo e socialismo eram as condições de servidão humana. Ele configura ambos como o grande mal da humanidade. Ele escolheu a social-democracia como adversário direto, talvez, como uma estratégia para alcançar a conversão dos sociais-democratas contra a social-democracia e, com isso, aumentar os adeptos do neoliberalismo, porque Hayek via boa vontade na social-democracia, mas a mesma levaria a sociedade à mais completa servidão. A reação desencadeada por ele deixava transparecer a posição defensiva ocupada pelos ideais liberais mais radicais naquele contexto, conceituado pelos neoliberais de supremacia intervencionista. Tal reação era, pois, uma tentativa óbvia de conquistar a hegemonia neoliberal no eixo central do capitalismo (HAYEK, 1977).

Para Friedrich Von Hayek, os programas de “Bem-estar social” levariam o país ao fracasso, por isso, afirmou que o crescente controle do Estado levaria

fatalmente à completa perda da liberdade, abordando que os trabalhistas conduziram a Grã-Bretanha pelo mesmo caminho dirigista que os nazistas haviam imposto à Alemanha. Isso serviu de argumento à campanha de Churchill, pelo Partido Conservador, que chegou a ponto de se referir que os trabalhistas eram iguais aos nazistas. Esse discurso de Churchill o fez alcançar o poder (GROS, 2003).

As políticas de “Bem-estar social” inglesas tiveram início em 1942, com a publicação do Relatório Beveridge, e baseavam-se no tripé da Lei da Educação, a lei do Seguro Nacional e a Lei do Serviço Nacional de Saúde (associadas aos nomes de Butler, Beveridge e Bevan). A defesa desse programa tornou-se a bandeira do Partido Trabalhista inglês que venceu as eleições de 1945 colocando em prática os princípios do Estado de Bem-estar social. A primeira vertente baseou-se na obra *O Caminho da Servidão*, de Hayek, para ser contrário a esse Programa de Bem-estar social Europeu (GROS, 2003).

Cândido Prunes, vice-presidente do Instituto Liberal, em seu artigo *Hayek: A História de um Nobel de Economia* aborda que Hayek recebeu o prêmio Nobel, em 9 de outubro de 1974, de uma forma inusitada, porque ele ganhou esse prêmio devido ao medo dos membros da Academia de sofrerem críticas, por conceder um prêmio conceituado como o Nobel para Myrdal, um economista que era visto por todos como de esquerda.

O nome de Myrdal era mais do que natural, devido à sua projeção no meio intelectual de seu país. Como ele era um candidato considerado muito “à esquerda”, a Academia, temendo críticas, foi procurar no mundo universitário quem de prestígio se situava mais “à direita” no espectro político.

Hayek, então professor na pacata Salzburg, era o candidato perfeito para contrabalançar Myrdal (PRUNES, 2005).

Dessa forma, o prêmio de Economia foi dividido entre Myrdal, que era tido como de esquerda, e Hayek, pai do neoliberalismo. É fato que, com esse prêmio, o poder para influenciar novos adeptos ao neoliberalismo tornou-se mais contundente.

A segunda vertente do neoliberalismo surgiu nos Estados Unidos e concentrou-se na chamada Escola de Chicago, do professor Milton Friedman, que também se baseou no manifesto neoliberal *O caminho da servidão*. Essa vertente combatia a política de New Deal do Presidente F.D.Roosevelt e criticava as teses de Keynes, justamente, por ter sido a base teórica da política de Roosevelt, naquilo que se refere ao Estado de Bem-Estar Social americano, por ser intervencionista e pró-sindicatos. Friedman era contra qualquer regulamentação que inibisse as empresas e condenava até o salário-mínimo, na medida em que alterava artificialmente o valor da mão-de-obra pouco qualificada. Também se opunha a qualquer piso salarial fixado pelas categorias sindicais, pois segundo Friedman terminavam por adulterar os custos produtivos, gerando alta de preços e inflação. Friedman defendeu enfaticamente as liberdades individuais, criticou a intervenção estatal e elogiou as virtudes reguladoras do mercado, porque a intervenção do Estado é considerada, pelo menos para os liberais, uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, podendo inibir a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo estagnar os meios que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio (GROS, 2003).

O último autor neoliberal que analisarei será Nozick, que começa afirmando em sua obra "Anarquia, Estado e Utopia" que os indivíduos têm direitos e que há coisas que nenhuma pessoa ou grupo pode fazer-lhes sem violar esses direitos (NOZICK, 1991). Para Nozick, "valioso" é algo que consegue conciliar a diversidade na totalidade, sem que, no

entanto, cada um dos elementos seja descaracterizado. Desse jeito, cada ser humano pode ser considerado como um ente "sagrado", cuja importância consiste não em cada um dos elementos que o compõem, mas sim na harmonização dos mesmos, que é única (NOZICK, 1991).

Bellamy constata o fato de que Nozick caiu em uma armadilha conceitual, porque ele é um filósofo que almeja apresentar uma tese neutra, mas aborda uma possibilidade de se ter e fazer julgamentos ditos equilibrados entre liberdades incompatíveis, ou seja, ele cai no mesmo problema do liberalismo ético. E neste caso, de forma mais precisa, no liberalismo de Mill, já que uma das grandes problemáticas do liberalismo ético estava no critério normativo e prático de como decidir entre diferentes conjuntos de liberdade conflitantes, para atingir a maior liberdade possível dentro de um equilíbrio. Por exemplo, a liberdade de informação conflita com a liberdade de privacidade. Deste modo, fica difícil avaliar qual a maior liberdade ou a mais importante, porque o conflito entre as liberdades se problematiza no cotidiano e não no campo abstrato. Dessa forma, para Bellamy, a tentativa de Nozick de contornar esta dificuldade, enxertando todos os direitos em um único direito primordial, não funcionou (BELLAMY, 1998). O homem, enquanto ser valioso, pode dar sentido à sua vida, contribuindo e originando valor, "merecendo" assim ser respeitado. Seus direitos, pois, não devem ser violados. Agora, quais seriam esses direitos? Nozick evita dar uma resposta taxativa a esta interrogação e ensaia um caminho que, ao final, se revelará problemático. Para ele, os direitos de outrem determinam as restrições de nossas ações. Isto é, o valor do outro se impõe como uma restrição não ao meu valor (que não é comparável, por ser incomensurável), mas à minha liberdade de atuar (NOZICK, 1991).

A tese mais importante de Nozick é a de que:

(...) um Estado mínimo limitado às estreitas funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude, garantia dos cumprimentos de contratos, etc., justifica-se (...) qualquer Estado mais extenso violaria o direito das pessoas de não ser obrigadas a fazer certas coisas e, portanto, não se justifica (...) O Estado mínimo é inspirador, assim como correto (NOZICK, 1991: 7).

Nozick retrata a possível resolução dos problemas sem necessidade de originar um governo; oferecendo-nos o que ele chamou de “mão invisível” (NOZICK, 1991: 121). Do ponto de vista desse olhar, seria factual que no interior do Estado de Natureza surgissem associações não-estatais de ajuda recíproca e que, em algum momento, uma delas se encontrasse em uma situação dominante, por meio das leis do mercado. A esta situação o autor dá o nome de Estado Ultra-mínimo. É bom que fique claro que apesar de Nozick estar usando o conceito “mão invisível” de Adam Smith, o contexto histórico desses autores é extremamente diferente, porque em Smith o capitalismo está iniciando, havia uma série de pequenos proprietários e o mesmo se fundamentou numa concepção ética pela qual as pessoas se ajudam. Neste sentido, não há necessidade de um indivíduo crescer assumindo os negócios de outro, enquanto que no contexto de Nozick há cartéis, oligopólios, trustes etc. Fica implícito, em Nozick, que os monopólios irão ditar as regras e cabe apenas ao Estado ficar em sua condição mínima, ou seja, os pequenos proprietários também perdem com as idéias de Nozick. Em sua obra não há qualquer espécie de assistência aos que perderem seus respectivos negócios.

Dessa maneira, de acordo com Nozick, a transição do Estado ultra-mínimo para o Estado mínimo ocorre "moralmente" e "sem violar os direitos de ninguém", pois o monopólio da força surge por um processo de *mão invisível*, de mercado, e *através de meios moralmente permitidos* (NOZICK, 1991: 62;117-118).

Em Nozick, encontramos a idéia de que *todo Estado que ultrapasse as fronteiras do Estado mínimo é imoral* ou, em termos práticos, a afirmação de que *redistribuir a riqueza é um ato imoral* (NOZICK, 1991: 153). O Estado não pode ou não deveria jamais utilizar os impostos públicos para diminuir as desigualdades sociais, porque isso é imoral, justamente, porque ultrapassa a fronteira do Estado mínimo; caberia à própria sociedade civil se organizar por escolha própria para diminuir tais desigualdades.

Borón, em sua obra *El búho de Minerva: Mercados contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*, diz a seguinte afirmação ao retratar sobre a obra “Anarquia, Estado e utopia”:

É muito provável que Robert Nozick, falecido em 23 de janeiro último (a poucos dias da morte de Pierre Bourdieu, o grande representante do campo ideológico oposto, que acabou eclipsando seu nome nos obituários na imprensa) seja lembrado somente como o autor de um único e lamentável livro: Anarquia, Estado e Utopia. "Lamentável", sim: ou acaso se poderia ser usado um adjetivo menos contundente para qualificar um texto que advoga contra a distribuição da riqueza em um mundo onde anualmente milhões de crianças e adultos morrem ou padecem enfermidades por causas que se poderiam evitar, em grande parte, por meio de mínimas medidas redistributivas? (BORÓN, 2000: 170-173)

Para isso, Nozick aborda sua "teoria de titularidades" ou de "pertencimentos", isto é, sua noção da teoria da propriedade consta de três pontos: o de aquisição, o de transferência e o de compensação.

Nozick aborda o fato de que quando nos apropriamos de alguma coisa que não era possuída por alguém e se compensarmos a outros de maneira razoável pelas perdas que isto lhes ocasionará, estamos atuando legitimamente, e cumprimos com o "princípio de aquisição" (NOZICK, 1991: 179-182). Para Nozick, a “posse” significava título de propriedade. Então, uma pessoa que reside num lugar, sem ter um título de propriedade,

pode ser desapropriada, porque não a possui legalmente. Cabe ao interessado pagar o antigo morador de forma razoável, mas ele não define o que é esse *razoável* no dia-a-dia. Nozick diz que uma vez em posse do bem, isto é, de posse do título mesmo que haja pessoas morando há anos, o indivíduo que o possui tem o "direito" de fazer com esse bem o que melhor lhe convier: vendê-lo, usá-lo ou destruí-lo. Se tal indivíduo decidir transferir seu bem, e não incorrer na violação dos direitos de outros semelhantes, estará de acordo com o ponto da abordagem referente à teoria das titularidades, que expressa que toda transação que se produza sem coerção é justa (NOZICK, 1991: 54).

Nozick introduziu um terceiro ponto, o de compensação, que consiste na obrigação de ressarcir aqueles cujos direitos não foram contemplados na apropriação original ou nas sucessivas transferências (NOZICK, 1991: 180). Desde esta perspectiva, deveríamos "rastrear" as titularidades originais para devolver as coisas a seus legítimos donos (NOZICK, 1991: 226-227).

Devido à longa era de prosperidade - quase 40 anos de crescimento - que impulsionou o mundo ocidental depois da segunda guerra e graças às diversas adoções das políticas keynesianas e sociais-democratas, os neoliberais recolheram-se para a sombra. Entretanto, a partir da crise do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária que surpreendeu os Estados de Bem-estar social e o fato do próprio Hayek ter recebido o prêmio Nobel de Economia, em 1974, e Friedman, em 1976, o neoliberalismo gradativamente voltou à cena. Denunciou a inflação como resultado do estado demagógico perdulário, chantageado ininterruptamente pelos sindicatos e pelas associações. Responsabilizaram os impostos elevados e os tributos excessivos, juntamente com a regulamentação das atividades econômicas, como os culpados pela queda da produção. O mal ocorreu devido a essa aliança espúria entre o Estado de Bem-estar social e os

sindicatos. A reforma que apregoavam devia passar pela substituição do Estado de Bem-estar social e pela repressão aos sindicatos. O Estado deveria ser desmontado e gradativamente desativado, com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, enquanto os sindicatos seriam esvaziados por uma retomada da política de desemprego, contraposta à política keynesiana do pleno emprego. Enfraquecendo a classe trabalhadora e diminuindo ou neutralizando a força dos sindicatos, haveria novas perspectivas de investimento, atraindo novamente os capitalistas de volta ao mercado (GROS, 2003).

O ponto fundamental está no fato de que o Estado, no capitalismo, não institui, não concede a propriedade privada a ninguém. Dessa forma, não tem poder nem direito para interferir nela. Tem, de acordo com os liberais, a função de arbitrar – e não de regular – conflitos que possam surgir na sociedade civil, onde proprietários e trabalhadores estabelecem relações de classe, realizam contratos, disputam interesses etc. Estas concepções foram discutidas entre os neoliberais, porque foram abordadas em colocações fundamentais de Adam Smith em “A riqueza das nações”, voltadas para a crítica ao mercantilismo e às corporações.

Dessa maneira, as teorias políticas liberais concebem as funções do Estado, fundamentalmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade.

Os neoliberais liderados por Hayek observaram o movimento e as transformações da história do capitalismo, retomaram as teses clássicas do liberalismo, mas as resumiram na conhecida expressão *menos Estado e mais mercado*, mas sem se basearem na ética dos liberais clássicos. Friedman, por exemplo, em *Capitalismo e liberdade*, enfatiza o capitalismo competitivo e estruturado através de empresas privadas, em regime de livre

mercado como um sistema que exercita a liberdade econômica. Para Friedman, o Estado tem o papel de promotor de condições positivas à competitividade individual e aos acordos privados. O Estado não pode intervir nas esferas da vida em sociedade: (...) *só há dois meios de coordenar as atividades de milhões. Um é a direção central, utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica de mercado.* (FRIEDMAN, p. 87). Ou seja, o livre mercado é apontado por Friedman como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade.

Macpherson aborda que no pensamento neoliberal radical o Estado é um monstro que se opõe aos indivíduos. Estes são entes utilitários que visam o máximo de satisfação de suas necessidades ou desejos através do mínimo de esforço. De acordo com essa concepção, este comportamento racional permite alcançar o máximo desenvolvimento de cada indivíduo, mesmo que a maioria viva em condições deploráveis, pois esta não é mais do que a soma dos indivíduos (MACPHERSON, 1978 e 1979).

Bellamy aborda que os liberais clássicos foram éticos. Particularmente, concordo com tal afirmação, mas não posso deixar de abordar o fato de que sendo ético ou não a concepção liberal, a partir dos seus privilégios de classes, detém os meios de produção e mantém-se no poder mediante a mais-valia.

## **Capítulo 2**

### **Neoliberalismo à brasileira, ONGs e os movimentos sociais**

## Neoliberalismo à brasileira: mídia e corrupção.

O neoliberalismo no Brasil tem que ser entendido em relação aos interesses da mídia, um dos representantes do bloco hegemônico de poder, justamente, porque a mídia investiu na imagem dos presidentes que poderiam dar início ou consolidar a política neoliberal; e uma característica da política interna brasileira, a corrupção<sup>7</sup>. Para tornar-me mais claro, falarei sobre os governos de Fernando Affonso Collor de Mello, Itamar Augusto Cautiero Franco, Fernando Henrique Cardoso e um pouco do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. O objetivo dessa análise é contextualizar o meu objeto de pesquisa com a realidade nacional.

Segundo Paulani, no seu artigo *O Projeto Neoliberal no Brasil*, o neoliberalismo *começou a se afirmar e a fincar raízes nas eleições presidenciais de 1989*. O Brasil estava vivendo um momento inflacionário delicado que parecia insolúvel, mas que havia esperanças por parte da população com as conquistas expressas na Constituição Brasileira de 1988. Paulani, nesse mesmo artigo, aborda que o Brasil ficou dividido entre o discurso “liberal social” de Collor e o discurso popular e democrático de Lula, representante do Partido dos Trabalhadores (PAULANI, 2006: 88).

Fernando Collor, com o seu discurso de austeridade nos gastos públicos, de transparência à população e pregando a “caça aos marajás” ganhou as eleições de 1989 e como diz Paulani: *“dita, para o próximo período, a agenda de transformações que pouco concretizaria”* devido ao impeachment (PAULANI, 2006: 88).

---

<sup>7</sup> A corrupção na minha dissertação é entendida como: *“um conjunto variável de práticas que implica trocas entre quem detém poder decisório na política e na administração e quem detém poder econômico, visando à obtenção de vantagens ilícitas, ilegais ou ilegítimas para os indivíduos ou grupos envolvidos”* (SCHILLING, 1999: 25).

No entanto, Collor não venceu uma eleição apenas pelo discurso. Ele teve influências dos meios de comunicação. Mário Sérgio Conti, em sua obra “Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor” informa que o ex-presidente Collor, durante sua campanha, teve apoio direto de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo. Conti ressalva algumas afirmações de Roberto Marinho, em entrevista à Folha de São Paulo, na época da campanha, tais como: “Vou influir o máximo a favor dele” e “Eu soube que há emissoras de TV que não te apoiam. Quero que você me diga quem são, porque vou conversar com eles”. Roberto Marinho comprometeu-se com a candidatura de Collor porque em sua opinião era quem tinha mais condições de derrotar Lula e Brizola (CONTI, 1999:275).

Nesse mesmo período, a Rede Globo de Televisão produziu uma novela intitulada “O Salvador da Pátria”, cuja trama girava em torno da trajetória de Sassá Mutema, personagem interpretado pelo ator Lima Duarte. Sassá era analfabeto, um bóia-fria que teve o seu nome envolvido num duplo assassinato e foi convencido a concorrer a prefeito, justamente por ser inocente. Com grande apoio e clamor popular, elege-se prefeito de Tangará, cidade marcada pelo caos e pela corrupção, que servia como rota do narcotráfico. Naquele cenário, ele, mesmo sem a devida experiência, tornou-se o salvador da pátria.

Lauro César Muniz, diretor da novela, afirmou que teve de mudar a história de O Salvador da Pátria, porque *houve uma interferência direta de Brasília na cúpula da Rede Globo*. Segundo Muniz <sup>8</sup>, foi considerada *por algumas “pessoas” do governo* uma apologia à candidatura do petista Luis Inácio Lula da Silva à Presidência.

---

<sup>8</sup> A declaração foi dada pelo próprio Muniz na Escola de Comunicações e Artes da USP, durante a comemoração do aniversário de dez anos e da reinauguração do Núcleo de Pesquisa de Telenovela, em maio de 2002.

Em 1989, já não havia mais a censura formal, mas houve uma interferência direta de Brasília na cúpula da Globo. Era o primeiro ano de eleições diretas, Lula contra Collor, e acharam que o Sassá Mutema fazia apologia à esquerda. Assim, acabou vindo uma pressão na emissora para que a trama fosse mudada. Cheguei a ouvir, nos bastidores, 'o autor dessa novela vai eleger o presidente do Brasil'. Tive de abandonar o aspecto político da história e focalizar apenas o policial, declarou Lauro César Muniz. (Folha de São Paulo, maio/2002)

Apesar de Muniz ter abordado que a novela favorecia o Lula é importante lembrar que isso só ocorreu no primeiro turno para eliminar Brizola, porque no segundo turno das eleições a personagem Sassá Mutema fora apresentada confusa como prefeito, e outros personagens justificavam esta situação pelo fato do prefeito ser analfabeto. A novela representou uma clara opção da Rede Globo de fazer Lula e Brizola perderem as eleições, porque Roberto Marinho não suportava a idéia de um Brasil socialista. Para Marinho, Lula e Brizola não poderiam jamais chegar ao poder.

Conti destaca também no seu livro que o último debate das eleições de 1989 entre Lula e Collor, no segundo turno, aconteceu na Rede Globo e o Jornal Nacional exibiu uma edição que favorecia extremamente a Collor. O vice-presidente da Rede Globo, José Bonifácio Sobrinho, o “Boni”, declarou ao Jornal do Brasil sobre a repercussão do debate: *A edição [do JN] a meu ver foi infeliz porque acentuou a superioridade do vencedor, mas só poderia ser considerada antiética se tivesse invertido as posições* (CONTI, 1999, p. 276).

Em um depoimento ao livro “Jornal Nacional: a notícia faz a história” (2004: 215-220), o editor de texto do telejornal, Octavio Tostes, à época da campanha presidencial de 1989, declarou sobre a edição do debate político *Collor versus Lula*, que recebeu ordens do então diretor da área de telejornais de rede, Alberico Souza Cruz e do editor de política, na

---

ocasião, Ronald de Carvalho, para que fizessem uma edição do debate mostrando o pior de Lula e o melhor de Collor.

O pensador Pierre Bourdieu em seu livro *Sobre a televisão* nos ensina que um dos erros mais habituais da imprensa é revelar um fato isoladamente, ou apenas dar parte de suas relações mais importantes, deixando assim a impressão de que só "mais aquele dado" já é o suficiente para o público entender e analisar o caso. É uma fraude com aparência de algo honesto. Podemos entender isso como “denunciar sem esclarecer nada”.

Tavares publicou o livro *Fernando Collor: O discurso Messiânico. O clamor ao sagrado* (1998), com objetivo de analisar os efeitos dos discursos de Collor diante do público. Tavares conclui que a prática discursiva de Collor reafirmou princípios do messianismo, elementos mítico-religiosos. Esse messianismo também lembrava o discurso de Sassá Mutema, personagem da novela *Salvador da Pátria*. Tavares ressalta a citação do jornalista Roberto Seti, no Jornal do Brasil, em 30 de outubro de 1989, para definir a campanha de Collor como um: “Videoclipe político”, pois apenas em um dia havia realizado cinco comícios, três carreatas no Oeste Baiano, percorrido 156 quilômetros de estradas, caminhado nove quilômetros e voado mais de 1.500 quilômetros. Seus gestos, também eram marcantes, como as duas mãos fazendo o “V” de vitória, e um sorriso estampado no rosto.

De acordo com Paulani, no seu artigo *O Projeto Neoliberal no Brasil*, o governo de Collor definiu o discurso neoliberal num país recém-democratizado, com um ativo movimento social e que comemorava a Constituição elaborada em 1988.

O governo Collor teve o intuito claro de adotar medidas neoliberais porque objetivava a menor participação do Estado na economia. Com o Plano de Estabilização Econômica ou Plano Brasil Novo, conhecido como Plano Collor, o governo extinguiu 24

empresas estatais, elevou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), aumentou a taxaço sobre os lucros do setor agrícola, reintroduziu o cruzeiro como moeda nacional, em substituição ao cruzado novo; congelou preços e salários. Além disso, determinou a flutuação do câmbio segundo as tendências do mercado e promoveu a abertura econômica para o exterior, com a redução progressiva das alíquotas de importação.

Figueira aponta o fato de que o governo Collor começou a perder seu prestígio junto à população quando bloqueou por 18 meses os saldos em conta corrente e cadernetas de poupança que excedessem 50 mil cruzeiros. Essa medida coordenada por Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia, foi denominada de “confisco da poupança” e de “congelamento das contas bancárias”; juntamente a isso, inúmeros escândalos políticos começaram a aparecer. O presidente foi acusado de corrupção pelo Jornal Folha de São Paulo e de ter firmado contratos da administração pública, sem licitação, com agências de publicidade que haviam trabalhado em sua campanha. Collor foi acusado também de agir em favor da VASP, companhia aérea recém-privatizada pelo governo de São Paulo, beneficiando a empresa com o financiamento de dívidas junto ao Banco do Brasil, em condições acessíveis apenas a empresas estatais, e favorecendo também a compra de combustível na Petrobrás. Duas superintendências da Legião Brasileira da Assistência (LBA), presididas pela primeira-dama, Rosane Collor, foram acusadas de fazer compras superfaturadas de cestas básicas. Collor usava uma política assistencialista para desviar verbas mediante as compras superfaturadas. Além disso, surgiram denúncias de fraudes na Previdência Social (FIGUEIRA, 2007).

Antônio Fausto Neto, em sua obra “O Impeachment da Televisão: Como se cassa um presidente” retrata o fato de que, em 1992, Fernando Collor foi acusado de corrupção pelo irmão, Pedro Collor de Melo. A denúncia baseava-se em irregularidades financeiras do

governo e Pedro foi, constantemente, abordado pelos meios de comunicação e pelo povo brasileiro.

O irmão do presidente, que dirigia a “Gazeta de Alagoas”, levantou suspeitas acerca da origem dos recursos com que P.C. Farias adquiriu o “Jornal Tribuna de Alagoas”, que lhe fazia concorrência. Em fevereiro de 1992, Pedro Collor, em entrevista à revista “Veja”, fez denúncias de corrupção contra o governo de seu irmão e acusou P.C. de utilizar-se da amizade com o presidente para enriquecer. Em outras edições da revista, Pedro fazia novas denúncias com documentos que demonstravam que P.C. tinha irregularmente, pelo menos, sete empresas no exterior e ainda apontaria operações ilegais que envolviam o presidente. Diante de tais denúncias, a Polícia Federal (PF) instaurou um inquérito sobre as atividades de P.C. Farias e a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). A secretária do presidente, Ana Acióli, foi acusada de pagar com recursos de P.C. as despesas da Casa da Dinda, residência de Collor em Brasília (NETO, 1995).

A TV Globo, através de sua teledramaturgia, retratou o movimento estudantil na minissérie “Anos Rebeldes”, de Gilberto Braga, que estreou em 14 de julho e terminou em 14 de agosto de 1992. A emissora mostrou manifestações contra a ditadura militar, não apenas como pano de fundo, para ilustrar a história - ambientada no Rio de Janeiro, entre 1964 e 1979 – mas, para mobilizar a população a ir às ruas contra o Presidente Collor. Um dos personagens centrais da trama era o estudante João Alfredo (interpretado por Cássio Gabus Mendes), preocupado com as questões sociais e políticas do país. Ele se engaja de tal forma no movimento contra a repressão, que acaba envolvido na luta armada e é obrigado a sair do Brasil, retornando ao país só depois de decretada a Lei da Anistia.

*Anos Rebeldes* utilizou-se de imagens de época junto com cenas de ficção gravadas em preto-e-branco para retratar o período histórico. Exibida num momento marcante da história do Brasil, a minissérie conseguiu manipular pessoas para fazerem protestos dos "caras-pintadas".

Com os rostos pintados, jovens organizaram movimentos contra o governo, sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES). Os grupos oposicionistas apresentaram o pedido de *impeachment* de Collor, baseado nas acusações de que o presidente tivera despesas pessoais e familiares pagas com recursos obtidos por Paulo César Farias, através de tráfico de influência no governo.

O relatório final da CPI foi aprovado e encaminhado à Procuradoria Geral da República e à Câmara dos Deputados. No dia 29 de setembro, a Câmara aprovou a admissibilidade do processo de *impeachment*, ou seja, 45 dias após o término da teledramaturgia “Anos Rebeldes”. Diante da tendência dos senadores a afastá-lo definitivamente do cargo e com medo de perder seus direitos políticos, Collor renunciou. Entretanto, o Senado continuou o julgamento e o condenou à inelegibilidade e à inabilitação, por oito anos, para o exercício de quaisquer cargos públicos. Collor foi afastado do cargo de presidente, ficou sem seus direitos políticos e foi acusado pela Procuradoria Geral da União, de corrupção e formação de quadrilha. O julgamento no Senado realizou-se em 29 de dezembro de 1992. (NETO, 1995).

A imprensa apoiou Collor porque por algum momento ele representou uma alternativa de poder que poderia levar à prática um novo modelo de acumulação capitalista, de matriz neoliberal, com o qual a imprensa sonhava há muito tempo. Foi uma aposta política, fundada em interesses muito objetivos, apoiar Collor - o “caçador de marajás”- na

linha de não permitir que o bloco hegemônico de poder sofresse qualquer abalo, já que o Brasil tinha dois grandes líderes de esquerda disputando o poder.

A mídia rompeu com Fernando Collor, a partir da entrevista de Pedro Collor, não apenas por causa das denúncias, de teor altamente explosivo, partirem justamente do irmão do presidente, mas porque a imprensa representa o bloco hegemônico de poder<sup>9</sup>. Ela estava interessada em defender o programa neoliberal ao refletir as insatisfações existentes entre os dominantes e, com isso, aproveitou-se também das insatisfações dos dominados. Dessa forma, a imprensa liderada por Roberto Marinho e a Revista “Veja” conseguiram substituir os partidos políticos, reconhecidamente frágeis, pois não havia uma união entre esses partidos, e porque o Brasil estava em um momento de transição, de uma recente ditadura para a democracia.

A imprensa, percebendo bem o momento, colocou-se como porta-voz da população, porque a preocupação era que os partidos tidos de esquerdas assumissem o controle. Ao investir contra Collor, os dirigentes dos meios de comunicação estavam mantendo a agenda neoliberal para o próximo governante. Por isso, a revista VEJA, a mais eufórica defensora de Collor, ao lado das Organizações Globo, transforma-se na mais ferina inimiga do ex-presidente, de modo aparentemente inexplicável.

---

<sup>9</sup> Armando Boito Jr. em *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil* esclarece que o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci tem um sentido bem mais amplo, de direção intelectual e moral de um dado bloco social, que no limite assume o sentido de conformação de toda a sociedade a um dado projeto político. No meu trabalho, o termo é usado no sentido de controle da política econômica por uma das frações burguesas (BOITO: 1999, 50).

Na realidade, Collor não teve tempo para pôr em marcha o projeto neoliberal, a não ser muito timidamente o processo de privatização. No entanto, a pregação neoliberal de Collor ganhou força e passou a comandar todos os discursos (PAULANI, 2006).

Desde a eleição de Collor de Mello, passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir a economia (PAULANI, 2006: 90).

De acordo com Ricardo Antunes, em sua obra *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*, Itamar Franco assumiu a presidência após o *impeachment* de Fernando Collor, de forma interina, entre outubro e dezembro de 92; e em caráter definitivo, em 29 de dezembro de 1992.

Naquele período, o Brasil vivia um dos momentos mais difíceis de sua história: recessão prolongada, a inflação tinha chegado a 1100% em 1992, e alcançado quase 6000% no ano seguinte, ou seja, a inflação era crônica e aguda, desemprego estrutural, etc. Em meio a todos esses problemas e o recém *impeachment* de Fernando Collor de Mello, os brasileiros encontravam-se em uma situação de descrença geral nas instituições, devido à crise econômica e o desemprego.

Para fazer uma gestão tranqüila, sem turbulências, Itamar Franco, procurou o apoio de partidos mais à esquerda. Em Abril de 1993, cumprindo com o previsto na Constituição, o governo fez um plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. O povo decidiu manter tudo como estava: escolheu a República (66% contra 10% da Monarquia) e o Presidencialismo (55% contra 25% do Parlamentarismo).

No governo de Itamar Franco foi elaborado o plano de controle inflacionário da Nova República, montado pelo seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O presidente mineiro terminou seu mandato com um grande índice de popularidade mesmo

tendo sofrido as conseqüências das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, entre 1993 e 1994, em virtude de denúncias de irregularidades no desenvolvimento do orçamento da União de R\$ 169 milhões. As denúncias o acusavam de ter assinado um decreto, em seu último dia na Presidência (92-94), liberando verbas para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Outra questão complicada no Governo Itamar foi a Lei de nº 8.889, de 21 de junho de 1994, que o mesmo sancionou em benefício próprio e que foi mantida em toda gestão do governo FHC:

Art. 1º O Presidente da República, terminado o seu mandato, tem direito a utilizar os serviços de quatro servidores, para segurança e apoio pessoal, bem como a dois veículos oficiais com motoristas, custeadas as despesas com dotações próprias da Presidência da República.

Parágrafo único. Os quatro servidores, bem como os motoristas, de que trata o *caput* deste artigo, de livre indicação do **ex-Presidente da República**, ocuparão cargos em comissão, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, até o nível DAS-102.4, ou gratificações de representação, da tabela da Presidência da República (grifo nosso. Lei de nº 8.889, de 21 de junho de 1994).

Ou seja, mesmo na condição de ex-Presidente da República Itamar Franco continuou gastando verbas federais de maneira legal. Este artigo só foi revogado pela Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002, no governo Lula.

Paul Singer 10 pontua o fato de que: “em 1 de julho de 1994, a URV se tornou a nova moeda com o nome de real, FHC tomou a dianteira nas sondagens pré-eleitorais”, pois o Plano Real havia lhe dado uma vantagem diante de outros candidatos, possibilitando uma vitória por maioria absoluta nas eleições de outubro.

---

10 SINGER, P (1999). *A raiz do desastre social: a política econômica de FHC*. In: LESBAUPIN, I. (org.) O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes.

Fernando Henrique assume o poder no dia 1º de janeiro de 1995. Em 19 de janeiro, extinguiu, por decreto, a Comissão Especial de Investigação, instituída no governo Itamar Franco e composta por representantes da sociedade civil, que tinha como objetivo combater a corrupção. Essa atitude, logo de início de seu mandato, era fundamental para se ocultar a corrupção que seria estabelecida em seu governo.

Em março daquele ano, o Banco Central do Brasil passou a adotar uma nova política para o câmbio: o sistema de banda cambial, que se constituía na criação de uma faixa de flutuação das cotações do dólar sob seu comando. Ao mesmo tempo, o real sofria uma desvalorização.

As outras medidas adotadas pelo governo brasileiro em abril/95 visavam a contenção monetária e do crédito e acabaram por desacelerar o ritmo de crescimento da economia. As principais medidas foram: a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para encarecer os empréstimos; a proibição da negociação de *commercial papers* (títulos de empresas comercializados nos mercados internacionais) e dos cheques pré-datados como garantia de crédito; a elevação dos compulsórios bancários em todos os agregados monetários (para reduzir o montante de recursos que os bancos dispõem para emprestar para o público); a proibição da abertura de novos consórcios e de lances para retirada de mercadorias. De acordo como registrado no Boletim do DIEESE, a elevação da taxa de juros básica da economia chegou a 35% ao ano (DIEESE, nº 184, julho de 1996, p.5).

As conseqüências foram uma redução na taxa de crescimento da economia brasileira, com forte retração da produção industrial e aumentos sucessivos na taxa de desemprego no país. Essa mudança abrupta levou muitos setores da economia à condição

de inadimplência, o que afetou a carteira de créditos dos bancos (DIEESE, nº 184, julho de 1996, p.5).

O engenheiro civil e gerente de informática, Lauro A. Monteclaro Cesar Jr., em seu artigo “Equacionando a questão do desemprego tecnológico” diz que há uma pressão política, que vem sendo feita tanto em países ricos como nos denominados países subdesenvolvidos, de uma menor interferência do Estado na economia. Quanto “menos governo” melhor. Por toda a parte fala-se em desregulamentação, em flexibilização das leis trabalhistas, etc. Para ele o que fica em evidência, nos discursos e escritos de empresários e economistas, é o absurdo de que o aumento de produtividade, mesmo à custa do aumento do desemprego, é importante porque o superávit gerado poderá assim ser usado para criar novos empregos. César Jr. diz que esse discurso empresarial é equivocado quando aborda que o aumento da riqueza global faria com que o superávit obtido por cada país fosse maior a cada ano, de modo que todos ganhariam.

Para César Jr. é aí que está o problema, porque o que observamos, de fato, são as empresas usarem novas tecnologias para transferir empregos de seus países para outros, onde a mão-de-obra é mais barata. O superávit obtido é investido cada vez mais em tecnologias substitutivas de mão-de-obra, em seus respectivos países, e os governos nacionais são cada vez mais impotentes para influir sobre qualquer decisão importante que envolva a economia global, devido ao pensamento neoliberal. Por isso, os bancos que ganham bilhões, contratam um ou dois caixas por agências bancárias e as pessoas pobres ficam, às vezes, de 40 minutos a uma hora esperando na fila. Isso explica o fato de que não há interesse da maioria das grandes empresas em contratar mais funcionários, porque almejam diminuir custos pagando direitos trabalhistas.

Ora, uma das condições absolutamente necessárias ao aumento da demanda é o aumento da renda das populações. Mas o quesito básico para a inserção de qualquer país pobre na economia global acaba sendo o de sua população permanecer pobre. Se os salários e benefícios aumentarem, o país deixa de ser competitivo e sua população volta imediatamente à “exclusão”, porque as grandes empresas internacionais querem investir onde for mais barato, querem investir em países subdesenvolvidos, onde não gastam muito e pagam baixos salários aos funcionários, se compararmos com os salários que essas mesmas empresas pagam aos trabalhadores de seus respectivos países de origem (CESAR JR., 2004).

Se acontecer com o emprego industrial o mesmo que ocorreu com o rural, não haverá empregos suficientes no setor de serviços para substituí-los porque os próprios empregos desse setor estão sendo rapidamente automatizados e eliminados (CASTELLS,1999:320).

Castells aborda também que:

O endurecimento da lógica capitalista desde os anos 80 promoveu a polarização social apesar da valorização profissional. Essa tendência não é irreversível; pode ser retificada por políticas deliberadas com o objetivo de reequilibrar a estrutura social. Mas deixados à vontade, as forças da concorrência desenfreada no paradigma informacional levarão o emprego e a estrutura social a dualização (CASTELLS,1999:328/329).

Ricardo Antunes em seu livro *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)* relata o fato de que Fernando Henrique Cardoso, ao iniciar seu governo, em 1995, deparou-se com uma greve geral dos petroleiros que abalou o país. O autor descreve a virulência com que FHC enfrentou àquele movimento de resistência. Para ele o comportamento do presidente diante dos petroleiros marca definitivamente seu governo, sua fisionomia, enfim, os interesses dominantes em sua gestão. Antunes descreve ainda o

neoliberalismo, iniciado com Collor, de modo aventureiro, e faz uma comparação com a política de Fernando Henrique, em que uma nova racionalidade exigia uma dura derrota ao movimento sindical dos trabalhadores, visando consolidar o neoliberalismo no país.

Antunes analisa as similitudes que havia ocorrido na Inglaterra de Margaret Thatcher. Para consolidar o nefasto neoliberalismo britânico recém-iniciado, a então Primeira Ministra vilipendiou a heróica greve dos mineiros de 1983/1984, aprofundando o ideário e a pragmática neoliberal naquele país. Como coube à história fotografar estes tristes episódios, ambos, FHC e Thatcher, o *príncipe do real* e a *dama de ferro*, podem ser lembrados como inimigos dos trabalhadores. Como sucessor de Thatcher, a Inglaterra vivenciou a farsa Blair; como sucessor de FHC, o Brasil presenciou a vitória de Lula.

Fernando Henrique Cardoso, a meu ver, conseguiu quatro coisas fundamentais para contituir seu “reinado”: a primeira refere-se ao fato de que ele implementou as políticas neoliberais em nome do sucesso do Plano Real, quando ainda era Ministro de Itamar Franco, que o possibilitou ganhar as eleições presidenciais em primeiro turno; a segunda, FHC limitou o Poder Judiciário através da “Ação Declaratória de Constitucionalidade”; legislou mediante os excessos de medidas provisórias e conduziu a mídia por meio de uma espécie de “coronelismo eletrônico” e acordos escusos. Por isso, Ricardo Antunes em “A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)” denomina Fernando Henrique Cardoso como “o príncipe do real”.

Paul Singer, em seu artigo “A raiz do desastre social: a política econômica de FHC” diz que o Plano Real teve origem mais ou menos diretamente do Plano Cruzado. Os seus principais teóricos, André Lara Rezende e Pérsia Arida, tiveram papéis importantíssimos na elaboração tanto do Plano Cruzado quanto do Plano Real. O modelo engendrado por eles fundamentava-se na estabilização obtida mediante a indexação geral e

uniforme de todos os valores, de modo a neutralizar as conseqüências distributivas da inflação. Eles imaginaram a possibilidade da inflação deixar de beneficiar e de prejudicar uns aos outros. Dessa forma, seria fácil eliminar a inflação pela substituição do padrão de valor, isto é, através de uma simples reforma monetária.

O fracasso do Plano Cruzado teve duas explicações de lados opostos. Para os liberais, que julgam ilegítimos o controle dos preços, afirmaram que o congelamento fora um equívoco e a estabilização deveria ser alcançada mediante políticas recessivas, que provocassem tal excesso de oferta e que tornasse impossível elevar preços. Para os partidários de políticas intervencionistas, o êxito do congelamento demonstrou o seu acerto e faltou levá-lo às últimas conseqüências.

O Plano Collor levou a idéia do corte da demanda às últimas conseqüências ao decretar o seqüestro de todas as reservas líquidas – inclusive depósitos à vista e na poupança. A experiência de ficar sem dinheiro até para compras urgentes e para atender compromissos inadiáveis traumatizou a maioria das pessoas.

De acordo com Singer, em meados de 1993, essa equipe montada por FHC havia formulado um plano de estabilização com características opostas aos planos anteriores, em especial ao Plano Collor. Fernando Henrique não lançou o Plano Real de surpresa como fez Collor. FHC anunciou seu plano com bastante antecedência tornando-o agradável à opinião pública e à mídia, demonstrando planejamento com apreciação de diversas etapas bem ajustadas. Singer aborda que o Plano se tornou agradável por não ser autoritário como os anteriores.

O Plano FHC diagnosticou a inflação brasileira como sendo inercial, isto é, com tendência a se reproduzir ampliadamente em função de um sistema abrangente de indexação, pelo qual os valores monetários decorrentes de contratos eram periodicamente

reajustados por algum índice representativo da evolução da média de preços devido a incoerência, já que cada classe tinha seus rendimentos e suas obrigações corrigidos por indexadores distintos, aplicados em períodos distintos, o que suscitava intensas lutas ao redor das regras de reajustamento monetário, configurando um complexo processo de conflitos distributivos (SINGER, 2003).

Os elaboradores do Plano do Real basearam-se em Friedman para entenderem o problema da inflação inercial. Friedman observou que, em economias de alta inflação, o ambiente de incerteza tende a provocar um certo comportamento nos agentes econômicos de modo que quanto maior a taxa de inflação, maior a sua volatilidade, podendo persistir por longos períodos (FRIEDMAN, 1976).

A inflação inercial não é mais um tipo de inflação e sim uma certa consequência de todo processo inflacionário. Esta inércia inflacionária pode ser entendida como se fosse um efeito de manutenção da taxa inflacionária. Entre todos os agentes de determinado segmento de mercado, ou até mesmo da economia como um todo, existe um efeito psicológico tendendo ao repasse das expectativas de inflação do momento para os preços de seus produtos. Isso provoca a manutenção da taxa de inflação em um determinado patamar ou até mesmo um crescimento acentuado tendendo para a hiperinflação (SINGER, 2003).

Segundo Singer, os elaboradores do Plano Real pensaram na URV (Unidade Real de Valor) objetivando neutralizar as inúmeras pressões geradas pelo processo de inflação/indexação. O Plano objetivava unificar o reajustamento mediante a instauração de um indexador universal que tinha o nome de URV. Por isso, que em 1º de março de 1994 todos os valores passaram a ser diariamente corrigidos pela URV, embora continuassem cotados em cruzeiros. Com isso, os conflitos distributivos cessaram, mostrando que os liberais estavam errados, por serem contrários a qualquer tipo de controle de preços.

Como os liberais acreditam que os mercados, deixados livres sempre se equilibram, eles não podem admitir que a incessante elevação de índice de preços possa ser provocada por disputas entre setores da própria sociedade civil (SINGER, 1999: 30).

Singer aborda que a expectativa favorável possivelmente havia contribuído para estabilizar os preços em “Reais”, mas o fator preponderante para a estabilização foi a denominada “âncora cambial”. Na véspera do lançamento da nova moeda, o governo de Itamar Franco liberou por decreto a importação de milhares de produtos, levando à abertura gradual do mercado interno brasileiro. A taxa cambial foi fixada em US\$ 1,00 = R\$ 1,00, ou seja, a URV foi calculada para ser igual a um dólar; de modo que, quando ela se transformou em “Real”, continuou equivalendo à moeda norte-americana. Com a medida de Itamar Franco:

As importações começaram a crescer acentuadamente em volume, valor e, sobretudo variedade. Milhares de artigos, que jamais se pensou que pudessem ser trazidos do exterior – de leite, manteiga e batatas fritas a eletrodomésticos, roupas, etc. – começaram a encher as prateleiras de lojas e supermercados. Isso representou um choque para a nossa indústria, porque a maioria desses artigos não era importada dos países adiantados, de onde se originavam os produtos de marcas prestigiosas, mas de países asiáticos em que o custo do trabalho era menor que no Brasil. Para enfrentar essa nova concorrência externa, as indústrias brasileiras foram obrigadas a baixar seus preços e, em muitos casos, de forma acentuada (SINGER, 1999: 31).

O resultado inicial dessa política de importação foi uma fortíssima queda da inflação, puxada inteiramente pelos preços dos produtos transacionais. De acordo com a análise da Conjuntura Econômica (de março de 1995) entre os meses de agosto e dezembro de 1994, o índice de preços ao consumidor elevou-se numa média de 8,577%; neste mesmo período os preços dos utensílios diversos caíram 3,54%, dos artigos de conservação e reparo caíram 2,15% e os de roupa de cama, mesa e banho 1,43%; os preços dos tecidos e armarinhos não se alteraram, ao passo que os aluguéis e encargos subiram 44,25%, a

alimentação fora do domicílio subiu 15,08% e os preços dos serviços hospitalares e de laboratórios subiram 19,71%. Singer diz que estes dados *ilustram a forte distorção dos preços relativos provocada pela âncora cambial*, ou seja, enquanto os preços dos artigos industriais literalmente despencavam, os dos serviços continuaram subindo, embora a ritmo menor e decrescente.

Segundo Petras, no seu artigo “No fio da navalha - crítica das reformas neoliberais de FHC”, tomando como referência os cinco pontos fundamentais, sobre os quais repousa a plataforma econômica neoliberal - a estabilização de preços e das contas nacionais, a privatização, a liberalização econômica, a desregulamentação de mercado e a austeridade fiscal - a análise do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso revela um forte alinhamento com a ideologia neoliberal nunca antes visto no Brasil, no que se refere à condução da política econômica de seu Governo.

Podemos observar a segunda coisa no uso da *Ação Declaratória* por Fernando Henrique Cardoso. Fábio Konder Comparato, em seu artigo “Réquiem para uma Constituição”, faz duras críticas à *Ação Declaratória de Constitucionalidade*, também conhecida como *Ação Direta de Constitucionalidade* (que foi introduzida em nosso ordenamento jurídico através da Emenda Constitucional nº 03 de 17 de março de 1993), dispendo sobre a sua legitimação no governo Itamar Franco, que alterou a alínea *a* do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal, acrescentando, ainda, o § 2º ao artigo 102, que estabelecia a sua eficácia, e o § 4º ao artigo 103. Mas a idéia inicial de inseri-la na Constituição Federal surgiu no governo Collor, como modo de frear as inúmeras controvérsias surgidas em torno da constitucionalidade de certas leis, que emperravam o seu programa de governo, mediante a ação judiciária.

A *Ação Declaratória* surgiu do interesse do governo de unificar a jurisprudência acerca de questões controvertidas de âmbito nacional, principalmente na área tributária, através do controle concentrado exercido pelo Supremo Tribunal Federal que barrava inúmeros programas de governo.

Comparato ressalva o fato de que no sistema presidencial de governo, com efeito, a lei não é apenas o ato do Poder Legislativo. Ela conta também, necessariamente, com a aprovação do Executivo, que tem o poder de vetá-la. Quando o Presidente da República sanciona uma lei inconstitucional, ele se acumplicia com o legislador na violação da Carta Magna. Ora, a *Ação Declaratória de Constitucionalidade 11* veio subverter inteiramente os termos dessa equação política. Ela não é uma defesa da cidadania contra o abuso governamental, mas, bem ao contrário, uma proteção antecipada do Governo contra as demandas que os cidadãos possam ajuizar para defesa de seus direitos. Por isso mesmo, o processo dessa aberrante demanda é *sui generis*: não há contraditório, porque não há lide. Em se tratando de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, o Procurador-Geral da República deve ser previamente ouvido e o Advogado-Geral da União defende o ato ou o texto impugnado (art. 103, §§ 1º e 3º). Mas no processo da *Ação Declaratória de Constitucionalidade*, os autores agem sem contraditório. O Governo têm as mãos livres para demandar, sem que ninguém defenda os interesses dos governados.

---

11 É importante lembrar que a *Ação Declaratória de Constitucionalidade* beneficiou o governo de Fernando Henrique no seu primeiro mandato, mas no segundo mandato de FHC tal lei teve sua regulamentação pela Lei nº 9.868 de 10/11/99. A Lei que regulamentou a *Ação Declaratória de Constitucionalidade* manteve em equilíbrio o poder Executivo e o Judiciário. Tal regulamentação diminuiu as diversas críticas feitas pela maioria dos juristas.

Fernando Collor imaginou a *Ação Declaratória*, Itamar Franco a implementou em seu governo, mas coube a Fernando Henrique Cardoso pôr em prática, de modo que a Corte Suprema deixou de ser um tribunal para se tornar um órgão oficial de consulta. A Suprema Corte trocou a posição de *guarda da Constituição* pela de colaborador do Governo, porque a Suprema Corte foi impedida de barrar programas de governo devido à *Ação Declaratória de Constitucionalidade*.

Fábio Konder Comparato, refere-se à Constituição moderna como um instrumento de defesa dos governados contra os governantes. Se ela não exerce esse papel, se ela se limita a suprimir os freios ou obstáculos ao exercício do poder em nome da governabilidade, não se está diante de uma Constituição. Para Comparato, no regime democrático, o atributo maior da soberania popular consiste em constitucionalizar a nação. O poder constituinte pertence ao povo e somente a ele. E esse poder é indelegável, como a própria soberania. Imaginar que não o povo, ou seus representantes especiais, eleitos para o exercício dessa tarefa exclusiva, mas sim os próprios governantes possam dotar o país de uma Constituição, ou reformar a que está em vigor, é um despautério lógico e político.

Segundo Comparato, a Constituição não é obra do poder constituído, mas do poder constituinte. Por isso, nenhuma espécie de poder delegado pode mudar coisa alguma nas condições de sua delegação. Comparato considera isto como a mais abominável das usurpações: a transformação do poder político inferior, delegado pelo povo aos governantes, em poder político soberano destes. Tanto mais que nem o povo soberano pode descumprir a Constituição que deu à nação.

Não tendo o Supremo como possível bloqueio de sua política neoliberal, em 15 de agosto de 1995, Fernando Henrique Cardoso organiza a elaboração de quatro emendas constitucionais: as de números 5, 6, 7 e 8.

De acordo com o Diário Oficial da União, de 16/08/1995, registrado na Casa Civil, na Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, a Emenda Constitucional nº 05 modificou o parágrafo 2º, do artigo 25 da Constituição, abolindo a exclusividade dos Estados em explorar diretamente, ou mediante concessão, o gás canalizado, abrindo-se espaço para a concorrência e a privatização.

A Emenda nº 06 revogou o artigo 171 da Constituição, que se referia à empresa brasileira, e também modificou o artigo 170, que dava tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, mantendo-se, para elas, o tratamento favorecido. Ao mudar o artigo 176, Fernando Henrique também abriu a pesquisa e a lavra de recursos naturais a empresas estrangeiras, desde que fosse constituída sob as leis brasileiras. O artigo anterior restringia esse setor à empresa brasileira de capital nacional (D.O.U.16/08/1995).

A Emenda nº 07 abriu o transporte aéreo, aquático e terrestre à empresa estrangeira, devendo-se, contudo, observar os acordos firmados pela União. Também ficou aberta às empresas estrangeiras a cabotagem, a navegação interior, de acordo com a Lei, pois isso era privativo de embarcações nacionais (D.O.U.16/08/1995).

A Emenda Constitucional nº 08, das mais polêmicas, veio desnacionalizar as telecomunicações, tornando o setor acessível à exploração privada e estrangeira, rompendo-se o monopólio estatal previsto no artigo 21 da Constituição de 1988. Assim também ocorreu com os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Na votação dessa Emenda, houve até mobilização da sociedade para impedir a transferência de um monopólio estatal a monopólios ou oligopólios privados (D.O.U.16/08/1995).

Já a Emenda nº 09 aboliu o monopólio da exploração de petróleo que foi aprovada no mês de novembro por ser a mais polêmica das emendas. Essa Emenda Constitucional facultava à União o contrato com empresas estatais ou privadas; a realização de atividades

referentes à pesquisa e à lavra de jazidas de petróleo e gás natural; a refinação; a importação e a exportação de produtos e derivados; e o transporte marítimo, que continuam sendo monopólios da União, mas que não são mais restritos à empresa estatal. (D.O.U. 10/11/1995).

No primeiro ano de Governo FHC foi realizada a reordenação estratégica do Estado no marco legal constitucional, abrindo-se espaço para o capital estrangeiro e as empresas privadas nos setores economicamente cruciais das telecomunicações, do petróleo, da navegação e cabotagem, da canalização do gás e da própria definição de empresa, terminando-se com o conceito de Empresa Brasileira, implicando um fortalecimento do mercado, na preparação do terreno para as privatizações, combinadas com a desnacionalização.

Posso dizer com toda a certeza que não foi o Brasil que passou a competir mundialmente, mas o capital mundial é que veio assumir monopólios do Estado, já que, de fato, o presidente Fernando Henrique Cardoso transferiu os monopólios estatais a empresas privadas.

Ronaldo de Moura e Larissa Bortoni no livro *O mapa da corrupção do governo FHC* abordam que Fernando Cardoso bloqueou, em fevereiro de 1996, uma pasta rosa em que a Procuradoria-Geral da República resolveu arquivar definitivamente o conjunto dos processos denominados escândalos da pasta rosa. Era uma alusão a uma pasta com documentos citando doações ilegais, em dinheiro, de banqueiros para campanhas políticas de políticos que eram da base de sustentação do governo. Naquele tempo, o Procurador-Geral da República era Geraldo Brindeiro, conhecido pela alcunha de “engavetador-geral da República”.

A terceira coisa que Fernando Henrique conseguiu foi legislar o Brasil mediante o excesso de medidas provisórias. Comparato ao abordar o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso diz que:

Atualmente, o Presidente da República não se limita a exercer um poder absoluto no ramo executivo do Estado: ele é também legislador, e dos mais prolíficos. O volume de medidas provisórias editadas e reeditadas, a maior parte delas sem a menor relevância ou urgência, já ultrapassa largamente o número de leis votadas pelo Congresso Nacional, desde a promulgação da Constituição. Para a convalidação espúria desse abuso, concorreu decisivamente a mais alta Corte de Justiça do País (COMPARATO, 2003: 18).

Comparato diz que o governo Fernando Henrique Cardoso promoveu a apropriação indébita do poder constituinte mediante as emendas constitucionais e medidas provisórias “a modo de um crime continuado. Os ladrões da soberania popular são, decididamente, cleptomaníacos políticos” (COMPARATO, 2003: 22).

A quarta coisa a ser abordada refere-se ao fato de que tanto Fernando Collor como Fernando Henrique Cardoso venceram as suas respectivas eleições com capital simbólico 12 produzidos pela mídia.

---

12 O capital simbólico surge como todo poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos se afirmam como instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução de uma “certa” ordem estabelecida. Dessa forma, o capital simbólico possibilita estruturas cognitivas e de avaliação do mundo semelhante, gerando um "conformismo lógico e moral" nas pessoas ou ainda um *habitus* comum. Nas eleições esse capital simbólico pode ser entendido como popularidade. Quem detém capital simbólico é capaz de produzir efeitos reais, sem gasto aparente de energia (BOURDIEU, 1977, p.408-11), porque pode dissimular a realidade como Fernando Collor, como o “caçador de marajás”, ou mesmo fazer com que outros enxerguem a verdade que se deseja como Fernando Henrique Cardoso fez como o ministro que controlou a inflação no governo de Itamar Franco. Isso ocorre porque o poder simbólico possibilita ao seu proprietário obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, que só se exerce se for reconhecido, mas esse reconhecimento só foi possível, porque a mídia apoiou diretamente Collor de Mello e Fernando Henrique.

A imprensa apoiou Fernando Henrique Cardoso pelo mesmo motivo que apoiou Fernando Collor. Ambos representavam uma alternativa de poder que poderia levar à prática a um novo modelo de acumulação capitalista, de matriz neoliberal, com o qual a imprensa sonhava há muito tempo. Collor implementou um neoliberalismo aventureiro, mas Fernando Henrique Cardoso consolidou o neoliberalismo de maneira efetiva. A imprensa rompeu ou apoiou de acordo com os interesses do bloco hegemônico de poder, enquanto Lula, nesse momento, ainda, representava uma ameaça à agenda neoliberal. No entanto, a imprensa não imaginava que Fernando Henrique Cardoso estaria no controle por meio do “coronelismo eletrônico”, mas ele não era uma ameaça à agenda neoliberal, muito pelo contrário, ele soube satisfazer plenamente a ganância das grandes, médias e pequenas empresas midiáticas.

O “coronelismo eletrônico” foi fundamentado no Brasil nos governos Figueiredo e Sarney, tornando-se parte integral da cultura brasileira durante o abandono gradual da ditadura como forma de controlar a própria transição. O “coronelismo eletrônico” fundamentava-se em troca de concessões de rádio e TV, por votações no Congresso e outros favores nos governos Figueiredo e Sarney. FHC reativou esse instrumento clientelista, deixado de lado por Itamar Franco. Prometeu, além das privatizações das Teles e da concessão de 140 áreas de TV a cabo, a reabertura das outorgas de frequências de rádio e TV. Seriam 610 novas frequências de rádio e TV, em lotes mensais de 60 (KUCINSKI, 2003: 184).

Fernando Henrique Cardoso comprou a mídia com concessões:

Nas primeiras licitações em fevereiro de 1997, foram oferecidas 122 frequências de rádio e TV em 118 municípios. A maioria foi vencida por pequenas e médias empresas que já atuavam em comunicações, possuídas por caciques políticos e grupos econômicos locais já favorecidos nos governos Figueiredo e Sarney, por exemplo, no Amapá, a família do senador Gilvan Borges (PFL), comprou todas as cinco concessões de rádio e TV. No Maranhão, o secretário da Assembléia Legislativa Leão Santos (PSDB), comprou quatro concessões de rádio. Em Mogi das Cruzes em São Paulo, o grupo proprietário do Diário de Mogi ficou com a frequência de TV (KUCINSKI, 2003: 185).

Para grandes empresas, como a Editora Abril, grupos Roberto Marinho, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Silvio Santos e RBS estavam em jogo interesses maiores, estratégicos que implicavam na reestruturação e definição dos objetivos centrais de cada grupo, devido à abertura das concessões de TV a cabo em todas as grandes e médias cidades brasileiras, a partir da aprovação da Lei do Cabo, em 1995, e das concessões de telefonia (KUCINSKI, 2003: 185).

O maior conglomerado de mídia do Brasil e um dos maiores do mundo, as Organizações Globo, de Roberto Marinho, com faturamento anual da ordem de US\$ 5,5 bilhões (dados de 1997) redefiniu “mídia, entretenimento e telecomunicações” como o “core-business” de sua atividade, e se aproximou da Bell South e grupo Maxitel para disputar as concessões das empresas espelhos de telefonia. E consolidou sua posição dominante no mercado de TV a cabo, controlando 50 provedores através da NET, e da SKY (...). A Editora Abril, por sua vez, aumentou seus esforços de penetração no mercado de TV, iniciado com a MTV e agora ampliado com a criação da TVA para operar TV a cabo (KUCINSKI, 2003: 186).

Bernardo Kucinski em seu artigo “A mídia de FHC e o fim da razão” revela que os jornalistas que já tinham prestígio, mas não aderiram às elites foram sendo alijados dos melhores espaços, especialmente da televisão e das mesas-redondas, apesar de alguns ainda manterem colunas de jornais.

Assim, essa ocupação de espaços pelas griffes, foi também um processo de perda de pluralismo ideológico. Há entre eles notáveis pensadores, que mantêm seu espírito crítico, como Franklin Martins, Washington Novaes e Marcio Moreira Alves, jornalistas de velha guarda. Mas os apoiadores do projeto de reestruturação, os repetidores do discurso oficial ganharam os maiores espaços (KUCINSKI, 2003: 190).

Ao assumir como seu o discurso do governo através de um jornalismo declaratório e oficialista, a mídia tornou-se também instrumento de desinformação e da reiteração de verdades auto proclamadas. Houve veículos e jornalistas que em certos momentos exerceram o espírito crítico e houve até mesmo episódios de jornalismo investigativo, em especial, os casos da compra de votos para a reeleição e dos grampos no BNDES, que colocaram o governo em risco. O que caracterizou o apoio sistêmico foi o fato de que a própria mídia ter se encarregado de isolar esses jornalistas e veículos, e/ou reelaborar rapidamente o discurso mediático, de modo a esvaziar essas crises. A mídia agiu coletivamente como um corpo de bombeiros do governo, acionada regularmente para apagar incêndios provocados por jornalistas ou veículos que isoladamente não haviam entendido ou aceito as regras do jogo (KUCINSKI, 2003).

BOURDIEU no seu livro “Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal” nos revela que a própria rotina da comunicação jornalística é, em certos casos, a principal responsável pelo empobrecimento do texto informativo. Para Bourdieu, a visão jornalística tem propriedades típicas. Há no jornalismo a tendência a confundir o novo com a revelação ou *a propensão a privilegiar o aspecto mais visível do mundo social, isto é, os indivíduos, seus feitos e, sobretudo, seus malfeitos, em uma perspectiva que é com freqüência a da denúncia e da acusação* (BOURDIEU, 1998b; p. 93). Bourdieu está dizendo que é mais fácil noticiar uma novidade sobre a fome, que é dramaticamente visível, do que promover, através de uma reportagem investigativa, a compreensão do problema

social em toda a sua complexidade. Por isso, podemos perceber nos rotineiros fechamentos das edições jornalísticas, a vigência da lei do menor esforço.

No primeiro governo FHC, a mídia, no caso do grampo do BNDES, em vez de veicular os crimes que elas revelavam, enfatizou o modo “criminoso” como as fitas haviam sido obtidas ou o modo “tendencioso” como teriam sido editadas, e não os crimes que elas revelavam. A abordagem diversionista adotada pela mídia, especialmente pelos colunistas formadores de opinião, no caso do grampo do BNDES, no momento mesmo de sua primeira revelação, deveu-se à gravidade fazendo delas uma questão estratégica. A mídia não discutiu o foco fundamental da questão, mas deixou a entender que havia uma estratégia contra o governo FHC. De acordo com Kucinski foi uma abordagem elaborada nos corredores do Palácio do Planalto e totalmente encampada pelo discurso mediático.

Assim, se articulou, em torno da reestruturação da indústria das telecomunicações, o apoio acrítico, laudatário mesmo, de cada empresa em particular, e do sistema mediático como um todo a Fernando Henrique. Criou-se um nexu entre o projeto estratégico geral da desestatização e os interesses setoriais das empresas menores, regionais, até os grandes conglomerados de mídia. Os poucos que não se reposicionaram nesse processo foram alijados do mercado, como ocorreu com a **TV Manchete** (KUCINSKI, 2003: 184).

Dessa forma, Fernando Henrique Cardoso tornou-se sócio com a mídia da grande empreitada de consolidar a política neoliberal no Brasil, mas:

tanto os grandes empresários das comunicações, como as oligarquias políticas interioranas que dominam a mídia eletrônica regional, sentiram-se reféns do governo, dado o poder do Ministério das Comunicações de favorecer um ou outro grupo. Apesar de sujeitar formalmente a licitações, abertas a todos os interessados, as empresas precisam se pré-qualificar e, como mostrou o grampo do BNDES, dependem muito dos favores e humores do governo. Nas licitações da TV a cabo a palavra final sobre os vencedores da licitações é dada pela Comissão de âmbito nacional, subordinada ao Ministério das Comunicações (KUCINSKI, 2003: 184).

As preocupações das empresas midiáticas aumentaram com a queda da TV Manchete, apesar da Manchete ter tido diversos problemas econômicos, esses problemas poderiam ter sido solucionados com concessões que não vieram porque não aceitou o jogo político.

Fernando Henrique Cardoso conseguiu limitar o Poder Judiciário mediante a "Ação Declaratória de Constitucionalidade", com isso, ficou fácil legislar perante os excessos de medidas provisórias; conduziu a mídia mediante o “coronelismo eletrônico” e acordos escusos; e em nome do sucesso do Plano Real privatizou grandes estatais mesmo quando davam lucro ao país.

Ivo Lesbaupin vai denominar essa atitude do governo FHC de *desmonte da nação* em seu livro o “Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC”. A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada em abril de 1997 por apenas R\$ 3,3 bilhões, ou seja, foi vendida por um valor escandaloso, porque a Vale valia pelo menos R\$ 30 bilhões, já que a empresa detinha, além de enormes jazidas, uma gigantesca infra-estrutura acumulada ao longo de mais de 50 anos, como navios, portos, ferrovias. Um ano depois da privatização, seus novos donos anunciaram um lucro de R\$ 1 bilhão e só no primeiro trimestre de 2006, a Companhia já lucrou R\$ 6,1 bilhões.

O neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso havia uma série de contradições. Paulani, em seu artigo *O Projeto Neoliberal para a sociedade Brasileira* exemplifica o processo brasileiro de privatização, que começou em 1990 e teve seu auge naquilo que a autora denominou de “primeiro reinado de FHC”

Por meio dele não só se abriram à acumulação privada suculentos espaços de acumulação, como, em muitos casos, se fez isso com o dinheiro público (do BNDES), emprestado aos ‘compradores’ (e às vezes não pagos, como no conhecido caso da Eletropaulo/Enrom a juros subsidiados. Além disso, os preços desses ativos foram

subavaliados pelo Estado, e o ágio elevado que naturalmente apareceu, dada a concorrência por esses setores (os serviços industriais de utilidade pública), que são o filé mignon da acumulação produtiva no mundo, está sendo devolvido aos ‘compradores’ por meio de isenção fiscal que dura o tempo necessário para se compensar o ágio.

A Eletropaulo foi privatizada em abril de 1998, por cerca de R\$ 2 bilhões, com seu controle acionário passando para o consórcio Lightgás, que tem como acionistas a AES, a Electricité de France (EDF), a Houston Industries e a Companhia Siderúrgica Nacional. O BNDES emprestou US\$ 888 milhões para a conclusão do negócio. O empréstimo concedido pelo banco em nove parcelas semestrais e um ano de carência, foi contestado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público Federal. Em abril de 1999, quando do pagamento da primeira parcela de sua dívida com o BNDES, a Eletropaulo renegociou a dívida. Em 2002, o BNDES autorizou novo o empréstimo de US\$ 1 bilhão a AES sem que a empresa tivesse quitado o empréstimo anterior. Na época, o banco era presidido por José Pio Borge (Atas da CPI da Assembléia Legislativa de São Paulo).

Desde que a Eletropaulo foi privatizada o PT tenta instalar uma CPI. De acordo com as informações contidas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo o requerimento nº 718 de 2003, de autoria do deputado federal Cândido Vaccarezza (PT), só foi acatado pela presidência da Alesp por determinação judicial, após a bancada do PT entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. A CPI foi constituída dia 1º de dezembro de 2006 sob a presidência do deputado Antonio Mentor (PT) e com a presença de José Bittencourt (PDT), Aldo Demarchi (DEM), Edson Giriboni (PV), João Caraméz e José Augusto, ambos do PSDB. Pouco mais de três meses depois, a CPI chegou ao fim, no dia 14 de março de 2007, com a votação do relatório elaborado pelo deputado Jonas Donizette (PSB), o qual aponta indícios *de irregularidades no edital da privatização e nos empréstimos efetuados junto ao BNDES para efetivar a compra da*

*estatal*, mas ninguém foi condenado. No entanto, tal CPI comprovou o absurdo dessa privatização.

Ou seja, o neoliberalismo implementado por Fernando Henrique é contraditório até mesmo na logicidade neoliberal, porque para alguém comprar uma empresa estatal que será privatizada não precisa ter capital, porque o BNDES empresta e o pior, não precisa restituir o capital emprestado, pois a empresa é sua de graça. O presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu no Brasil um *capitalismo sem capital*. Apesar de parecer contraditório há um elemento na política brasileira que explica essa atitude, a corrupção. É nessa concepção que devemos entender o “neoliberalismo à brasileira” de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

De 1995 até 1998, as empresas do Sistema Telebrás começaram a ser preparadas para a privatização. Isso fica claro com a aprovação da Emenda Constitucional nº 08, em agosto de 1995. O governo aumentou o nível de investimentos nas empresas e preparou as operadoras para a gestão privada, e ainda fez uma reestruturação tarifária, causando um acréscimo de tarifas locais e redução das tarifas interurbanas nacionais e internacionais. Sucatearam a Telebrás, os serviços ficaram mais lentos e a mídia que apoiava Fernando Henrique abordava que a privatização era importante para o Brasil. O governo PSDB/PFL dizia que a privatização do Sistema Telebrás era a melhor saída para a universalização e melhoria da qualidade dos serviços prestados, e que permitiria ampliar o acesso de parcela crescente da população aos serviços de telecomunicações tecnologicamente atualizados. O Sistema Telebrás foi privatizado no dia 29 de julho de 1998, com a promulgação da Lei Mínima e da Lei Geral de Telecomunicações, que visavam o enxugamento da máquina estatal brasileira (BORTONI; DE MOURA, 2004).

Ronaldo de Moura e Larissa Bortoni no livro “O mapa da corrupção do governo FHC” consideraram uma verdadeira *maracutaia* a privatização do sistema de telecomunicações no Brasil. Uma verdadeira sucessão de denúncias e escândalos. Foi uma negociata num jogo de cartas marcadas, inclusive com o nome de FHC citado em inúmeras gravações divulgadas pela imprensa. Vários "grampos" a que a imprensa teve acesso comprovaram o envolvimento de lobistas com autoridades do governo tucano. As fitas mostravam que informações privilegiadas eram repassadas aos "queridinhos" de FHC. O mais grave foi o preço que as empresas estrangeiras e nacionais pagaram pelo sistema Telebrás, cerca de R\$ 22 bilhões. É impressionante que o BNDES, nas mãos do tucanato, ainda financiou metade dos R\$ 8 bilhões dados como entrada neste meganegócio, em detrimento dos interesses do povo brasileiro.

A corrupção do governo Fernando Henrique foi pior do que do governo Collor de Mello. A privatização do sistema Telebrás - assim como da Companhia Vale do Rio Doce - foi marcada pela suspeição. Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-caixa da campanha de FHC e do senador José Serra e ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, é acusado de pedir propina de R\$ 15 milhões para obter apoio dos fundos de pensão ao consórcio do empresário Benjamin Steinbruch, que levou a Vale, e de ter cobrado R\$ 90 milhões para ajudar na montagem do consórcio Telemar. Durante a privatização do sistema Telebrás, grampos no BNDES flagraram conversas de Luiz Carlos Mendonça de Barros, então ministro das Comunicações, e André Lara Resende, então presidente do BNDES, articulando o apoio da Previ para beneficiar o consórcio do banco *Opportunity*, que tinha como um dos donos o economista Pérsio Arida, amigo de Mendonça de Barros, e de Lara Resende. Até FHC entrou na história, autorizando o uso de seu nome para pressionar o fundo de pensão dos funcionários (BORTONI; DE MOURA, 2004).

Ricardo Antunes em seu livro “A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)” relata que o governo FHC conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a Emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, que acrescentou o § 5º ao art. 14 da Constituição da República, através do qual se introduziu o instituto da reeleição no sistema eleitoral brasileiro, permitindo a reeleição do presidente da República. Desse modo, FHC disputou o pleito de 1998. A aprovação da emenda da reeleição sofreu severas críticas da oposição que acusou o governo de FHC de compra de votos.

A reeleição, da maneira como foi fundamentada, achegou-se para a nossa vida política com muitas conseqüências negativas que lhe dão peculiar distinção, pois no caso brasileiro em que o legislador constituinte, sem desconhecer a possibilidade de utilização da máquina pública em benefício daquele que está no poder, deixou de contemplar na Emenda Constitucional nº 16 a indispensabilidade de afastamento do cargo ocupado pelo pretendente a mais um mandato. Ou seja, o certo é que as condições de elegibilidade previstas no § 3º do art. 14 da CR/88 não deveriam eliminar a necessidade de desincompatibilização nas situações indicadas no art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, de modo a que o princípio constitucional da isonomia não se visse tão escancaradamente violado, até porque a disputa eleitoral deve estar assentada no prestígio à igualdade de oportunidades entre os concorrentes, como bem atesta todo o artigo 45 da Lei Eleitoral n.º 9.504/97.

Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito (§ 6º do art. 14 da CR/88).

Adriano Soares da Costa, em sua obra “Teoria da Inelegibilidade e o Direito Processual Eleitoral”, disse:

(...) que houve um “esquecimento” do Constituinte Revisor sobre a matéria, que passou a ser objeto de grande disputa política entre os partidos políticos, os quais começaram a se utilizar da ausência de norma específica para alimentar a polêmica sobre os limites da reforma constitucional (COSTA, 1998: 26).

A reportagem da Folha de São Paulo, único dos grandes jornais que na época de FHC apresentava um jornalismo crítico e investigativo, não abordou que houve um esquecimento, mas revelou que houve compra de votos nos dias 13 e 14 de maio 1997; antes mesmo do Senado aprovar a Emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997. A Folha revelou gravações de conversas de deputados que disseram ter vendido seus votos para aprovar a reeleição por R\$ 200 mil cada um, e acusavam outros de terem feito o mesmo. Dois deles renunciaram, e o governo abafou uma CPI.

Bernardo Kucinski disse que:

Na compra da reeleição não foi preciso criticar como criminosa a forma de obtenção das gravações, essa sim, feitas diretamente numa operação jornalística, porque o sistema da mídia conseguiu isolar o veículo de comunicação que havia revelado a trama (KUCINSKI, 2003: 192).

Ou seja, a “Folha de São Paulo” foi a única representante da mídia a falar sobre a compra de votos da reeleição. A estratégia era deixar a “Folha” sozinha, de modo que tais informações perderiam o seu valor social. Esse veículo de imprensa chegou a revelar que

houve tentativas por parte dos partidos oposicionistas de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. Não obstante, os governistas conseguiram barrar a abertura da chamada "CPI da compra de votos".

No entanto, as finanças públicas deterioraram ao longo do primeiro mandato, porque Fernando Henrique havia inaugurado o *capitalismo sem capital*, ou seja, o BNDES emprestava verbas aos compradores da estatal a ser vendida e o comprador não restituía. Somado a isso o déficit primário aumentou, especialmente após a crise asiática, em 1997, que reduziu a arrecadação tributária dos diversos governos de maneira geral. Em resposta à crise, Fernando Henrique aumentou os juros internos, como forma de manter o regime de âncora cambial em funcionamento. Com isso, cresceu a despesa com juros pelo setor público. Após as crises da Ásia e da Rússia, a situação fiscal do período entrou em um círculo vicioso, no qual a própria piora do déficit causava uma redução na confiança do país, que se refletia em maior prêmio de risco, maiores juros e ulterior agravamento da crise fiscal. A principal consequência foi uma forte desvalorização da moeda. Também foi necessário ao governo recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de obter um empréstimo recorde para evitar o desequilíbrio financeiro e desestabilização total da economia. Mesmo nessa situação, FHC habilmente conseguiu se reeleger em primeiro turno, com o apoio do PSDB, PFL, parte do PMDB e da mídia.

Bernardo Kucinski ressalva o fato de que quando surgiu a grande crise do Plano Real, em 1997, a mídia veio, mais uma vez, em socorro de Fernando Henrique Cardoso.

Quando sobreveio a grande crise do Real em 1997, criou-se um desses momentos em que o projeto corria riscos. Mais uma vez, a mídia socorreu o governo, em vez de criticar a política econômica neoliberal e discutir alternativas, a mídia erigiu Pedro Malan e Gustavo Franco em heróis de uma resistência nacional contra o ataque especulativo mundial (ataque permitido pelas próprias políticas ENTREGUISTAS de abertura ao capital mundial). Os espaços nobres dos jornais foram ocupados por grandes matérias com os economistas

alinhados ao governo, e fotos imperiais de Malan e FHC. Até mesmo os críticos da direita, como Delfim Netto, foram ignorados pela mídia (KUCINSKI, 2003: 192).

Vanderlei Souza Carvalho em sua dissertação de mestrado “Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso” afirma que a revista VEJA apresentou Fernando Cardoso como um governo positivo: controlou a inflação, conseguiu fazer ajustes econômicos, que reduziu o déficit público e, graças a estas medidas, diminuiu a pobreza no país. Esta imagem idealizada, porém, não corresponde com a verdade. O governo FHC deveria ser conhecido pelo que efetivamente estava realizando e realizou. A revista Veja abordou isso antes da reeleição de Fernando Henrique como maneira clara de reelegê-lo.

Bernardo Kucinski disse:

Como ficaríamos sabendo, 5 meses depois da reeleição de FHC, pela Veja (07/10/98, p.28-33 – por incrível que pareça!) a verdade dos fatos, “... FHC convocou para conversar um grupo de pessoa muitíssimo influentes... os barões da elite brasileira... queixou-se das televisões, que no seu entender, vinham maltratando o governo com ênfase exagerada em notícias ruins, que acabavam azedando a avaliação popular do governo. Procurou os donos da Rede Globo, reclamou que o Jornal Nacional tinha ampliado a cobertura de temas como a seca no Nordeste, os saques e o arrocho salarial, os incêndios em Roraima...” neste encontro acenando com o fantasma de LULA, ameaçando renunciar à reeleição, FHC reenquadrou a mídia e restabeleceu o caráter sistêmico de seu suporte ao governo (KUCINSKI, 2003: 192).

O segundo mandato foi marcado por mudanças na área fiscal. Essas mudanças tiveram início, em parte, ainda durante o primeiro mandato, mas, devido a seu alcance, só foram apresentar resultados no período posterior, porque FHC queria ser reeleito. A principal alteração, de impacto imediato, foi a introdução do Plano de Estabilidade Fiscal, em outubro de 1998, que passou a estipular o patamar de superávit primário do setor público necessário para a estabilização da razão

dívida/produto. Foram criadas metas de superávit primário, desenhadas para estabilizar a razão entre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e o PIB. Segundo Fábio Giambiagi, em seu livro “Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso \_ 1995/2002”, disse:

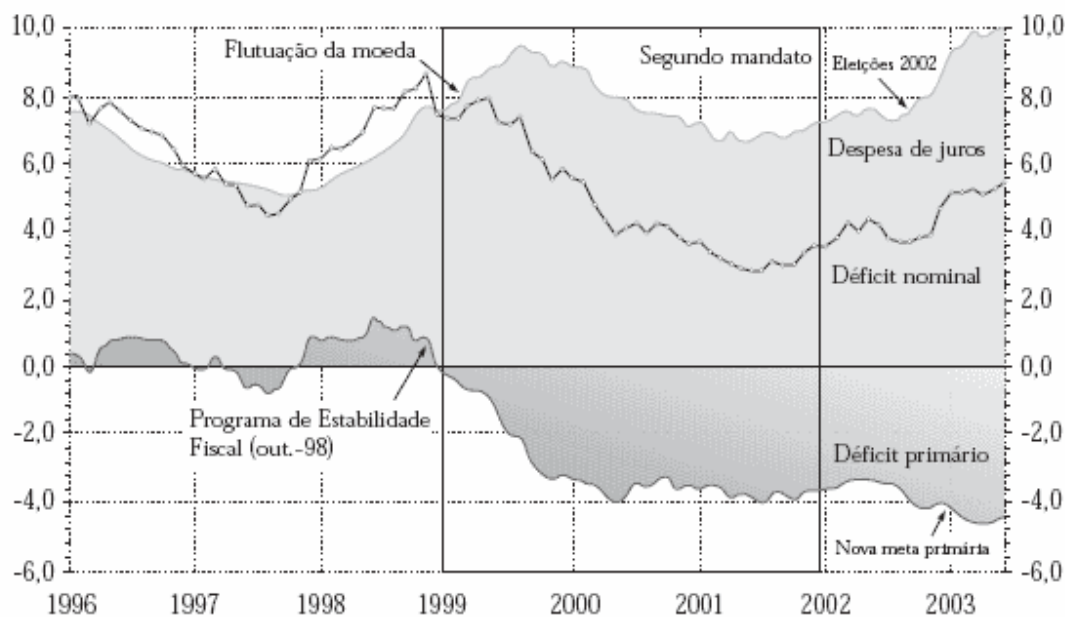
[...] embora houvesse dificuldades inegáveis para viabilizar politicamente uma estratégia fiscal ortodoxa, o fato é que as autoridades não exibiram o mesmo rigor, antes de 1998, na adoção de mecanismos de controle das contas públicas, o que veio a se revelar depois, a partir de 1999, no contexto da crise externa e fiscal que gerou a necessidade de negociar o acordo com o FMI no final de 1998/início de 1999 (GIAMBIAGI, 2002: 39).

O programa está na origem da recuperação da confiança na economia brasileira após a desvalorização cambial de 1999.

A Figura 1 evidencia a mudança no padrão de austeridade fiscal ocorrida no segundo mandato a partir do Programa de Estabilidade Fiscal.

FIGURA 1

*Necessidades de Financiamento do Setor Público (acumulado em doze meses, em % do PIB)*



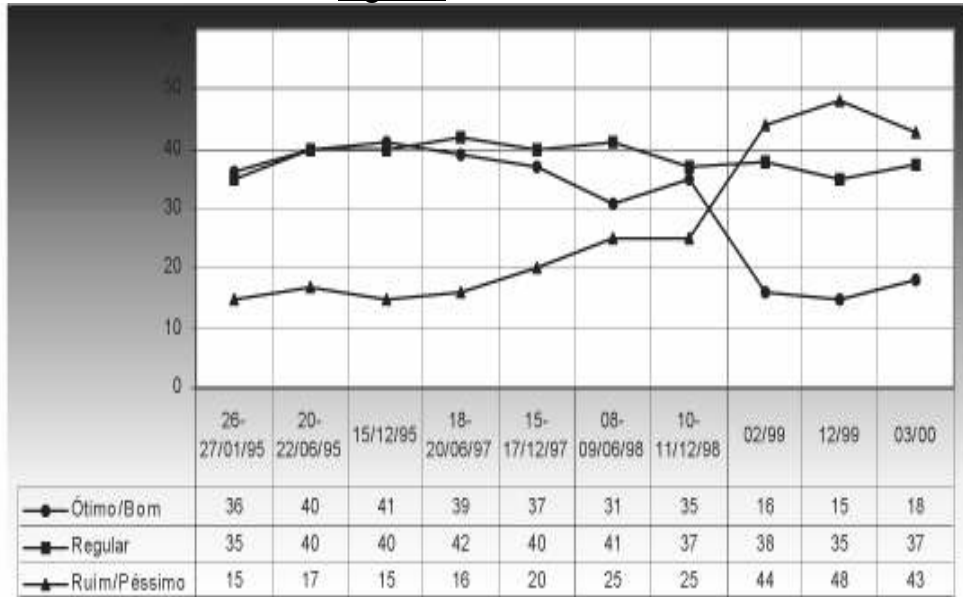
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados primários disponíveis em Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)), obtidos em agosto de 2003.

FHC certamente não teria sido reeleito se tivesse desvalorizado o Real antes da eleição. Ele contou com a complacência da mídia para sua tática de procrastinação, que depois teria o custo elevado. Pelo mesmo motivo os jornalistas seguraram até depois da eleição os vazamentos insistentes sobre a existência das fitas gravadas do BNDES e do Dossiê Cayman que, assim como a compra de votos da reeleição, caiu no esquecimento. No entanto, quanto ao dossiê, conseguiu-se provar que existia uma empresa com a sigla CH, J & T, com sede em Nassau, como ele dizia: as investigações jornalísticas e policiais não se aprofundaram e até hoje ninguém foi punido (KUCINSKI, 2003: 192).

## Evolução da Avaliação do Governo FHC (em %)

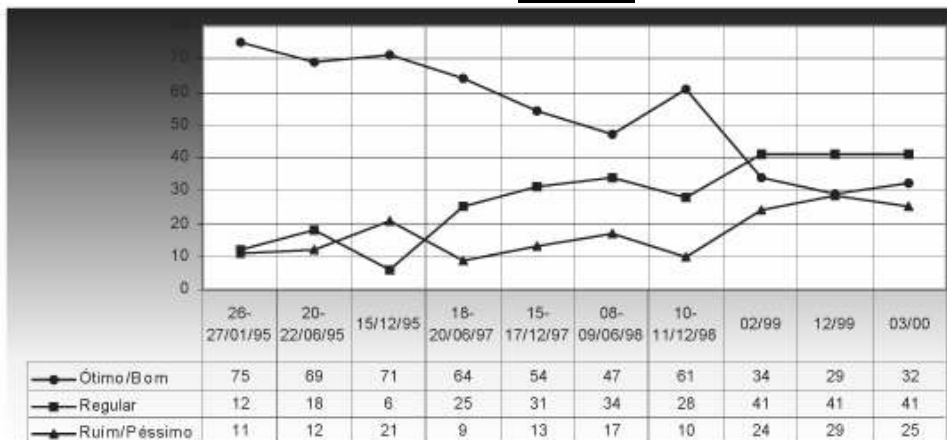
**Figura 2**

Fonte:  
Datafolha  
Obs.:  
a diferença  
para 100%  
corresponde às  
respostas  
"Não sabe/  
Não opinou".  
**Pergunta** "Na  
sua opinião o  
presidente está  
fazendo um  
governo ótimo,  
bom, regular,  
ruim ou  
péssimo?"



## Evolução da Avaliação do Plano Real (em %)

**Figura 3**



Fonte:  
Datafolha  
Obs.: a diferença  
para 100%  
corresponde às  
respostas "Não  
sabe/ Não  
opinou".  
**Pergunta:** "De  
um modo geral,  
você acha que o  
Plano Real está  
sendo ótimo,  
bom, regular, ruim  
ou péssimo?" (Até  
1995, as  
alternativas de  
respostas eram:  
"bom",  
"indiferente" e  
"ruim")

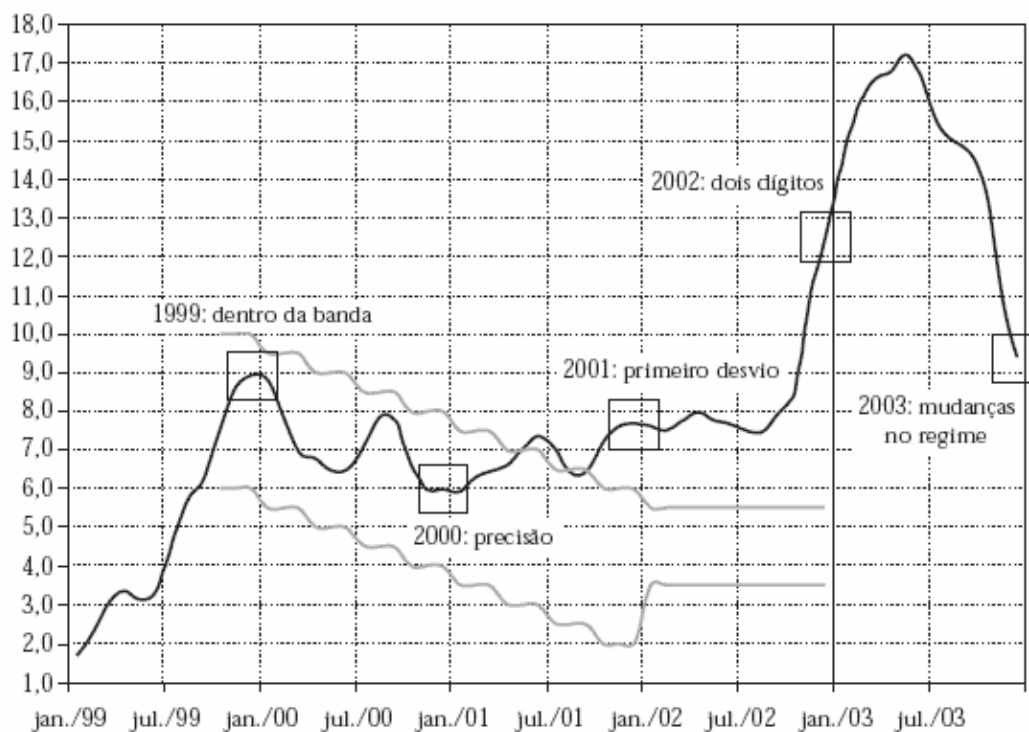
As tendências de avaliação do Plano Real e do governo FHC indicam dois momentos muito distintos: o primeiro, coincidindo com o primeiro mandato, de 1995 a 1998; e o segundo, de 1999 a 2002. No primeiro mandato, a maioria absoluta das opiniões era muito favorável ao plano econômico (mais de 60% de "ótimo/bom"), e as opiniões

favoráveis à FHC ("ótimo/bom/regular") eram predominantes. Com a desvalorização do Real, no início de 1999, as opiniões positivas sobre o plano caíram pela metade. Esta mesma tendência ocorreu com a avaliação de FHC.

A Figura 4 mostra o comportamento do IPCA desde a introdução do regime de metas. Pode-se verificar que o regime alcançou um razoável sucesso nos dois primeiros anos; a inflação manteve-se dentro do intervalo estipulado em seu primeiro ano, 1999, e no ano 2000 atingiu o centro do intervalo de metas. Em 2001 e 2002, sob choques externos e internos de elevada magnitude, a reação da política monetária foi menos eficiente para assegurar o cumprimento das metas.

FIGURA 4

*Cumprimento das Metas de Inflação (IPCA, variação percentual em doze meses)*



Obs.: Entre agosto e dezembro de 2003 foram utilizadas as expectativas médias do mercado financeiro.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados primários disponíveis em IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), e Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)), obtidos em agosto de 2003. Os dados do IPCA foram obtidos no site do IBGE e as metas de inflação, no site do BCB; as projeções foram acumuladas a partir da pesquisa de expectativas realizada pelo Banco Central junto a instituições financeiras.

A principal consequência da substituição do regime monetário subordinado à âncora cambial pelo de metas de inflação foi a redução tanto do nível como da volatilidade das taxas de juros.

No primeiro mandato governamental, FHC conseguiu conter as oposições políticas ao seu governo e aprovar com facilidade projetos políticos e reformas constitucionais. Porém, no segundo mandato, o presidente teve maior dificuldade de governar devido à reorganização das oposições. No Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT) liderava a oposição ao governo. O PT articulou os movimentos sociais e sindicais e as esquerdas de modo geral formando uma ampla frente de oposição parlamentar. O MST continuou a pressionar o governo a partir da iniciativa de invasão de propriedades agrárias e ocupação de sedes de órgãos burocráticos governamentais. Em muitas ocasiões, as invasões agrárias desencadearam conflitos armados no campo. As centrais sindicais promoveram diversas marchas e manifestações de trabalhadores em defesa de reajustes e aumentos salariais para o funcionalismo público e a iniciativa privada (ANTUNES, 2004).

Quatro fatores prejudicaram os planos do presidente Fernando Henrique de obter melhor desempenho econômico e conduzir o processo sucessório de sua cadeira presidencial. O primeiro foi a crise energética ocorrida em 2001; o segundo fator que prejudicou o desempenho do presidente reeleito foi a incapacidade de reformar o modelo econômico com vistas a reduzir a vulnerabilidade externa e gerar maior crescimento; o terceiro refere-se ao enfraquecimento das bases políticas e o último, a reorganização da oposição.

Cláudio Couto e Fernando Abrucio em sua obra “O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições” abordou o episódio do *apagão* em dois aspectos, ambos oriundos do primeiro mandato. O primeiro deriva dos erros no modelo de regulação, pois a

privatização e a criação de marcos regulatórios percorreram caminhos distintos nas diversas áreas, tendo um relativo sucesso no âmbito das telecomunicações e um grande fracasso no setor elétrico, pois faltava infra-estrutura e a ocorrência de longa estiagem impossibilitou uma solução capaz de evitar o *apagão*. O conjunto desses equívocos foi fatal: a regulação foi instituída depois de várias empresas já terem sido vendidas para o setor privado; a Agência Reguladora nasceu fraca politicamente e sem uma elite técnica que a orientasse, afora o Ministério das Minas e Energia ter sido entregue a membros do PFL baiano, incapazes de superar o puro clientelismo.

O *apagão* obrigou o Executivo federal a propor medidas de racionamento à população. Essas medidas reduziram consideravelmente o nível de atividade econômica. Com isso, o denominado *apagão* atingiu uma das facetas mais prezadas do período FHC, a da eficiência técnica, o que minou seu prestígio e, conseqüentemente, a confiança da população na capacidade de o governo resolver os problemas do país. O problema do *apagão* demonstrou que as privatizações de empresas estratégicas foi um grande erro, porque revelava a incapacidade do governo de evitar as crises. Esse problema do *apagão* não poderia ter passado despercebido pelo núcleo central do governo.

A segunda razão do *apagão* refere-se à debilidade da coordenação das políticas inter-setoriais, ao longo do segundo mandato. Isso se deu pela grande dificuldade de Fernando Henrique encontrar alguém que articulasse o governo a partir da Casa Civil, fato que fora agravado pelos conflitos que o ministro Clóvis Carvalho arranjava com os partidos da base aliada durante o primeiro período governamental. Com o racionamento de energia muitas empresas estagnaram-se, porque o racionamento diminuía a sua produção. Naquele período, não havia no país infra-estrutura capaz de permitir que o empresariado produzisse

mais e poupasse energia. É só depois do *apagão* que irá surgir no Brasil uma produção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos que economizem energia elétrica.

O segundo fator que prejudicou o desempenho do presidente Fernando Henrique foi a incapacidade de reformar o modelo econômico com vistas a reduzir a vulnerabilidade externa e gerar um crescimento, pois a economia não saía da recessão. A preponderância da visão fiscalista, que se expandiu no segundo governo, transformou o BNDES, na gestão de Francisco Gros, numa mera instituição financeira, tornando-se um obstáculo para todas as tentativas mais agressivas de política industrial e de auxílio à exportação. No final do período FHC, houve uma reversão dos déficits externos, que se deu fundamentalmente pela desvalorização não programada do “Real” do que pela adoção de uma série de medidas nesse sentido (COUTO e ABRUCIO, 2003).

O terceiro motivo refere-se ao enfraquecimento das bases políticas do governo. Esse enfraquecimento foi oriundo da falta de uma coordenação legislativa no segundo mandato, pois Fernando Henrique não conseguiu substituir a liderança de Luis Eduardo Magalhães, hábil articulador que transformou o governismo em algo extremamente funcional no primeiro mandato, depois de sua morte. Com menos sucesso econômico e a possibilidade de alternância no poder, as bancadas de deputados e senadores tornaram-se menos coesas. Aos poucos, os governistas não estavam mais preocupados em defender o governo, pois almejavam apenas sobreviver politicamente. É nesse contexto que se personificou o conflito entre Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), que tinha como foco essencial a luta entre o PFL e o PMDB dentro da base governista. Magalhães queria ter prestígio para definir a chapa presidencial no pleito de 2002; já Barbalho buscava ser vice-presidente na aliança que concorreria nas próximas eleições (COUTO e ABRUCIO, 2003).

As conseqüências dessa batalha, dentro do governo FHC, atingiram a reputação política de ambos, deixando feridas pessoais que se alastraram para os partidos, especialmente no caso do PFL, por conta da renúncia de ACM, que se viu envolvido em investigação de quebra de decoro, junto com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Eles foram acusados de violação do painel eletrônico do Senado, justamente na seção que cassou o mandato do Deputado Luiz Estevão. Jader também foi acusado por quebrar o decoro parlamentar, mas pelo suposto desvio de verbas de projetos da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco do Estado do Pará (Banpará) e de emitir irregularmente Títulos da Dívida Agrária (TDAs) na época em que foi ministro da Reforma Agrária. Tanto Jader, como ACM, prolongaram ao máximo a abertura de um processo de cassação no Senado, com o objetivo de fazer as acusações caírem no esquecimento. No entanto, com ampla repercussão nacional, os dois casos tramitaram dentro da Casa e ambos optaram por renunciar ao mandato. A decisão extinguiu o processo de investigação e preservou os direitos políticos dos dois. José Roberto Arruda também seguiu o mesmo caminho (COUTO e ABRUCIO, 2003).

O lançamento de Roseana Sarney (PFL) como pré-candidata à presidência da República aprofundou ainda mais a divisão na base governista, com PFL, PSDB e PMDB querendo lançar candidato próprio. O IBOPE<sup>13</sup> havia realizado três simulações para as eleições presidenciais de 2002, em que o possível candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, aparecia em primeiro lugar, seguido de Roseana Sarney (PFL). No entanto, apesar de

---

<sup>13</sup> Nas três simulações realizadas pelo IBOPE, em todo o país, para as eleições presidenciais de 2002, foram entrevistadas 2 mil pessoas, a partir dos 16 anos. No resultado da pesquisa, o pré-candidato Luís Inácio Lula da Silva, aparecia em primeiro lugar - com percentual de votos entre 31% e 34%; e Roseana Sarney (PFL) despontava como segunda colocada, nas três simulações, com 16% a 20% dos votos. A pesquisa ocorreu entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro de 2001 (COUTO e ABRUCIO, 2003).

grande popularidade, sua pré-candidatura naufragou com o escândalo da descoberta da quantia de R\$ 1,34 milhão em escritório da empresa Lunus, de propriedade da governadora do Maranhão e de seu marido, o empresário Jorge Murad. Roseana acusou José Serra (PSDB) de ter feito escuta telefônica e de armar esquema para prejudicá-la (COUTO e ABRUCIO, 2003).

A partir daí o PFL tomou a decisão de não se coligar com os tucanos e ficou sem candidato à Presidência, mas enfraqueceu em muito o PSDB de José Serra para as eleições de 2002, a ponto de parte do PFL dar apoio à Lula. A ala governista do PMDB conseguiu barrar as tentativas dos opositores ligados a Itamar Franco em lançar nome próprio e fechou aliança com o PSDB (BORTONI; DE MOURA, 2004).

Por conta do desgaste das privatizações evidenciadas pelo *apagão*; a incapacidade de reformar o modelo econômico com condições de viabilizar o crescimento da economia; e o enfraquecimento das bases políticas do governo, tudo isto possibilitou a reorganização da oposição e, conseqüentemente, o fortalecimento da mesma a tal ponto que Fernando Henrique perdeu poder em comparação ao seu primeiro mandato. A oposição aprovou, em setembro de 2001, o projeto de emenda constitucional limitando os poderes do Executivo de editar e reeditar medidas provisórias (MPs). Essa modificação da Carta Magna representou uma grande transformação no arcabouço institucional do país, pois havia pontuado um fim em relação ao que havia sido a tônica do primeiro *reinado* de Fernando Henrique Cardoso (COUTO e ABRUCIO, 2003).

As eleições de 2002 foram marcadas também pela polêmica resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de verticalizar as coligações. Com o argumento de que os princípios da Constituição de 1988 eram pela existência de partidos nacionais, o tribunal determinou que as alianças em âmbito estadual só poderiam acontecer entre partidos já

coligados nacionalmente, e somente um partido sem candidato à presidência estaria liberado para qualquer coligação estadual. Os principais temas da campanha presidencial passaram pelas reformas que não foram iniciadas ou concluídas no mandato FHC (previdenciária, tributária, agrária, trabalhista e política) e foram alvo de discussão dos candidatos Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS), José Maria Almeida (PSTU), José Serra (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Rui Costa Pimenta (PCO) (BORTONI; DE MOURA, 2004).

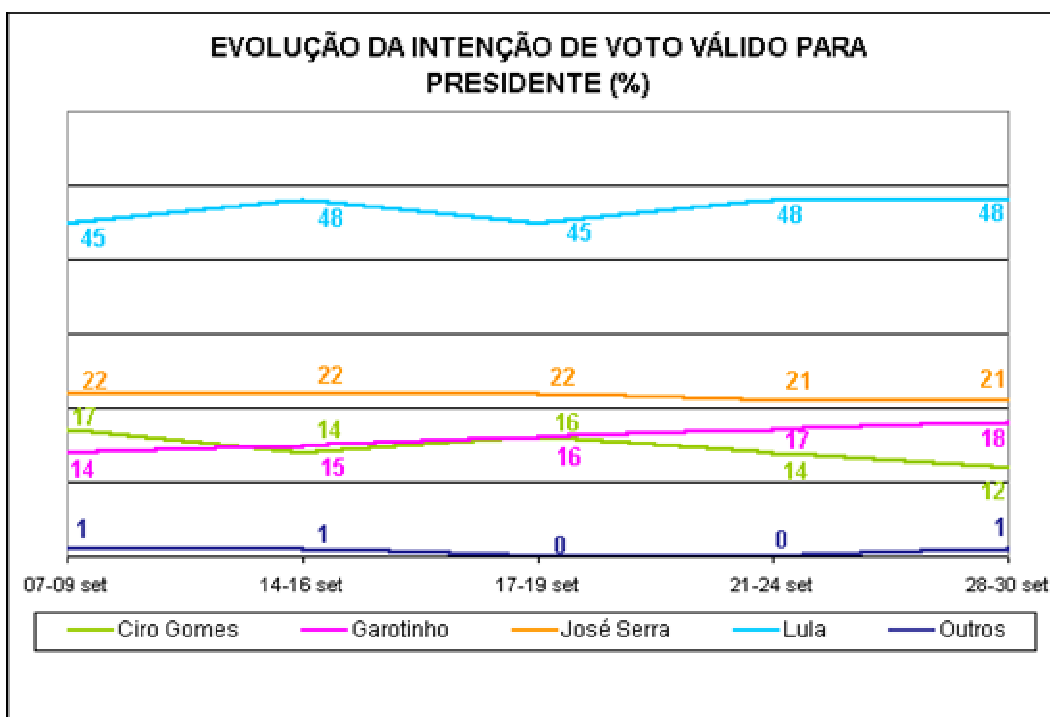
Ao final de sua segunda gestão, Fernando Henrique Cardoso começou a gerenciar crises na economia. Com um cenário de alta do dólar - que chegou a patamares próximos de US\$ 1,00 para R\$ 4,00 – o governo recorreu a nova ajuda financeira do FMI (Fundo Monetário Internacional) e reuniu os quatro principais candidatos em torno do compromisso de respeito aos contratos firmados nos últimos oito anos: Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS), José Serra (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os quatro presidencializáveis comprometeram-se em público a respeitar o compromisso firmado com o FMI. As dificuldades expõem a necessidade de retomada do crescimento econômico, de redução das altas taxas de juros e do estímulo às exportações, mesmo que isso gere um pequeno aumento dos índices de inflação. Essa atitude de Lula mudou o olhar que a mídia tinha sobre ele (BORTONI; DE MOURA, 2004).

A decadência do governo tucano e a crescente divisão da base aliada (PFL, PSDB e PMDB) possibilitaram ainda mais a reorganização da oposição, a tal ponto que o IBOPE havia registrado que Lula tinha 43% das intenções de voto estimuladas contra 47% da soma total dos concorrentes. José Serra permanecia, naquele momento, com 3 pontos percentuais de vantagem sobre Garotinho, mantendo-se o empate técnico na disputa pelo segundo

lugar. Nesta rodada, porém, Ciro Gomes estava cada vez mais distante de Garotinho (5 pontos percentuais).

Conforme gráfico abaixo do IBOPE, Lula chegou a ter 48% dos votos válidos. Considerando-se a margem de erro da pesquisa, seu percentual real pode estar no intervalo entre 46% e 50%. Com pequena possibilidade de chance de ganhar no 1º turno.

Figura 5



Principais destaques dentre os segmentos:

- Lula obtém ganhos acima da média entre homens (48% para 51%), entre eleitores que têm de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental (39% para 44%) e residentes nos municípios metropolitanos, exceto capitais (42% para 47%). Por outro lado, Lula perde 2 pontos entre eleitores mais velhos (vai para 42% na faixa de 35 a 49 anos e para 38% na faixa de 50 anos e mais) e 8 pontos entre aqueles que têm nível de escolaridade superior, onde registra 44%.

- José Serra apresenta crescimento significativo entre pessoas com 50 anos e mais (passa de 16% para 22%), além de subir mais entre eleitores das regiões Norte e Centro Oeste (21% para 26%) e entre os mais instruídos (18% para 24% no segmento com nível superior).
- Garotinho também cresce e chega a dobrar sua intenção de voto entre os que têm nível de instrução superior, chegando a 10%. Além disso, apresenta crescimento, em menor grau, entre eleitores do Nordeste (13% para 16%) e entre aqueles que moram em municípios de porte médio (13% para 18%).
- Ciro oscila negativamente na maioria dos segmentos, mas chega a perder de 3 a 4 pontos entre os eleitores mais jovens (12% para 9%) e também entre os mais velhos (13% para 9%), assim como entre os menos instruídos (12% para 9%).

#### Conhecimento do número do candidato

Cerca de 7 a cada 10 eleitores de Lula sabem mencionar espontaneamente o seu número, comparados a 54% de Ciro, 52% de Garotinho e 42% dos eleitores de José Serra.

Ao contrário do que pensavam os neoliberais radicais e os militantes de esquerda, Lula adotou, com o respaldo da direção nacional do PT, uma postura moderada, acenando com uma lúcida e ordenada transição para o novo modelo, sem ruptura dos contratos e compromissos internacionais constituídos do seu antecessor. Para infelicidade da maioria dos militantes de esquerda, Lula obteve a confiança das instituições financeiras internacionais e, internamente, a conquista da confiança do setor privado. O PT de Lula implementou a estratégia de moderação e de conquista do centro, que foi a decisão de aliar-se ao Partido Liberal (PL), convidando o então senador liberal mineiro, José de

Alencar, dono da Coteminas, um dos maiores grupos do setor têxtil do país, para o cargo de vice-presidente da chapa do PT. Com o respaldo de José de Alencar, Lula obteve apoio de empresários descontentes com a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e da classe média (DINIZ; BOSCHI, 2004).

Os últimos programas na TV dos dois candidatos à Presidência da República foram apresentados numa noite de sexta-feira. Enquanto Serra pediu que cada eleitor se responsabilizasse por conquistar mais um voto para conseguir uma virada aos 45 minutos do segundo tempo, Lula apresentou sua equipe, agradeceu ao país e, em tom de festa, pediu voto aos eleitores. Lula ganhou as eleições com 61,3% dos votos; já Serra perdeu as eleições com 38,7%.

As eleições vão para o segundo turno, mas José Serra perde. Computando-se apenas os votos válidos, Lula fica com 66% contra 34% de José Serra, mas o IBOPE tinha alertado que havia 14% dos eleitores que ainda não sabiam em quem votar quando a pergunta era feita de maneira espontânea.

A década iniciada com o governo de Fernando Collor de Mello deixou como legado para país os seguintes acontecimentos: um grande processo de privatização; um amplo leque de desregulamentações; um intenso processo de reestruturação; um vasto movimento de financeirização; um enorme e desmesurado ritmo de precarização social. O governo Collor iniciou o neoliberalismo no Brasil de modo aventureiro, no entanto, FHC consolidou-o de maneira efetiva e orgânica, em oito anos de governo, porém contraditório por inaugurar um capitalismo sem capital. Já o governo Lula constituiu um novo tipo de neoliberalismo, o “neoliberalismo moderado”, ou melhor, dizendo *emperrado*, porque concedeu cargos políticos a empresários, líderes sindicais, líderes de movimentos sociais, mas que não avança no social porque atrelou-se ao neoliberalismo e não avança no

neoliberalismo, porque tenta promover uma política de assistência social, que recebe críticas dos neoliberais radicais e dos militantes de esquerda. O neoliberalismo moderado mostra-se ser um neoliberalismo mais perigoso do que Fernando Henrique Cardoso, porque a era FHC possibilitou a rearticulação dos movimentos sociais e da esquerda. Já o neoliberalismo de Lula, por mascarar a cooptação dos diferentes líderes a um cargo no governo como democracia, impossibilita que os movimentos sociais mobilizem-se contra o próprio governo, porque mata o sonho de muitos militantes que almejam um Brasil mais justo.

Para analisar o governo Lula faz-se necessário o máximo de racionalidade, porque há paixões, sentimentos de traição, posicionamentos ideológicos, por exemplo, para os neoliberais como Heitor de Paola, membro do *Instituto Liberal* do RJ e o Professor Constantine Menges, do *Hudson Institute*, que consideram Lula como anti-liberal no seu artigo “O eixo anti-liberal”, referindo-se ao eixo Havana-Caracas-Brasília. Por outro lado, Paulani em seu artigo “O Projeto Neoliberal Para a Sociedade Brasileira: sua Dinâmica e seus Impasses”; Frigotto em seu artigo “Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil Hoje”; Ricardo Antunes no seu livro “A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)” afirmam, com contundência, que Lula é neoliberal, ou seja, tanto esquerda quanto os neoliberais radicais criticam seu governo. Estes o denominam anti-liberal pela intimidade que Lula tem com Fidel Castro e Hugo Chavez, por isso, Heitor de Paola disse que:

Na Venezuela, a “Revolução Bolivariana” de Chávez, segue de vento em popa restringindo a liberdade de informação, caminhando celeremente para a abolição da propriedade privada, apoiando a narco-guerrilha colombiana e, principalmente, fornecendo petróleo para sustentar o moribundo regime comunista cubano. No Brasil, o governo petista vai mais lentamente no mesmo caminho. Como não estamos montados em petróleo, é preciso manter uma rígida política econômica que atraia investimentos e enriqueça banqueiros, às

custas de sufocar as empresas privadas através de juros escorchantes e brutal aumento da carga tributária (PAOLA, 2005: 2).

Heitor de Paola, provavelmente envolvido pelas suas ideologias, foi contraditório em diversas afirmações, tais como: “é preciso manter uma rígida política econômica que atraia investimentos e enriqueça banqueiros”, mas essa política foi fundamentada no governo FHC, governo reconhecido por ele como liberal. Porém, em seu artigo ele acusa Lula de anti-liberal por dar continuidade à política de FHC, ou seja, as paixões impedem que haja uma análise mais racional. É também no governo FHC que houve: “juros escorchantes e brutal aumento da carga tributária”. Heitor de Paola termina seu artigo tentando liderar um movimento de empresários contra o governo Lula: “É impressionante a falta de reação daqueles que deveriam ser os maiores interessados, o empresariado, que parece marchar alegremente para o matadouro”

No entanto, o discurso da esquerda usa os mesmos argumentos alegando que Lula é neoliberal a ponto de Ricardo Antunes abordar que:

O Brasil ajudava a referendar uma tese que tem sido reeditada aqui e alhures: as forças de esquerda que se credenciam para remover o neoliberalismo, quando chegam ao poder, freqüentemente tornam-se prisioneiras da engrenagem neoliberal (ANTUNES, 2004).

Ricardo Antunes, Maria Leda Paulani e Gaudêncio Frigotto criticam o PT e Lula por manterem a política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Eles criticam a política dos juros altos como sendo neoliberal. Antunes deixa claro que o PT nasceu no seio das lutas sociais, sindicais e da esquerda do final dos anos 70. De acordo com Antunes o “PT surgiu da recusa, tanto do “socialismo real”, quanto da socialdemocracia, sem migrar para o capitalismo”. A vitalidade do PT, de acordo com Antunes, decorria do forte vínculo com as forças sociais do trabalho (ANTUNES, 2004: 56).

A grande contradição do discurso de Antunes fundamenta-se no fato de que ele mesmo afirma que o PT se recusou a ser socialista, mas ele esperava que o PT no governo fizesse mudanças radicais, porque o partido originou-se dos movimentos sociais. Há um tom de decepção em Ricardo Antunes, daí a contradição porque o PT fundamentado pela maioria das grandes lideranças nacionais sempre foi social-democrata justamente por se recusar ao socialismo e não se vincular diretamente com o capitalismo. Mas não se vincular não significa que o PT quisesse pôr fim ao capitalismo, mas que ele, enquanto partido político, em seu discurso, era contra as injustiças provenientes do capitalismo.

Paulo Roberto de Almeida, diplomata e professor de Ciências Sociais, em “A longa Marcha do PT para a Social-Democracia”, diz:

O PT, quem diria?, acabou na social-democracia. Pois é, depois de anos e anos criticando a própria (ou seja, os herdeiros da Segunda Internacional), recusando qualquer aproximação com seus herdeiros heterodoxos da Terceira Via, depois de denegrir, por anos a fio, a opção daqueles grupos, partidos ou personalidades que já tinha feito, consciente e voluntariamente, o caminho para o reformismo democrático e para a administração sensata do capitalismo realmente existente, o PT, por sua vez e finalmente, se junta ao cordão dos convertidos, pelo menos em intenção e de forma meio encabulada. (ALMEIDA, 2003: 56).

Na realidade, o PT nunca foi um partido de esquerda, no sentido socialista. O PT têm características de social-democrata, porque ele tem um discurso de esquerda, mas nunca radicalizou para uma mudança estrutural.

Eduard Berestein em *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia* aborda que para a social-democracia não basta afirmar que todos os homens nascem livres e iguais, se uma minoria concentra toda a riqueza, o poder na sociedade e a maioria não consegue uma retribuição justa pelo seu trabalho. Igualdade real, para a social-democracia, significa salários crescentes e oportunidades iguais de crescer e se desenvolver como ser humano para todos os trabalhadores e filhos de trabalhadores. A social-

democracia não quer acirrar as lutas de classes. Ela simplesmente reconhece que essas lutas existem na mesma medida em que existem desigualdades injustificáveis e exploração dos trabalhadores na sociedade. Berestein, o pai da social-democracia, afirma que a exploração e as desigualdades são superáveis - que uma distribuição mais equilibrada da riqueza é possível e necessária, sem que para isso a luta de classes precise virar uma guerra sangrenta.

A recusa do Partido dos Trabalhadores em ser socialista o possibilitou não acirrar as lutas de classes. Nesse sentido, o PT apenas reconheceu a existência das lutas de classes devido às desigualdades sociais, pois o discurso petista sempre foi por melhores salários e oportunidades iguais de crescer e se desenvolver como ser humano para todos os trabalhadores e filhos de trabalhadores. Antes de ser governo, o PT era social-democrata radical, vinculado ao discurso marxista, mas as derrotas para Fernando Collor e Fernando Henrique fizeram do PT um partido social-democrata moderado.

Tratou-se, provavelmente, de uma longa evolução, que deve ter torturado as mentes e corações desses dirigentes partidários durante noites e noites mal dormidas e incontáveis conversas de “pé de ouvido” com outros líderes igualmente convencidos, depois de muitas frustrações e choques com a realidade, de que algo precisaria ser feito para remediar o coquetel de ilusões econômicas servido durante anos aos militantes da causa e contornar a perspectiva de novas derrotas eleitorais se algo não fosse feito para mudar o curso de um partido que funcionou sempre à base de entusiasmo militante, mas que ainda não tinha convencido a classe média – que é, finalmente, quem decide eleições no Brasil – de que o partido estava finalmente preparado para “empolgar” o poder (ALMEIDA, 2003: 56).

Os discursos políticos do PT antes das eleições de 2002 mudaram tanto, a tal ponto, que o possível vice-presidente do Brasil era um empresário, José de Alencar. Isto acontecia porque o PT não queria apenas atingir os trabalhadores, mas também pequenos e médios proprietários. Quando o PT alcançou o poder, o partido vinculou-se ao grande capital financeiro porque não tinha uma proposta socialista, porque nunca fôra um partido

socialista, mas um partido social-democrata de fato. Sua existência enquanto partido comprova que o PT é social-democrata, ainda que o PT tenha recusado esse rótulo.

Não se pode entender um partido político pela sua ideologia inicial ou final, ou pelas suas metas, ou pelas suas relações sociais, ou mesmo pelo seu discurso, mas pelo modo como ele vai se definindo no mundo real, mediante sua existência concreta. Trata-se, fundamentalmente, de analisar tudo aquilo que foi realizado ou não, diante das circunstâncias favoráveis ou adversas. Não se trata de investigar a alma de um partido, mas a sua existência, na realidade concreta social. Isto não quer dizer que não se vá fazer menção à ideologia, metas ou às relações sociais do partido em questão, mas o que se objetiva é partir de uma concepção epistemológica capaz de abarcar a sua existência. Neste caso, as metas, as relações sociais e ideologia, e os discursos são apenas elementos e não o ponto de partida de uma concepção consistente.

O deputado federal Delfim Netto (PPB-SP), 75 anos, afirma a Folha de São Paulo, no dia 3 de outubro de 2002, que o PT é o único partido que tem chances de exercer a social-democracia de verdade no país porque tem um elemento fundamental no PT, que é o trabalhador. "Não existe partido social-democrata só com professor universitário", afirma, numa referência ao PSDB. (BARROS, 2002).

Por isso, não é de se estranhar que Lula tenha se associado ao FMI um pouco antes das eleições de 2002, como descreve Almeida:

A “grande mudança” – sempre da forma mais discreta possível – foi confirmada logo em seguida através do programa de governo e definitivamente consagrada na carta de aceitação do acordo do Brasil com o FMI, em agosto de 2002, ainda que, repitamos, em nenhum momento o PT avisou a freguesia – sua própria clientela eleitoral, seus militantes mais aguerridos e, sobretudo os populares de modo geral – que ele estava empreendendo essa longa marcha, a passos lépidos, em direção da social democracia (ALMEIDA, 2003: 56).

O sociólogo e cientista político Levi Bucelem Ferrari, professor da Universidade Católica de Santos, diretor da Associação e do Sindicato dos Sociólogos de São Paulo, em

palestra proferida durante simpósio sobre "O Neoliberalismo no Brasil" da 48ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – São Paulo, PUC, 09/07/1996 diz:

Quando tudo se subordina ao mercado, como pregam os neoliberais, a sociedade passa a servir à economia, o que põe por terra qualquer veleidade civilizatória. E subverte o que tem sido consenso desde a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, ou seja, a necessidade de mecanismos de controle sobre a voracidade de acumulação do capital e suas conseqüências: a oligopolização, as crises cíclicas, a ameaça aos direitos sociais e à soberania das nações. Ao defenderem o "Estado Mínimo", os neoliberais menosprezam o papel do Estado na indução ao desenvolvimento e na prática de políticas sociais que asseguram aos mais pobres a esperança de um dia serem cidadãos. Afinal, não é o mercado quem há de oferecer educação e saúde públicas gratuitas e de boa qualidade (BUCALEM, 1996).

Para Bucalem, ricos ou pobres sofrem conseqüências com o neoliberalismo, tanto no plano econômico quanto social. Sob o governo Thatcher, a economia inglesa decresceu e foi superada pela Itália. O número de miseráveis, diz Bucalem “passou de cinco para quatorze milhões entre 1979 em 1992”. *A Dama de ferro*, que usou a polícia para sufocar uma greve de mineiros, mereceu um verdadeiro "pito" da ultra-discreta Rainha Elizabeth, que condenou de público o descaso do governo Thatcher para com a pobreza.

Bucalem aborda que nos Estados Unidos, a tuberculose cresceu 20% entre 1979 e 1992, e a crise de mercado para os produtos americanos obrigou George Bush a implorar aos japoneses que comprassem seus automóveis. Os nipônicos, sempre distantes do neoliberalismo e ultra-protecionistas em relação a seus produtos, negaram-se a atendê-lo.

Para Bucalem, as conseqüências do neoliberalismo para a América Latina são ainda piores. Crescem a concentração de riquezas, o desemprego, a miséria e a exclusão social, enquanto a desindustrialização e as privatizações a qualquer custo comprometem a soberania das nações. Apesar destas evidências conhecidas pelo partido dos trabalhadores,

o PT deu continuidade às políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, porque o PT nunca teve uma proposta socialista, justamente por ser social-democrata em toda a sua história.

Eli Diniz, em sua obra “Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula” aborda que o PT, quando conseguiu alcançar o poder, optou pela continuidade, sobretudo, em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Sob a direção do Ministro da Fazenda, o médico Antônio Palocci Filho e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles - ex-presidente mundial do Bank Boston, ligado ao setor bancário - o governo petista adotou uma política monetária e fiscal austera para acabar com a denominada “crise de credibilidade”. Esta política combinou câmbio flutuante com livre movimento de capitais, a manutenção do regime de metas de inflação e políticas fiscais altamente restritivas, aumentando inclusive a taxa básica de juros (SELIC) dos 25% vigentes no início do governo para 26,5% ao ano, três meses depois. Esta política priorizava as metas de estabilização. Na área fiscal, foi decidido aumentar o superávit primário para 4,25% do PIB, ou seja, um valor acima ao acordado com o FMI pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Lula constituiu seu ministério com a aproximação do empresariado e líderes de movimentos sociais Assim, a pasta do Ministério da Agricultura ficou com Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG); enquanto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi designado o empresário Luiz Fernando Furlan (presidente do conselho de administração da Sadia, grande grupo fabricante e exportador, do ramo alimentício). Para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal órgão de financiamento público do Brasil, foi designado o economista e então reitor da UFRJ, Carlos

Lessa, conhecido por suas posições desenvolvimentistas e favoráveis ao fortalecimento do parque produtivo nacional. E para ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro, que era ligada ao movimento negro. Carlos Lessa permaneceu no cargo por dois anos, porque sua gestão foi objeto de muita polêmica e alvo de muitas pressões por parte da base petista.

O neoliberal, Ricardo Vélez Rodriguez, no seu artigo “O governo Lula e os movimentos sociais” faz uma série de críticas ao governo petista por causa da substituição de Roberto Rodrigues:

Dois fatos recentes (a substituição do ministro da Agricultura por um técnico simpático ao MST e a rápida libertação, por pressão do governo, dos ativistas do MSLT que depredaram o Congresso Nacional) indicam o caminho que tomará um segundo mandato petista, caso o atual presidente seja reeleito. O candidato Lula pende para os denominados “Movimentos Sociais” (que são, na verdade, “Movimentos Anti-Sociais”, pelo desprezo que devotam às instituições do Estado de Direito). Lula é refém do complexo “gramsciano-petista” que privilegia, no governo, os denominados “intelectuais orgânicos”, ou seja, aqueles ativistas afinados com um projeto de hegemonia do proletariado, leia-se, no caso brasileiro, da aliança operariado-camposinatos simpática ao PT. Surgirá daí, num eventual segundomandato de Lula, uma República Sindical, em que ocuparão lugar privilegiado os líderes dos denominados “Movimentos Sociais”. Os chefes dos dois mais importantes Movimentos são por todos conhecidos: João Pedro Stédile (líder máximo do MST) e Bruno Maranhão (cabeça do MSLT).

Apesar das diversas críticas dos militantes de esquerda e dos neoliberais radicais, Lula conseguiu enfraquecer os movimentos sociais e a oposição ao seu governo, porque muitos líderes de movimento social obtiveram cargos estratégicos e empresários tiveram acesso direto ao governo. Desta forma, os segmentos que poderiam fazer um levante contra Lula foram cooptados pelo poder.

Por isso, assim que Lula tomou posse, anunciou a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), para institucionalizar um espaço de negociação entre Estado e sociedade civil. Um grande número de empresários foi convidado a integrar o Conselho, que teve a seguinte composição: o Presidente da

República, que o preside; o Ministro Tarso Genro, seu secretário-executivo e mais 11 ministros; e 90 representantes da sociedade civil, entre os quais, 41 empresários, 13 sindicatos de trabalhadores, 11 movimentos sociais, 10 personalidades, 3 entidades de classe, 2 representantes da cultura, 2 religiosos e 7 representantes das regiões Norte e Nordeste (DINIZ, 2005).

No primeiro ano do mandato, a política de estabilidade desgastou o governo diante da opinião pública, apesar da popularidade do presidente Lula ter continuado relativamente alta, porque Lula não tinha diminuído o desemprego originado do governo do seu antecessor. Nos últimos meses de 2003, as pesquisas de opinião divulgadas pelos principais jornais brasileiros abordaram o aumento do desemprego. A *Folha de São Paulo* publicou os resultados da pesquisa do Datafolha, levada a efeito em 130 municípios de todo o país, reforçando as conclusões a que haviam chegado levantamentos anteriores, indicando o desemprego como a principal preocupação da população.

Entre os entrevistados, 46% apontaram o desemprego como o principal problema do país, superando a fome (apontada por 12%), a violência (indicada por 10%), e a saúde (também 10%). Além disso, para 25% dos entrevistados, o desemprego foi apontado como a área de pior desempenho do governo em seu primeiro ano, atingindo 54%, em comparação com 50% no mês de agosto, e 43% em março de 2003. Em outros termos, na percepção da população, o desemprego destacava-se como o aspecto mais negativo do governo Lula, o que não parece ser mitigado pelos efeitos de políticas emergenciais, como o programa Fome Zero e demais políticas sociais compensatórias (DINIZ, 2005).

No segundo ano de mandato, durante o primeiro semestre de 2004, observou-se a redução da taxa básica de juros de 26,5% para 16%. A persistência da estabilidade macroeconômica, a redução da taxa de juros, o bom desempenho do setor exportador e as

condições extremamente favoráveis do cenário internacional impulsionaram um forte crescimento da economia no início de 2004. Os dados publicados pelo IBGE, em dezembro daquele ano, indicaram um crescimento de 6,6%, no terceiro trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior. O IBGE divulgou, em março de 2005, os dados sobre o desempenho da economia. Em 2004, os dados oficiais mostraram que o crescimento do PIB foi de 5,2%, o melhor resultado desde 1994 (época do lançamento do Plano Real), quando este crescimento foi de 5,9%. O PIB *per capita* cresceu 3,7% em 2004. A indústria teve um crescimento de 6,2%. Para 2005, as expectativas para o crescimento do PIB oscilavam entre 3,5% e 4,0%. Observou-se um forte crescimento da formação bruta de capital fixo (20,1%) e da demanda externa. As exportações cresceram 18,2%, enquanto as importações cresceram 17,7% (BICHARA; CUNHA, 2004).

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2004, o ritmo de crescimento das exportações surpreendeu as previsões mais otimistas: do ano anterior. As empresas brasileiras embarcaram o recorde de US\$96,475 bilhões, o que significou alta de 32% em relação a 2003. As importações também aumentaram em ritmo forte: foram para US\$ 62,779 bilhões, 30%, em relação a 2003. Esse desempenho garantiu ao país um superávit de US\$ 33,696 bilhões. (DINIZ, 2005).

## **Derrota do socialismo e a ascensão do neoliberalismo: ONGs e os movimentos sociais.**

O meu objeto de pesquisa é a Educafro de São Paulo, uma ONG que nasceu dos movimentos sociais de educação, que será mais bem explicada no capítulo 3, mediante entrevistas com seus líderes. Por isso, tenho como pretensão, neste capítulo, apresentar duas prováveis causalidades fundamentais para explicar a proliferação dos movimentos sociais em prol de direitos sociais e dos constantes aumentos de ONGs .

O primeiro motivo refere-se à derrota do socialismo e o segundo, ao processo de mundialização do capital associado às práticas neoliberais. Outro enfoque de destaque, neste capítulo, referem-se aos fatos que pretendo abordar, além de definir o que é movimento social comparativamente ao conceito de ONG. Almejo, ainda, analisar de maneira crítica uma das características das políticas públicas por parte dos governantes que é o desvio de verbas às ONGs.

A queda do socialismo na Rússia para as pessoas que acreditavam num projeto de revolução representou um duro golpe. A professora Vanilda Paiva, da UFRJ, em sua obra “Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social” afirma que:

O fim do socialismo real na Europa significou, na prática, uma vitória política e ideológica dos princípios do capitalismo liberal como única forma legítima de pensar a realidade econômico-social, provocando perplexidade e dificuldades teóricas e nas práticas e propostas políticas dos trabalhadores (Paiva, 2002: 49).

Paulo Freire (1992), através da “Pedagogia da Esperança”, lançou o seu manifesto ao mundo, a despeito de todos estes acontecimentos que para ele nada mais eram do que a vontade do sistema capitalista de "matar os sonhos e a utopia". Ele reafirmou a esperança, "não por pura teimosia, mas por um imperativo existencial e histórico".

Sobre o colapso do socialismo real, Paulo Freire, negou que este fato tenha significado como o fim das utopias, combatendo com veemência o discurso neoliberal por ter se auto-intitulado vencedor; questionando a 'vitória' do capitalismo de forma radical:

Que excelência é essa que consegue conviver com mais de um bilhão de habitantes no mundo em desenvolvimento que vivem na miséria? Que excelência é essa, que dorme em paz com a presença de um sem-número de homens e mulheres cujo lar é a rua, e deles e delas ainda se diz que é a culpa de na rua estarem? Que excelência é essa que não se comove com o extermínio de meninos e meninas nos grandes centros urbanos brasileiros; que 'proíbe' que 8 milhões de crianças populares se escolarizem, que 'expulsa' das escolas grande parte das que conseguem entrar e chama a tudo isso 'modernidade capitalista'? (FREIRE, 1992: 94).

Os professores Gaudêncio Frigotto e Pablo Gentili na apresentação do livro “A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho” abordam que:

O impressionante avanço das forças produtivas aumenta as possibilidades de prolongar e melhorar a vida humana, ao mesmo tempo que mutila e torna precária a vida de quase metade dos habitantes do planeta. Milhões de seres humanos, especialmente do Terceiro Mundo, sofrem, ainda hoje, as conseqüências brutais da fome e de doenças endêmicas cuja cura já era conhecida desde a Idade Média. Mais de mil e duzentos milhões de adultos são violentados pelo horror político e econômico do desemprego estrutural, enquanto milhões de meninos e meninas são quotidianamente submetidos a maus-tratos e violência em um mercado de trabalho que reduz a meros escravos, negando-lhes os mais elementares direitos humanos e desintegrando-os física, psicológica e afetivamente. (FRIGOTTO e GENTILI, 2002: 9).

A partir desse questionamento de Freire, Frigotto e Gentili ao neoliberalismo podemos perceber que não se trata apenas de uma mera hipotetização, mas de hipóteses baseadas em evidências promovidas pelas desigualdades sociais.

Paulo Freire em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” aborda que a naturalização da globalização da economia é uma construção humana, muito embora venha de uma *orientação política ditada pelos interesses dos que detém o poder*, classificando-a como uma reedição da "medonha malvadez" própria do capitalismo, como afirma:

O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca. (FREIRE, 1996: 144).

Neste sentido, há uma relação entre as abordagens descritas por Freire, Frigotto, Gentili, naquilo que se refere ao “processo de mundialização do capital associado às práticas neoliberais” (FRIGOTTO e GENTILI, 2002); pois, os neoliberais, com sua política de Estado mínimo aumentou e aprofundou as mazelas sociais negando a cidadania e passando a responsabilidade para as ONGs.

De maneira bastante genérica podemos analisar duas características fundamentais da política social neoliberal: descentralização e desconcentração. Para dar à política social essas características, o governo neoliberal tenta implantar medidas que visam a privatização do setor de serviços, promovendo o desenvolvimento e a expansão de ONGs assistenciais. Esse tipo de política social está de acordo com a idéia da necessidade de diminuir o “tamanho” do Estado até um mínimo possível, preconizada pelos ideólogos do neoliberalismo. (BOITO, 1999). A idéia de retratar a Educafro de SP como objeto de pesquisa possibilita apresentar uma ONG que promove ações de militância e não de assistencialismo, como será visto melhor no capítulo 3.

Dentro da política de descentralização, segundo seus defensores, a administração dos serviços deve ser entregue aos ramos inferiores do aparelho de Estado, porque, na opinião dos mesmos quanto mais centralizada estiver essa administração, mais distante estarão os centros decisórios de seus usuários. Além dessa retórica, que leva em conta, supostamente, a qualidade dos serviços, a descentralização diminuiria os gastos, já que diminuiria o tamanho da burocracia envolvida na prestação desses serviços. Quase associada a essa primeira característica dos programas sociais neoliberais, vem o que Boito

chama de “desconcentração participativa”, que implica a delegação de tarefas – gestão e parte do financiamento, basicamente - a entidades não governamentais e, em alguns casos, aos próprios usuários. Essa segunda característica promove a existência de mais ONGs, mais movimentos sociais. Isso porque, se o Estado incentiva “parcerias” entre escolas, postos de saúde, etc. e ONGs, acaba por “jogar” para o mercado a prestação desses serviços. (BOITO, 1999).

Segundo dados da Controladoria-Geral da União (CGU), desde 1999 o governo federal já repassou R\$ 48,02 bilhões para ONGs. Os números mostram que o montante de R\$ 19,98 bilhões concedido no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) é menor do que os R\$ 28,04 bilhões, repassado no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Veja tabela abaixo.

Figura 6



Anthony Giddens nega a posição imobilista de homens e mulheres diante dos fatos relativos à dita morte da História com a derrota do socialismo. A esse respeito Giddens é enfático ao afirmar que:

Seguramente precisamos de algo bem mais concreto e prático do que a resposta pós-modernista, que simplesmente cruza os braços diante do colapso do comunismo e das frustrações da modernidade. Dizer que o mundo escapou do nosso controle, que nada podemos fazer, que entrou numa espécie de Idade Média e que só nos resta sorrir e ser irônicos, como quer o pós-modernismo, é no mínimo, insensato. Há coisas que não só se pode como se deve fazer tanto no plano intelectual quanto prático. (Giddens, 199: 123).

Neste aspecto, Giddens estava certo, porque a concepção de uma revolução socialista, de uma política macro e universalista, deixa de existir, mas as lutas continuam. Há uma passagem dos movimentos sociais contra o capitalismo para as ONGs e uma mudança no discurso dos novos movimentos sociais, por luta pelos direitos humanos. Assim, não há mais um discurso de uma justiça universal de todos, mas de uma justiça para os negros, para as mulheres, para as negras, meio ambiente e etc.

A derrota do socialismo soviético inibiu os discursos universalistas, proliferando um discurso de direitos humanos específicos ou mesmo a liberdade de um grupo de estar juntos por questões de identificação. A esperança de mudança continuou existindo. No entanto, as ações dos movimentos sociais e das ONGs firmaram-se numa mudança micro, baseadas nos direitos humanos e não mais em concepções universais. O que se discute são os direitos da mulher, dos negros, das crianças, do meio ambiente e não mais uma política macro estrutural.

Essas mudanças são necessárias, e por isso mesmo estão partindo da própria sociedade civil, sem necessariamente almejar o fim do capitalismo como antes.

Diferentemente de outros conceitos, o “Movimento social”, em particular, apresenta significados peculiares conforme a concepção a partir da qual se desenvolve. Os mais variados tipos de ação coletiva são classificados como movimentos sociais. Essa imprecisão está relacionada a algumas questões. O conceito envolve uma problemática simetria entre empiria e teoria, relacionada à apropriação do significado das lutas sociais pelos pesquisadores, muitos dos quais são militantes, o que ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva. Dessa maneira, penso ser pertinente diferenciar “Organização não governamental (Ong)” de “Movimento social”, justamente para deixar claro que ambos não são conceitos sinônimos.

A pesquisadora brasileira do ISER, Leilah Landim (em sua publicação “Para Além do Mercado e do Estado? - Filantropia e Cidadania no Brasil”) diz:

O primeiro setor é o Estado e o segundo, a iniciativa privada. Pode-se destacar que o crescimento das organizações sem fins lucrativos é grande devido ao fato de o Estado não conseguir atender todos na provisão dos serviços sociais, sendo que o número de indivíduos que precisam de ajuda também cresce sem parar.(LANDIM, 1993).

Ou seja, há uma série de organizações que não podem ser classificadas como pertencentes ao Estado nem ao mercado. Levando-se em conta esse fato, nota-se que, “para além do Estado e do mercado”, essas organizações são denominadas de Ongs por Landim (LANDIM, 1993).

No entanto, Landim mistifica a sociedade civil mediante o conceito de “Terceiro Setor” ao mostrá-lo homogêneo e sem contradições de classes (no qual todos buscariam o “bem-comum”) e em oposição ao Estado (denominado de “Primeiro Setor”, supostamente burocrático e ineficiente) e ao mercado de “Segundo Setor”, porque se orienta pela procura do lucro. Segundo Montaño (2002), essa mistificação contribui para facilitar a hegemonia

do capital na sociedade, porque a globalização existe fundamentalmente para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, “cada um que cuide do seu como puder. De preferência com Estados fortes para sustentar o sistema financeiro e falidos para cuidar do social” (Laura T. Soares, in MONTAÑO, 2002: 13). Dessa forma, o ideário individualista liberal não é raro, pois pode ser visto muito bem em nosso cotidiano como algo comum. Landim aborda em sua obra “Ações em Sociedade”:

Certamente é nesse universo da filantropia que se forjam historicamente os valores predominantes na cultura das massas brasileiras com relação à ação voluntária e que raramente têm a ver com o ideário individualista liberal. (LANDIM, 1998: 277)

Esse conceito “Terceiro Setor” é impreciso, porque há ONGs financiadas por políticos e outras por grandes empresas. O conceito de *Terceiro Setor* de Landim não analisa os interesses de uma empresa (que visa o lucro) por financiar uma ONG (que visa o social).

Melo Neto e Froes no texto “Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial – A Administração do Terceiro Setor” destacam como fator preponderante para o crescimento do Terceiro Setor:

(...) a maior participação das empresas, que já descobriram o filão do marketing social. Investem em programas e projetos sociais e obtêm retorno social, de imagem e de vendas. Tornam-se “empresas cidadãs” e ganham o respeito de todos: funcionários, clientes, fornecedores, governo comunidade e opinião pública. (1999: 12).

As atividades filantrópicas das fundações empresariais veiculadas como produto de uma maior humanização do empresariado resulta numa “visão fetichizada do mundo cotidiano”. Montañó amplia essa análise afirmando que as vantagens econômicas e/ou

políticas da atividade filantrópica trazem para a empresa maiores benefícios que seus custos:

O luxo, dizia Marx, “entra nos custos de representação do capital”, como fonte de crédito e de vantagens econômicas e políticas. Hoje poderíamos acrescentar: a filantropia empresarial entra nos custos de representação do capital, impondo a imagem da empresa, melhorando o marketing comercial, isentando o capital de impostos estatais, conseguindo subsídios, entre outros benefícios. (MONTAÑO, 2002: 213)

Uma das diferenças marcantes entre “Movimento social” e Ongs está no fato de que o primeiro não pode ser confundido com uma organização, porque esta pressupõe gerenciamento administrativo. O ‘pai’ do *Management*, Peter Drucker (em sua publicação “Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas”) ensina aos líderes das organizações do “Terceiro setor” a elevar seu desempenho, eficácia e responsabilidade social graças aos métodos de avaliação e de planejamento administrativos, orientação para os resultados e motivação dos funcionários.

Dessa forma, podemos dizer que as Organizações não governamentais podem ter o mesmo gerenciamento de uma empresa, diferenciando-se pelo fato de não visarem o lucro e, conseqüentemente, tendo como ideal uma certa humanização do capitalismo, já que seria contraditório ser um revolucionário com uma gestão empresarial.

Contudo, a meu ver, o discurso de Peter Drucker sobre responsabilidade social de uma ONG ou mesmo de uma empresa apresenta-se não como uma humanização da administração, mas como uma prevenção do sistema capitalista.

Peter Drucker, ao contrário do precursor do neoliberalismo, é um autor alicerçado na Teoria Neoclássica da Administração devido à forte ênfase que dá aos aspectos práticos

da administração, pelo pragmatismo (doutrina filosófica que se baseia na verdade do valor prático), isto é, a busca de resultados reais e palpáveis, sem desprezar os conceitos teóricos da administração clássica. Para Peter Drucker, a teoria somente tem valor quando operacionalizada na prática (CHIAVENATO, 1999).

De acordo com Paulani em “O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua Dinâmica e seus Impasses”:

A estratégia de Hayek e seus companheiros não passaria pelo desenvolvimento e/ou aprimoramento de uma teoria econômica que pudesse ser usada como arma na demonstração da superioridade do mercado e da sociedade que ele forjava. A teoria neoclássica, que seria, dentre todos, o paradigma com maior vocação para isso, tinha sido destruída metodologicamente justamente por Hayek (PAULANI, 2006: 71).

Enquanto Hayek fundamenta uma concepção neoliberal mediante uma doutrina, Peter Drucker fundamenta uma concepção neoliberal moderada baseada na Teoria Neoclássica da Administração. Por isso, Peter Drucker, define a eficácia como um “instrumento que faz as fontes de capacidade e conhecimento produzir mais e dar melhores resultados” (DRUCKER, 1967,p.19) e que um gerente eficaz conduz seu esforço para resultados e não para o trabalho (ibidem). Drucker, em sua obra “A eficiência empresarial”, afirma que o primeiro dever de um gerente de uma empresa é o de lutar pelos melhores resultados econômicos possíveis, a partir dos recursos correntemente empregados ou disponíveis, considerando uma responsabilidade constante. Isto quer dizer que as mais complexas atividades gerenciais, como por exemplo, as responsabilidades sociais e oportunidades culturais da empresa, não podem ficar isentas do propósito de se obter lucro.

A responsabilidade social é uma dessas representações criadas pelas empresas, a qual tende a legitimar-se pela autoridade das empresas no mundo social.

As organizações modernas não só se apresentam como modelo a ser seguido pelas demais instituições sociais, mas também como guardiãs dos mais altos valores sociais e da moralidade pública. E como guardiãs da honestidade, do respeito, da seriedade, da transparência, da dignidade, responsáveis por uma missão nobre, elas assumem ares de santidade (FREITAS, 2002: 66).

Esses “ares de santidade” descrito por Maria Esther de Freitas em “Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma” revelam o poder simbólico das empresas quando se apresentam como responsáveis pela sociedade. *a responsabilidade social deve fazer parte da estratégia da empresa (...) tudo que diz respeito ao ser humano e ao meio ambiente é cada vez mais uma preocupação de nossos clientes.* BELLINI in Guia Exame, p.45.

Esse poder simbólico de responsabilidade aumenta o lucro de uma empresa

Apoiamos essas ações sociais para melhorar cada vez mais a reputação da empresa’, diz Carmella de Carvalho, responsável por coordenar os programas sociais da 3M. ‘E é claro que contribuir para melhorar o nível de vida nas comunidades próximas ajuda a ter melhores funcionários e mais consumidores (GUIA EXAME, p.35).

Por poder simbólico deve ser compreendido como um poder “invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem” (BOURDIEU, 1998: 7-8). Esse não reconhecimento por parte das pessoas e a invisibilidade parcial do poder simbólico possibilitam sua circulação, seu antagonismo com outros bens simbólicos e sua ressignificação social-histórica.

As empresas falam em seu nome e em nome de seus interesses e o, primeiro deles é não perder. Falam em nome de categorias e de setores da economia com interesses específicos e particulares. No entanto, pretendem ser o porta-voz de todos. Querem mostrar-se inatacáveis e falam como se suas ações, enquanto “cidadãs” fossem resultado de uma “consciência” do bem geral e não visassem retornos – traduzidos em mais recursos, mercados, dividendos políticos, legitimação e consolidação de imagem, isso para não irmos muito longe. Sabemos que, quando o econômico é o critério decisivo, as empresas podem tomar decisões absurdas do ponto de vista do cidadão: queimar safras inteiras para elevar o

preço do produto; aplicar no mercado financeiro e reduzir as atividades produtivas (FREITAS, 2002: 60).

Do ponto de vista de Drucker o fator humano nas empresas é o diferencial nas empresas de sucesso, um denominador comum entre aquelas que atingiram não só a eficácia, mas também a eficiência. Portanto, as empresas que buscam manter seus funcionários motivados, incluindo-se aí qualidade de vida no trabalho, conseguem aumentar a sua produtividade, alcançam a eficiência e a eficácia empresarial, ou seja, não há greves, não se discute a mais-valia, porque há uma satisfação por parte dos funcionários, porque eles se sentem representados pela empresa.

Dessa maneira, a “responsabilidade social das empresas” é a mais nova representação social engendrada pelos empresários que objetivam disfarçar a dominação de classe por meio da dominação simbólica. O Balanço Social, os relatórios sociais das empresas, o Guia Exame de Cidadania Corporativa da revista Exame, os prêmios do Instituto Ethos, o prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio e outros servem como mecanismo para aferir responsabilidade, sendo, portanto, um dos meios legais para legitimar o poder simbólico das empresas. Aos clientes cabe apenas aceitar essa legitimização das empresas enquanto verdades inquestionáveis.

A responsabilidade social das empresas substituiu o Estado, logo, revela, com isso, a falência da política neoliberal dos clássicos por satisfazer as prerrogativas de bem-estar da sociedade. Milton Friedman, um dos principais teóricos do neoliberalismo, diz que a "única responsabilidade social que uma empresa carrega é aquela que a obrigue a pagar o maior dividendo possível a seus acionistas"; enquanto Peter Drucker, o pai da administração moderna, "ao incorporar a responsabilidade social como estratégia essas empresas estão

perseguindo a própria perenidade". (Exame - Edição 849 - Ano 39 - nº 16 - 17 de Agosto de 2005 - página 74).

Ou seja, uma empresa “responsável socialmente” tem maiores condições de se perpetuar ao longo do tempo, mas se pensarmos não em uma única empresa, mas diversas empresas sendo “responsáveis socialmente”, elas colocariam em falência o neoliberalismo idealizado por Hayek, porém, manteriam o sistema capitalista. Fábio Risério Moura de Oliveira, em sua obra “Relações Públicas e a comunicação na empresa cidadã” diz que:

Nos últimos anos, muitos países adotaram o modelo neoliberal. Como resultado, os países do primeiro mundo sentem o esgotamento de suas reservas naturais e o declínio da qualidade de vida das pessoas (OLIVEIRA, 2003).

Por isso, entendo que Peter Drucker discretamente deixou um legado para a perpetuação do neoliberalismo, mas de maneira moderada, porque ele percebeu que com o fim do socialismo, o neoliberalismo poderia, possivelmente, falir, porque o neoliberalismo teve força enquanto o seu principal adversário, o socialismo era uma ameaça direta. Sem essa ameaça direta o neoliberalismo passa a ser visto como uma política perversa, porque o socialismo perdeu, mas deixou um legado de interpretações críticas à sociedade contra as políticas neoliberais.

Peter Drucker propôs a humanização das organizações; revigorou sua proposta dizendo que nesse ambiente neoliberal, a responsabilidade social tornou-se um sinônimo de oportunidade de negócios, por isso deveria ser vista como uma vantagem competitiva, gerando retorno lucrativo ainda que fosse à longo prazo. Este veio ser, em muitos casos, o principal motivo para as empresas se tornarem responsáveis socialmente (SOUZA, 2003: 11).

Assim, cabe às empresas criarem uma imagem de responsabilidade social para escamotear as injustiças e, com isso, manter em pleno funcionamento o neoliberalismo com uma nova roupagem. Um neoliberalismo mais perigoso, porque ele se confunde com a

democracia e o conceito de responsabilidade social, impossibilitando que os movimentos sociais e os trabalhadores mobilizem-se contra as grandes empresas.

A outra diferença pode ser observada no fato de que movimentos sociais implicam em atores sociais, que estão em movimento. Rosalvo Schütz (em seu artigo “Para além da legalidade: A importância pedagógica dos Movimentos Sociais Populares”) aborda que nem todos os atores sociais podem ser denominados de movimentos, tais como: partidos políticos, pastorais, Ongs, etc. Porém todos os movimentos são atores sociais. Schütz diz que os movimentos sociais, enquanto atores, são sistemas de ações, redes complexas de relações sociais entre níveis e significados diversos de ação social. A identidade coletiva não é um elemento qualquer ou uma essencialidade, mas um produto de trocas, decisões, conflitos entre os atores, porque as coisas não são definidas sem embates, sem discussões. Este ator é aquele que age dentro e fora do movimento, que põe em movimento e está em movimento, que protagoniza, e sem isto não existe. Em cada momento histórico assumem papéis diferenciados, inclusive, por vezes, diferentes daqueles inicialmente propostos. Ou se constituem para um determinado fim e quando este fim é alcançado se dissolvem.

Para Alain Touraine (em sua obra “La producción de la sociedad”):

Só existe movimento social quando a ação coletiva é dotada de objetivos sociais, quer dizer, reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais e, em consequência, não reduz a vida política a um confronto entre campos ou classes, ainda que organize e acirre conflito". (TOURAINÉ, 1995: 88).

É óbvio que não se deve reduzir movimento social a um confronto de classes, mas Touraine equivoca-se quando deixa de observar que há movimentos sociais oriundos da classe dominante e de classes populares. Isto ocorre, porque os movimentos não são sujeitos constituídos, mas relação em movimento. Há os que querem revolucionar, os que

querem fazer pequenas mudanças e os que querem manter a atual realidade. Podemos dizer que o neoliberalismo idealizado por Hayek foi um movimento social que objetivou constituir um Estado mínimo.

Melucci (em sua obra *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*) centra a sua perspectiva no entendimento dos movimentos sociais como um fenômeno coletivo específico de classe social apetrechado de três dimensões: uma forma coletiva de ação que implica solidariedade; envolvimento num conflito e, subseqüentemente, oposição a um adversário; e, por fim, a quebra dos limites da compatibilidade com o sistema. A ação coletiva entendida por Melucci não é a simples expressão de pré-condições estruturais ou de valores e crenças; resulta, também, de propostas, recursos e limites, ou seja, de “uma orientação proposta construída por significados de relações sociais num sistema de oportunidades e constrangimentos” (MELUCCI, 1999: 111), onde se envolvem múltiplos atores, com orientações diversas que aí se podem combinar. O entendimento de um “nós” coletivo pode ter por base a combinação de três orientações: os fins das ações (“o sentido que a ação tem para o ator”); os significados (“possibilidades e limites da ação”); e, por fim, as relações com o ambiente (“campo em que a ação toma lugar”) (MELUCCI, 1999).

A partir do que foi abordado conceituo “Movimento social” como a expressão visível de um conflito que se expressa mediante uma ação coletiva. Ação essa que é construída a partir de embates internos pelos membros do próprio movimento, mediada pela solidariedade pós-embate e objetivos sociais comuns, que se opõe a um mesmo inimigo, podendo ser oriunda da classe dominante ou das classes populares. A resistência de um movimento social ao longo do tempo está estruturada nas relações sociais do próprio movimento em enfrentar o inimigo, manter o valor de suas propostas, alcançar recursos e

superar seus limites ou mesmo mudar suas propostas para continuar existindo, já que ao alcançar as metas o Movimento pode se dissolver.

As ONGs podem trazer uma confusão entre público e privado além de sua ligação com a diminuição da presença do Estado nas devidas áreas sociais de sua competência, porque elas podem receber verbas públicas e ter o seu gerenciamento empresarial privado. Essa linha de análise levanta a questão do financiamento público presente nessas organizações, sem que haja transparência na prestação de contas. Quanto a isso, dados preliminares fornecidos por Hebe Signorini Gonçalves demonstram o aumento significativo da parcela de dinheiro público no custeio de ONGs no Brasil. Segundo esses dados, na década de 70, somente 10% do financiamento das ONGs vinham do Estado. EM 1985, esse número passa a ser de 30% e, em 1993, em torno de 50%. Para Hebe Signorini Gonçalves, o problema não está no uso de dinheiro público para custear a manutenção das ONGs, mas na falta de transparência no uso desses recursos. (GONÇALVES, 1996).

Para Hebe Signorini Gonçalves, a explicação para esse aumento está numa espécie de coincidência entre, de um lado, a busca, por parte do Estado, de parcerias para aumentar a rede de serviços e, de outro, o momento de crise do Estado de Bem-Estar social. Mas, no entanto, como disse Arnaldo Jabor - *No Rio, a corrupção é a regra* - ao se referir ao casal de governadores – Garotinho e Rosinha (Jornal O Globo, em 02/05/2006), e ainda:

Estes escândalos que surgem (graça a Jesus!) no galinheiro do Garotinho/Rosinha eram previsíveis, pois o casal é capaz de qualquer coisa. Mas o que me fascina e aturde é que esses gigantescos roubos de dinheiro público por ONGs fajutas possam ter acontecido. Como é que pode? O poder executivo do Estado do Rio, assim, num dia-a-dia normal, "doou" a quantia de 113 milhões de reais para três ONGs sem licitação, entidades que só existem falsamente em portinhas "laranjas" perdidas em remotas vilas. Sem empenhos, sem contratos, sem nada, para serviços mentirosos.

Jabor diz:

São 113 milhões de reais, ou seja, são 50 milhões de dólares só nesta roubalheirazinha das três irmãs, porque o total "doador" a outras ONGs vai a 330 milhões de reais, ou seja, cerca de 160 milhões de dólares do Estado para futuros financiadores dos governantes. Como é que tudo isso passou pelos contadores, pelas secretárias, pelos carimbos, pela rubricas, sob os bocejos entediados de burocratas? Imagino a cena: "Ah... devemos dar 160 milhões de dólares para aquelas ONGs imaginárias ali, sem papel, sem nada? ... Ótimo... perfeitamente, amigo, pode assinar aqui... O dinheiro já está na sua conta... Ah... não precisa recibo não, gente boa".

Em o Jornal O Globo, do dia 26 de novembro de 2006, declara:

Em função da falta de estrutura, o procurador Lucas Furtado, chefe do Ministério Público no TCU, diz que "só não desvia dinheiro hoje quem não quer". O Tribunal de Contas da União estima que o governo repasse R\$ 8 bilhões por ano às ONGs

Isso ocorre, porque a investigação da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União (TCU) é esporádica e casual. Além disso, as entidades apenas submetem seus números aos fiscais quando são pegas em auditorias de grandes programas financiados pelo governo federal. O Ministério da Justiça tem uma equipe de 12 funcionários para fazer a análise formal das contas anuais de mais de 4 mil organizações não-governamentais (ONGs) registradas no país, revela reportagem do jornal O Globo do dia 26 de novembro de 2006.

A idéia do primeiro capítulo de definir o que é o neoliberalismo se fundamenta também no fato de mostrar que não há ainda no Brasil uma política autenticamente neoliberal, mas "sub-neoliberal", ou seja, as ONGs no Brasil também são usadas para desvio de verbas, lavagem de dinheiro. Digo isto para deixar claro que este tipo de política não é uma política defendida nem pelos neoliberais, porque os neoliberais almejam um Estado mínimo que invista no mercado, mas não um Estado que desvie o capital. A política neoliberal é contrária ao fato do Estado custear ONGs com verbas públicas, eles são favoráveis que as ONGs se auto-sustentem.

As políticas públicas brasileiras que objetivam proliferar ONGs, com algumas exceções, têm um estilo neoliberal para os mais críticos e apresentam-se com uma proposta

assistencialista para os menos críticos. Mas na realidade servem também, e não exclusivamente, para desviarem verbas, já que não há uma transparência nas contas e há um grupo de ONGs imaginárias, que existem apenas em documentos para justificarem o uso do dinheiro público.

Henrique Rattner, em sua obra “Assistencialismo ou inclusão social?” diz que o assistencialismo é *um conjunto de práticas de serviços que objetiva ajudar de forma pontual uma população, ou coletividade, ou aquele usuário, oferecendo alimentos, medicamentos, entre outros gêneros de primeira necessidade, não transformando a realidade social, tendo como consequência a dependência dos serviços prestados*. Essa dependência pode gerar uma retribuição por parte dos assistidos nas urnas eleitorais. Para isso, os assistidos devem ser submissos e dependentes, não devem se organizar de forma autônoma e, muito menos, expressar demandas políticas como se sujeitos fossem. O assistencialismo, por gerar dependência nos assistidos, torna-se uma prática de dominação

Marlova Jovchlovitch, coordenadora da Unidade de Assistência Social e Cidadania da FAMURS, explica que a assistência social é uma política pública fundamentada no conceito de seguridade social, que inclui um tripé: saúde, previdência e assistência social, estabelecida na Constituição de 1988. Jovchlovitch diz que a assistência social conta com sua Lei Orgânica específica (Lei 8.742 de 07/12/93), a LOAS. Pela Assistência Social procura-se garantir àqueles que se encontram em situação de fragilidade as condições para que alcancem os seus direitos, a começar pelo direito ao amparo. Parte-se do princípio que os segmentos desfavorecidos são igualmente titulares de direitos e que esses direitos teriam sido sonegados. Para isso, a assistência social procura construir políticas públicas voltadas à recuperação da dignidade e auto-estima do ser humano, possibilitando com que os assistidos organizem-se de forma independente, elaborem suas demandas de forma coletiva

e passem a crer mais em si próprios do que na intervenção de qualquer liderança ou autoridade que lhe apareça como "superior"; já a filantropia quer dizer caridade. A sociedade produziu historicamente formas associativas para atuar na esfera pública em nome da reciprocidade, solidariedade e compaixão. Esses princípios funcionaram como modos de regulação civil no trato de questões relacionadas à proteção social (JOVCHLOVITCH, 2006).

No entanto, o meu objeto não pode ser confundido com assistencialismo, assistência social ou filantropia, porque fundamenta-se numa militância política, já que a Educafro, objetivando desenvolver uma consciência crítica de todos os alunos beneficiados, através de aulas de cultura e cidadania e buscando o resgate da cidadania, assim como a auto-estima de jovens e adultos, passou para o campo político na tentativa de implementar o sistema de cotas. Essa idéia sobre o sistema de cotas se constituiu de uma “vontade coletiva”. A constituição de uma “vontade coletiva” não é um procedimento necessariamente racional ou limitado à argumentação. Envolve também sentimentos de pertencimento e relações de confiabilidade. Como diria Gramsci, envolve um elemento de crença, em que, mesmo não sabendo argumentar, confia-se que o argumento exista. Esse elemento de fé é uma condição para a constituição de uma “vontade coletiva”, caso contrário, a cada novo argumento, em não encontrando um contra-argumento, isto levaria a uma mudança de posição, ou seja, há mais que um processo reflexivo e crítico, isto é, pressupõe-se uma referência de *pertença* e um programa, a partir do qual se organiza a ação e desenvolve-se a própria reflexão para uma ação política, que só é possível mediante o capital simbólico (GRAMSCI, 1978b: 23).

Para referir-me a esse “neoliberalismo à brasileira”, “sub-neoliberalismo” o chamarei, como diria Francisco de Oliveira, “ornitorrinco”, uma metáfora para falar das

economias e sociedades da “periferia capitalista” (OLIVEIRA, 2004). Isto porque fica difícil classificar essa política de proliferação das ONGs como neoliberal ou assistencialismo, porque envolve desvio de verbas públicas e até ações sérias de respeito. Mas a mistura disso tudo não me permite classificá-la mediante uma identidade específica. Desse modo, prefiro denominá-la de políticas públicas “ornitorríticas”. Não estou negando o fato de que há uma política neoliberal, mas que no Brasil essa política é esquisita para qualquer neoliberal de fato.

Toda essa discussão é importante para retratar o quadro social do meu objeto de pesquisa, ou seja, o meu objeto de pesquisa em sua trajetória histórica estará diante do seguinte quadro: uma realidade de desigualdades sociais e raciais, insucesso do socialismo, políticas neoliberais, ONGs de fachadas e políticas públicas “ornitorríticas”.

## **Capítulo 3**

### **Educafro: vestibular, história e capital social.**

Três questões são fundamentais neste capítulo: a primeira, refere-se ao vestibular, porque não dá para falar da Educafro, em sua origem e estratégias, para se firmar em seu propósito de transformação social, sem remeter ao vestibular, porque faz parte de sua motivação histórica e luta social, já que a Educafro é a instituição que mais discute a inclusão de negros nas Universidades, por meio do sistema de cotas; a segunda, a história da Educafro, para se compreender a sua luta e motivações; e a terceira, refere-se aos tipos de capitais abordados por Bourdieu: capital social e o capital cultural, para melhor compreender a resistência da Educafro ao neoliberalismo.

De acordo com a Coletânea de Textos do MEC, o vestibular foi criado em 1911, com a Lei Orgânica do Ensino Superior, pelo decreto nº 8661, objetivando um concurso classificatório para o ingresso nos cursos regulares de graduação das instituições de ensino superior, fundamentada por Rivadavia Correa, Ministro do Estado da Justiça e Negócios Interiores. Nesse período, o vestibular tinha o nome de exame de admissão, justamente, porque teoricamente tinha por finalidade avaliar o desenvolvimento intelectual do candidato, a maturidade e a sua capacidade em integrar-se ao ensino superior. Na prática, como não havia provas, os exames não eram classificatórios, e o ingresso ao ensino superior era realizado por indivíduos, que em sua maioria, eram oriundos da classe dominante. Os pobres eram excluídos. Em 1915, foi realizada uma reorganização nos ensinos secundário e superior, porém, nada foi alterado no que diz respeito aos exames de admissão, a não ser o fato de tais exames serem denominados, pela primeira vez, de vestibulares.

Maria Aparecida Ciavatta Franco no seu artigo “O Vestibular e o Acesso a Universidade Pública: Um problema de seleção ou de autonomia?” informa que no início

da década de 60, os denominados vestibulares limitavam-se à análise de conhecimento de determinadas disciplinas, conceituadas relevantes, para o ingresso no curso superior almejado pelo candidato. Entravam nas faculdades somente aqueles alunos que haviam freqüentado os melhores colégios. Algumas faculdades tinham cursos preparatórios e os alunos que fossem aprovados no curso tinham a vaga garantida. Quem não pertencia a esse meio estava automaticamente excluído. As bancas examinadoras eram fundamentadas às vésperas do concurso e o critério de correção era estabelecido pela própria banca examinadora, sofrendo, assim, a influência da subjetividade de julgamento. Depois das provas escritas, os candidatos realizavam um exame oral e prático que duravam dias. Não havia uma uniformidade nas questões elaboradas para cada candidato, especialmente, as análises dos próprios examinadores, pois essas análises eram de caráter extremamente subjetivo (FRANCO, 1991).

Devido ao desenvolvimento industrial promovido no primeiro governo de Getúlio Vargas e incrementado pelo mesmo na década de 50, houve um aumento da procura por instituições de ensino superior. Juscelino Kubitschek, ao suceder Getúlio, consolida uma política desenvolvimentista; tendo como consequência o aumento da demanda pelo ensino superior (CARDOSO, 1977), porque o desenvolvimento industrial criou uma demanda de especialistas, formando um mercado de trabalho em potencial. Havia a necessidade de mais engenheiros, de mais técnicos no setor industrial.

Em resposta ao aumento de candidatos, o curso de Medicina da Universidade de São Paulo, no início da década de 60, inova com um vestibular fundamentado em questões de múltipla escolha, sendo, dessa forma, um referencial, um modelo a ser adotado. Em 1964 é criada a Fundação Carlos Chagas, para a seleção dos candidatos ao ingresso ao vestibular, em São Paulo. O processamento das provas de múltipla escolha por computador

facilitou a correção. No entanto, as universidades então existentes não podiam absorver esse crescente contingente de candidatos aprovados, porque a oferta de vagas era insuficiente. O que apareceu para facilitar trouxe um complicador. O critério de nota mínima liberava os aprovados acima do limite de vagas, destinadas aos primeiros colocados (FRANCO, 1991). O restante aguardava expansão de oferta. Isto porque grande parte dos candidatos atingia a pontuação exigida para a aprovação no vestibular e, como resultado, teriam o direito de ingressar na Universidade, mas, como o número de vagas era insuficiente, em relação à procura, muitos que eram aprovados ficaram fora da universidade devido à falta de vagas. As universidades enfrentavam o problema de excedentes, que crescia a cada ano. Esses candidatos excedentes organizaram um movimento nacional, com ideais socialistas contra a ditadura militar, implementada em 1964 (CARDOSO, 1977). Para se ter uma idéia, Sônia Guimarães, em sua obra Como se faz a indústria do vestibular afirma que:

A partir de 1964, com a intensificação de uma política econômica que favorecia a concentração de capital e renda, escasseavam gradativamente os meios de ascensão social e econômica das camadas médias da população brasileira. A ascensão, através de uma maior escolarização, era um dos poucos recursos disponíveis. Assim, no período de 1964-68, cresceu em 120% o número de inscritos nos exames vestibulares, taxa muito superior ao aumento do número de vagas oferecidas nesse mesmo período, que foi de 56%. (GUIMARÃES, 1984: p. 13).

O governo agiu de duas maneiras: a primeira, criou leis para diminuir as insatisfações populares, como a Lei de nº 5.540, de 1968, que instituía o sistema classificatório, com cortes de notas máximas no vestibular; a segunda, criou a “Lei do Boi”, Lei de nº 5.465/1968, que reservava vagas para beneficiar filhos de agricultores, mas que, na prática, beneficiava filhos de fazendeiros. Isso pode ser considerado como uma experiência do direito brasileiro, naquilo que se refere à implementação de cotas.

Diferentemente das reservas de vagas da UERJ, na qual os indivíduos fazem o vestibular para merecer as vagas, a “lei do boi” garantia aos filhos dos fazendeiros suas respectivas vagas sem ter que fazer o vestibular (CÉSAR, 2007).

Assim, o vestibular transformou-se em um instrumento para se descartar candidatos e não selecioná-los. As pressões e insatisfações da camada social envolvida formaram a criação de um exame classificatório, que se não eliminava, pelos menos escamoteava, de certa forma, a figura do excedente. Embora previsto pela Reforma Universitária na década de 60, o decreto nº 68.908/71, determinou o vestibular classificatório pela qual os candidatos passariam (FRANCO, 1991). Podemos dizer com esse decreto que o vestibular é um concurso classificatório para o ingresso nos cursos regulares de graduação das instituições de ensino superior. O vestibular, naquele período, foi importante, porque possibilitou uma objetividade na avaliação, possibilitando, com isso, pela primeira vez, o ingresso de pessoas pobres, ainda que não fossem muitos dos que conseguiam passar, porque as avaliações não eram mais baseadas em caráter subjetivo, mas, sim, mediante uma objetividade.

No entanto, a tradição dos exames vestibulares tornou-se o maior entrave enfrentado pelos alunos de origem popular devido a dois motivos: o primeiro, pela própria essência do vestibular, que é excludente; a segunda, refere-se ao que a pesquisadora Sônia Guimarães denominou de “indústria do vestibular”, em seu livro “Como se faz a indústria do vestibular”.

Surgiu, no Brasil, em 1964, o monopólio da indústria. Esse monopólio cresce ainda mais impulsionado pelo “milagre econômico” da Ditadura Militar na década de 70; é constituído, sobretudo, pelas multinacionais, que requeria mão-de-obra especializada para o trabalho, o que justificou o caráter do ensino profissionalizante, instituído (CARDOSO,

1977). A partir dessa carência é decretada a Lei nº 5.692 de 12 de agosto de 1971, que objetivava consolidar a “escola única”. Aboliu-se o caráter propedêutico e intelectualista e consolidou-se o modelo de escola média profissionalizante. Nesse contexto, paralelamente, surge a indústria dos cursos de pré-vestibular comercial, cujo objetivo era lucrar em cima das carências educacionais do ensino profissionalizante, já que com essa lei, o ensino básico é reestruturado para atender as necessidades do mercado. O 2º Grau adere ao tecnicismo, sem um apoio das áreas humanas e lingüísticas, valorizando a técnica, no visual, no pensamento objetivista, reducionista. Tais deficiências eram resultantes, portanto, de um processo que se iniciou, ainda, no ensino de 1º Grau e não no vestibular (FRANCO, 1991)..

A maioria dos jovens de boa parte das sociedades desenvolvidas, a partir da segunda metade do século XX viram-se influenciados pelos meios de comunicação de massa, em que a imagem passou a substituir largamente a verbalização e a palavra está ligada ao visual. Como o problema, no entanto, passou a tomar conta das discussões educacionais em todo o país o MEC instituiu, em 1976, um grupo de trabalho para buscar soluções para a melhoria do ensino da Língua Portuguesa. O grupo apresentou várias sugestões, entre elas, a inclusão de prova de redação no vestibular (FRANCO, 1991).

Nesse sentido, há dois problemas engendrados no período da Ditadura Militar: primeiro, o ensino profissionalizante; e o segundo, os meios de comunicação de massa, que tiveram o apoio do Governo Militar para alienar a sociedade, com o intuito de impedir o pensamento crítico. É nesse contexto que a indústria do vestibular consolida-se, já que há uma classe média interessada em ser aprovada no vestibular e com uma formação carente por “macetes”.

Antonio Luiz do Nascimento, em sua obra “Cursinhos militantes: Ação Coletiva pela Democratização da Educação Superior” aborda que a existência e persistência dos cursinhos na ante-sala dos sistemas de ensinos afirmam que há graves problemas de quantidade e qualidade da educação básica. Nascimento afirma que os cursos de pré-vestibular comercial<sup>14</sup> tornaram-se uma “necessidade” para ingresso no terceiro grau, especialmente aos candidatos ao ensino superior provenientes de escolas de ensino médio e de suplência, onde geralmente as condições objetivas para uma formação de qualidade deixam a desejar. Nascimento faz uma crítica aos processos seletivos nas instituições superiores porque, querendo ou não, reforçam a indústria dos vestibulares quando engendram provas cuja preocupação maior fundamenta-se em acúmulos de dados e informações de caráter enciclopédico, ou tão-somente, de macetes para solução de “pegadinhas” elaboradas para induzir candidatos incautos ao erro.

Celso Vasconcellos em seu artigo (*Des*) *Alienação do Cotidiano Escolar* descreve a aula de um pré-vestibular comercial:

“Professor, para quê aprender isto?”, “É matéria de vestibular”; “Professor, eu não vejo o menor sentido nisto...”, “Pode ser que não tenha mesmo muito sentido, mas faz parte do programa do vestibular”; “Gente, isto é importante, pois costuma cair no vestibular” (VASCONCELLOS, 2000: 9).

Nascimento informa que muitas pessoas são incapazes de pagar as mensalidades em instituições de terceiro grau privadas. Por isso, os pretendentes e/ou reprovados de exames vestibulares de instituições públicas anteriores, recorrem aos cursos de pré-vestibular comercial na expectativa de resgatarem um saber negado, ou sonogado, ao longo do processo de escolarização. Para estes alunos, por não terem outra opção ao término do

---

<sup>14</sup> Cursos de pré-vestibular comercial é o nome dado a todo pré-vestibular particular que se enquadra dentro da lógica capitalista liberal.

ensino médio, os cursinhos tornam-se a única forma de preparação para exames de ingresso ao terceiro grau, sobretudo para determinados cursos de graduação. Nascimento critica as instituições universitárias pela despreocupação e a conseqüente "acomodação" de setores do meio acadêmico diante dessa situação, que têm levado a uma aceitação explícita (pela falta de ousadia em mudanças) e implícita (pela aceitação acrítica de ideologias meritocráticas excludentes), do binômio cursinho-vestibular como uma única forma de ingresso na educação superior (NASCIMENTO, 2003). Paulo Nosella é enfático ao afirmar que: “a universidade, ao delegar aos cursos de pré-vestibular comercial a preparação imediata dos jovens que ingressam nas faculdades, simplesmente pratica um crime de lesa-educação contra a juventude”. (NOSELLA, 2002:171-172).

Vasconcellos amplia essa discussão afirmando que:

Do ponto de vista da prática, temos também evidências fortíssimas da influência do vestibular na educação; seria muito difícil negar a intervenção do vestibular nas expectativas dos pais e dos alunos, no imaginário e no discurso dos educadores e da mídia, além de todo um mercado de produtos e serviços voltado para os concursos.

Para Vasconcellos, a indústria do vestibular não se estabelece apenas mediante o interesse dos alunos e o discurso dos professores. Há também as expectativas dos pais, alimentada pelo discurso da mídia de apresentar às escolas os nomes dos aprovados nas primeiras colocações dos vestibulares. Além disso, o comércio gerado pela venda de livros, apostilas, CDs, disquetes, entre outros materiais didáticos, movimentam recursos que servem de infra-estrutura aos cursos preparatórios.

Essa situação é bastante grave, pois revela a ausência da crítica sobre o sentido e o significado desse binômio no sistema educacional como um todo e também desconsidera o acesso à educação superior enquanto direito social (NASCIMENTO, 2003).

Percebemos, com isso, que o vestibular sempre pertenceu a uma elite. Houve, na década de 60 uma certa abertura aos pobres quando constituíram um vestibular de caráter objetivo, mas com o comércio dos cursos de pré-vestibulares, aliado a uma série de estratégias e recursos familiares. Isto contribuiu para a elitização do ensino superior e a exclusão dos pobres no meio acadêmico, porque a tradição do vestibular possibilitou a indústria do vestibular. É fato que a origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e uma série de investimentos que se transformam em credenciais relevantes nos processos seletivos, tais como: aulas particulares, viagens, cursos de língua estrangeira, intercâmbios culturais, só para citar alguns exemplos. Podemos dizer que “quanto mais importantes os recursos econômicos e culturais dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração” (GRIGNON & GRUEL, 1999, p. 183).

Os professores Sousa, Ribeiro, Aboud e Camacho organizaram um trabalho objetivando apresentar o “Pré-Universitário Oficina do Saber”, que tende para a criação de um espaço na Universidade Federal Fluminense (UFF), para que alunos licenciandos tenham a experiência de transmitir seus conhecimentos à pessoas da camada social menos favorecida, dando condições para que estas possam participar dos vestibulares, numa situação menos injusta. Além desse trabalho, tais professores analisaram as pessoas pobres que participaram dessa “Oficina do Saber” e alertam que:

O caráter excludente do sistema educacional gerou uma estrutura piramidal bem parecido com a pirâmide social do país. As classes sociais de menor poder aquisitivo engrossam a base da pirâmide, compondo os planos mais baixos de escolaridade, concentrando-se especialmente nos grandes bolsões de pobreza do país e, por outro lado, no topo da pirâmide educacional encontram-se aqueles de maiores níveis educacionais que remetem, também, as melhores condições econômicas e

sociais. Ao constatar a realidade acima descrita é preciso ressaltar, também, as constantes pressões sociais que buscam romper com o status quo vigente. (SOUSA, José Nilton de; RIBEIRO, Paulo César; ABOUD, Sérgio e CAMACHO, Regina; 2004: 298).

As desigualdades são, portanto, ampliadas também pelo crescimento dos investimentos educativos por parte das famílias que possuem mais recursos financeiros. Como estes investimentos são diferenciados pelo lugar que ocupam no espaço social, proporcionam um aumento das distâncias entre os grupos sociais, como ilustram Bourdieu e Champagne, isto porque:

(...) os “alunos bem nascidos” recebem da família um legado de senso perspicaz de investimento, eles estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo, ou seja, nos melhores cursinhos vestibulares, nos bons ramos de ensino da rede privada, nos bons estabelecimentos de idiomas, nas boas seções, etc.; já aqueles que são procedentes de famílias mais desprovidas, muitas vezes são entregues completamente a si mesmos, desde o fim dos estudos primários, são obrigados a se submeter às injunções da instituição escolar ou ao acaso para encontrar seu caminho diante de uma complexidade de situações e são, assim, voltados a investir, na hora errada e no lugar errado, um capital cultural, no final de contas, extremamente reduzido (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 2003: 223).

Em resposta ao vestibular, um dos mais evidentes processos de exclusão social, surgiu, na década de 90, no seio dos movimentos populares, a alternativa dos *pré-vestibulares comunitários* que, em essência, procuram articular professores e coordenadores voluntários com alunos de baixa renda, que não possuem recursos para pagar cursos preparatórios oferecidos pelo mercado, qualificando-os para o exame vestibular, já que muitos desses alunos vieram de escolas públicas e particulares de baixa qualidade. O objetivo desses pré-vestibulares comunitários é fazer com que eles possam ser aprovados no vestibular, tendo acesso à uma universidade de excelência, bem como prepará-los para serem futuros coordenadores de novos núcleos comunitários.

De acordo com dois líderes da Educafro<sup>15</sup> (um da Educafro do Rio de Janeiro e o outro da Educafro de São Paulo) o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC surgiu na Baixada Fluminense, em 1993, em função do descontentamento de educadores com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. O PVNC também surgiu visando a articulação de setores excluídos da sociedade para uma luta mais ampla pela democratização da educação e contra a discriminação racial.

De acordo com o líder da Educafro de SP, a idéia de organização de um curso pré-vestibular para estudantes negros nasceu a partir das reflexões da “Pastoral do Negro”, em São Paulo, entre 1989 e 1992. Nesse período, com o resultado concreto dessas reflexões, a PUC-SP, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, concedeu 200 bolsas de estudos para estudantes participantes de movimentos negros e populares.

No Rio de Janeiro, em 1986, foi criado o *Curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ* (ASSUFRJ, atual SINTUFRJ), outra importante experiência destinada a preparar trabalhadores para o vestibular. Em 1992, surgiu o *Curso Mangueira Vestibulares*, um curso comunitário, destinado aos estudantes da comunidade do morro da Mangueira<sup>16</sup>.

Em 1992, surgiu na Bahia a experiência de um curso pré-vestibular, através da *Cooperativa Stive Biko*, que tinha como objetivo apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na Universidade. De acordo

---

<sup>15</sup> É importante lembrar que eu fiz entrevistas com os líderes da Educafro de SP em São Paulo, porque almejava fazer uma observação em campo. Eu fiquei hospedado na casa de uma amiga durante os dias 20 a 30 de julho de 2007 e na casa de um dos líderes da Educafro em 11 a 30 de janeiro de 2008.

<sup>16</sup> Diz o líder da Educafro do Rio de Janeiro na entrevista que eu fiz com o mesmo.

com o funcionário de São Paulo, a metodologia adotada na Bahia, dificultava a repetição da experiência por outros setores populares: os professores recebiam salários, os alunos pagavam quase meio salário mínimo por mês e o espaço físico era alugado<sup>17</sup>.

Na Baixada Fluminense, em 1989, durante as reuniões da *Pastoral do Negro*, surgiu a idéia de uma nova metodologia, que foi sendo gestada lentamente. A grande questão era como se faria surgir uma revolução educacional que potencializasse o ingresso dos pobres em geral, e dos afrodescendentes em particular, às Universidades Públicas e Particulares (com bolsas de estudo)? Essas experiências (a Cooperativa Stive Biko, o Curso para os trabalhadores da UFRJ e o Mangueira Vestibulares) e as 200 bolsas de estudos concedidas pela PUC-SP contribuíram muito com as reflexões para a criação do PVNC – diz o líder da Educafro do Rio.

Quando se conseguiu organizar um grupo de jovens dos trabalhos populares e eclesiais interessados na proposta, começou-se a levantar nomes de pessoas do movimento negro que pudessem assumir a função de professores, prestando este serviço gratuitamente.

A grande dificuldade para se fundamentar o PVNC pode ser observada pelo número de pessoas do movimento negro que tiveram oportunidade de se formar em uma Universidade, pois esse número era insignificante. A opção foi, no início de 1993, recorrer a todos os setores da sociedade e, assim, conseguiu-se, meses depois, formar o primeiro quadro de professores voluntários<sup>18</sup>.

O primeiro núcleo começou a funcionar em maio de 1993, em São João de Meriti. As duas primeiras motivações para o surgimento deste trabalho foram: em primeiro lugar, a

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

péssima qualidade do ensino de 2º grau na Baixada Fluminense, que praticamente elimina as possibilidades do acesso do estudante da região ao ensino superior. E, em segundo lugar, a verificação do baixo percentual de estudantes negros nas Universidades (menos de 2% dos estudantes, em 1993 – de acordo com a análise do funcionário da Educafro Rio de Janeiro)<sup>19</sup>.

Este núcleo foi concebido e organizado por David Raimundo dos Santos, mais conhecido como FREI DAVID, além de Antônio Dourado, Luciano de Santana Dias e Alexandre do Nascimento, que contactaram os professores, conseguiram duas salas de aula no Colégio Fluminense e realizaram o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. Com isso, possibilitaram a fundação do *Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes* na Igreja da Matriz em São João de Meriti, com uma aula inaugural, em cinco de junho de 1993. Esse grupo assumiu a coordenação do curso e a primeira equipe de professores era formada por Amilton Zama Reis (História); Sílvio (Geografia); Luiz Henrique, o Zé da UERJ, (Biologia); Hermes (Física); Alan (Química); José Roberto (Matemática); Kátia (Redação); Ana Maria (Português); e Amauri (Inglês)<sup>20</sup>.

O primeiro curso teve cerca de 200 inscrições. Dos inscritos, 100 alunos começaram a estudar em duas turmas. Muitos alunos evadiram e outros entraram durante o período de realização do curso (de junho a novembro). Neste mesmo ano, a coordenação do curso conseguiu isenções de taxa de vestibular na UERJ e na UFRJ, além de bolsas de estudo para os estudantes aprovados para a PUC. Em novembro, foi constatado que dos 50 alunos que terminaram o curso, 34% tinham sido aprovados nos vestibulares da

---

19 Idem.

20 Idem

Universidade Federal Fluminense, nos campi de Niterói e da Baixada Fluminense, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro 21.

A partir de 1994, com o sucesso e repercussão do trabalho realizado em 1993, outros grupos (entidades populares, entidades do movimento negro, igrejas, educadores, escolas, etc.) organizaram novos núcleos do *Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. Assim, o PVNC deixou de ser um simples embrião para se constituir, lentamente, como um movimento social de educação popular, tendo como questão do preconceito racial, aprovação nos principais vestibulares e o fim das desigualdades sociais como objetivos fundamentais<sup>22</sup>.

Yvonne Maggie, em seu artigo intitulado *Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão*, diz que ao longo da década de 90, desde a sua inauguração em uma paróquia de São João de Meriti e sob a liderança de frei Davi, o movimento de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes cresceu de forma incrível. Maggie fala que muitos núcleos, como são chamados os grupos que se reúnem em igrejas, associações de moradores ou escolas, foram sendo criados e seus coordenadores, organizados em uma direção geral, discutiam constantemente os rumos do PVNC. (MAGGIE, 2005). Estes cursos ganham uma dimensão quantitativa e qualitativa no decorrer da década de 90, inclusive, fazendo-se presentes, por meio das atividades de extensão nas Universidades. Com essa ação extensionista, a própria Universidade começa a fazer parte de estratégias comunitárias de superação do quadro de desigualdades de acesso à Universidade. Este

---

21 Idem

22 Idem

movimento teve um enorme sucesso de mídia e seduziu muitos jovens estudantes que buscaram aquelas salas desconfortáveis tanto para aprender como para ensinar.

De acordo com Renato Santos, o PVNC ao nomear os negros ao lado dos carentes, conseguiu dar uma solução racialmente não neutra e ao mesmo tempo sensível às muitas maneiras que esses estudantes têm de se auto-classificarem. A eficácia do movimento deve-se, certamente, à garra desses jovens que buscavam sair do caminho das balas da polícia e dos traficantes e do isolamento em que se encontravam por estarem fora das possibilidades de competir com seus colegas mais bem-aquinhoados pela fortuna e herança educacional (SANTOS, 2003)<sup>23</sup>.

De acordo com um funcionário da Educafro do Rio, nesse primeiro momento não havia discussões sobre o método de luta social, pois todos concordavam que para o PVNC funcionar deveria se conseguir um espaço cedido, ter professores e coordenadores voluntários. O que os professores e coordenadores recebiam era apenas uma ajuda de custo (passagens e um lanche). Para se auto-sustentar o PVNC cobrava apenas 10% de um salário mínimo e as pessoas que não tivessem recursos para pagar auxiliavam a coordenação limpando o estabelecimento, ajudando na administração do núcleo, indo aos eventos e discussões do PVNC. Maggie constata também isso, quando afirma que o PVNC:

com seus membros de jovens das periferias e dos bairros pobres da cidade, muito ativo, com receio de serem cooptados por ideologias das agências financiadoras nacionais ou estrangeiras não aceitavam apoio de qualquer tipo, exceto

---

<sup>23</sup> Porém, o que pude constatar com um funcionário da Educafro do Rio é que esse nome: “Pré-Vestibular para Negros e Carentes” tem duplo sentido, já que “Negros e Carentes” pode significar a união de negros e brancos pobres, mas, essa mesma expressão: “Negros e Carentes”, também pode se referir apenas a negros pobres. A idéia desse nome era para incomodar as pessoas. O objetivo é criar um nome que pudesse ser uma marca de curiosidades e até mesmo de dúvidas.

dos professores que davam aulas gratuitamente, ou na forma de empréstimos de salas de aula em igrejas ou associações de moradores e até, algumas vezes, de escolas da rede pública (MAGGIE, 2005:24).

De acordo com Maggie, até o ano da conferência de Durban, em 2001, a maioria dos coordenadores era contrária à introdução de cotas. Para Maggie, as lideranças queriam que os estudantes conseguissem por mérito e esforço próprios alcançar um lugar no sistema de ensino superior e, dessa forma, talvez terem mais chances de sair dessas periferias nas quais a presença do Estado é quase nenhuma, e onde os jovens estão à mercê de um outro "movimento", que no dizer popular significa o tráfico de drogas. Depois da apresentação do relatório final da *Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância* realizada em Durban, na África Do Sul, entre os dias 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, e com a introdução da política de cotas para negros nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro, o PVNC passou por uma transformação muito importante. Algumas de suas lideranças tiveram o seu ânimo diminuído e muitas pessoas abandonam o PVNC com dúvidas sobre que caminho deveriam seguir. Para Maggie, dentro deste contexto, a maior transformação surgiu a partir das propostas feitas por frei David Raimundo dos Santos, com a criação de uma outra organização, o Educafro, que se define como um movimento para *afrodescendentes* e carentes e que, ao contrário do PVNC, aceitou doações de agências estrangeiras, rompendo com a proposta de autonomia financeira. Frei Davi organizou o Educafro como uma franquia, buscando seduzir os muitos núcleos do PVNC que quisessem se identificar com a proposta que acabou vitoriosa também neste movimento (MAGGIE, 2005).

No entanto, os problemas da dissidência do PVNC são mais antigos do que a *Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância*, em Durban. Segundo Renato Emerson dos Santos (2003) esse embate estava já na essência

do PVNC, porque de um lado estava um grupo do PVNC que se articulou em torno de um formato eclesial, liderado por Frei David, e do outro havia um grupo do PVNC que defendia a autonomia organizativa em relação às igrejas e propunha a construção de um aparato institucional. Renato Emerson dos Santos em seu estudo sobre *Agendas e Agências: a construção do movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes*, diz que:

(...) a história do PVNC é, por um lado, processo de construção e enfraquecimento de fortes redes de solidariedade estruturando um movimento social. De outra perspectiva, também é seqüência de conflitos e embates em torno da autoridade política na condução ou capitalização dessas redes. (SANTOS, 2003:38)

De acordo com a FOLHA DIRIGIDA era a meta do Educafro, quando foi criado em 1997, criar um curso pré-vestibular que preparasse alunos afro-descendentes para os vestibulares das universidades públicas e privadas no Rio de Janeiro. A entidade surgiu em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, de uma dissidência do PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes). Atualmente, a ONG Educafro tem 161 núcleos de pré-vestibular comunitários em São Paulo, e 96 no Rio de Janeiro. No ano seguinte, chegou a São Paulo, com frei David Raimundo dos Santos (FOLHA DIRIGIDA: Educação, 29 de junho de 2004).

Segundo um funcionário da Educafro de São Paulo, a instituição chegou em São Paulo em 1998 e se organizou com o apoio da Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil. “É bom lembrar o fato de que existe Educafro no estado do RJ, em SP, em MG e no Espírito Santo” (funcionário da Educafro de SP).

Atualmente, a Educafro de SP está dividida em diversos núcleos (mais ou menos 200 núcleos espalhados no estado de SP) que possuem uma relativa autonomia, porque essa autonomia na Educafro funciona como uma franquia social. A Franquia, diz esse funcionário:

(...) é uma maneira de organização que visa o trabalho em rede, **reforçando a força dos pequenos**. Nasceu com os desempregados vítimas da Segunda Guerra. É um método que permite aos pequenos (franqueados) adquirirem de uma fonte, (franqueadores) o conhecimento, a prática e os benefícios largamente testados colocando-os a serviço de toda rede. O importante é que o pequeno alcança lucros/resultados que nunca teria se fosse caminhar sozinho naquela proposta. A chance de ser bem sucedido é socializada. A Franquia Social trabalha em rede e tem como objetivo multiplicar o conhecimento de metodologias, técnicas, experiências, cujo único resultado é o benefício social. Na Franquia Social podemos utilizar basicamente os mesmos recursos, metodologia, e ferramentas para estruturar, formatar, multiplicar, treinar e coordenar as entidades franqueadas como é feito nos sistema de Franquia Comercial.

Esse mesmo funcionário aborda que a franquia social é de essência socialista e o capitalismo a usou de maneira comercial. Ele diz mais:

**Esta idéia foi amplamente usada pelo capitalismo e aplicada para aumentar o lucro das grandes empresas**. Nós, do trabalho social, queremos retomar esta maneira de organização para a prática solidária, desenvolvendo a Franquia Social. Neste modelo, **a organização de trabalho em rede e apoio mútuo, próprio do sistema de Franquia, não pode continuar como monopólio das grandes empresas, com a finalidade exclusiva do lucro financeiro**. Precisamos retomar os valores comunitários deste sistema, colocando-o a serviço dos pobres.

Não é interesse meu falar do PVNC nessa obra, porque o meu objeto é a Educafro de São Paulo e não a do Rio de Janeiro, Minas Gerais e/ou Espírito Santo. As minhas abordagens iniciais fundamentaram-se do PVNC, porque a Educafro é uma dissidência dos *Pré-vestibulares para Negros e Carentes*, nesse sentido, foi importante falar sobre o PVNC.

A entrevista que fiz em São Paulo fez-me compreender que a franquia social se originou em idéias socialistas. O entrevistado abordou que foram os capitalistas que se apropriaram da idéia de franquia, criando, assim, a franquia comercial. Em oposição a essa franquia comercial a Educafro retoma as idéias socialistas de uma franquia social com o intuito de organizar “os pequenos”. Isso não quer dizer que a Educafro seja autenticamente

de caráter socialista, mas é reducionista demais dizer que a luta da Educafro é apenas contra as desigualdades sociais, já que há uma oposição militante e consciente de franquia social, que tem sua origem socialista; com relação à franquia comercial, origem capitalista<sup>24</sup>.

À medida que estudo as abordagens sobre a Educafro, percebo que quase todas são muito superficiais, porque não falam sobre a essência da Educafro, porque esta tem uma característica denominada de *centralização das informações* da qual não se pode aprender analisando de longe, mas convivendo e ganhando a confiança do grupo<sup>25</sup>.

A partir de minhas entrevistas e visitas pude constatar que a Educafro tem cinco elementos importantes: o primeiro, refere-se ao seu financiamento; o segundo, a franquia social; o terceiro, a sua organização em setores (núcleo, universitário e políticas públicas); o quarto, na centralização de informações; e o quinto, com o bom convívio de funcionários e voluntários.

A Educafro é financiada pela Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil, mas diminui seus gastos com trabalhos voluntários e com o repasse de um real por aluno de cada núcleo. Núcleo é o nome dado ao estabelecimento onde funciona um pré-vestibular comunitário e onde o aluno estuda para passar no vestibular. É nesse local que há coordenadores e professores voluntários e o espaço é cedido por igrejas católicas ou evangélicas, por associação de moradores ou mesmo centros espíritas e os alunos pagam uma mensalidade de 10% do salário mínimo. Do montante que o núcleo recebe dos alunos

---

<sup>24</sup> É importante dizer que o frei David dos Santos, líder da Educafro Nacional, em sua juventude fez parte dos freis que integram a Teologia da Libertação.

<sup>25</sup> Como eu fui funcionário da Educafro do Rio de Janeiro não foi difícil tal aprendizado. Estudo a Educafro de São Paulo, porque acredito ser importante ter certo estranhamento para uma análise científica.

cada núcleo paga a Educafro mensalmente um valor de R\$ 1,00 por aluno. Se um núcleo tem 50 alunos cabe ao núcleo repassar R\$ 50,00 por mês à Educafro; caso o número de alunos aumente, aumentará o valor, caso diminua, diminuirá esse valor, com isso, diminuem os gastos da Educafro. A Educafro tem em média, mais ou menos, 200 núcleos em São Paulo<sup>26</sup>. É impreciso a quantidade de núcleos da Educafro, porque o número varia muito, porque quase sempre está aumentando ou diminuindo.

Para que a franquia funcionasse bem e a Educafro não tivesse um crescimento desorganizado, aconselharam os coordenadores de cada núcleo de que eles são responsáveis em enviar à Educafro, no caso, à sede, um registro, mensal, contendo os nomes de cada aluno e coordenadores; e cada núcleo era avisado de que teriam que ter, no mínimo, três coordenadores. Com isso, a Educafro passou a ter um controle do número de alunos e coordenadores em cada núcleo, que possui preferencialmente o nome de algum militante do movimento negro. Todos têm que prestar contas à Educafro mensalmente, em relação ao número de alunos, número de coordenadores, valores recebidos, ou seja, quanto o núcleo arrecadou cobrando 10% aos alunos e de quanto ele gastou. A instituição chamou isso de transparência, porque essa prestação de contas não é apenas para a Educafro, mas, também, deveria ser apresentada aos alunos de cada núcleo. Para evitar problemas futuros, criaram-se reuniões semanais para pessoas que quisessem abrir um núcleo. Dessa forma, eles treinavam os futuros coordenadores, dando responsabilidades e deveres. Não se abre um núcleo de qualquer jeito. Nessas reuniões discute-se a importância das cotas, a franquia social, a importância da disciplina Cultura e Cidadania em cada núcleo e a responsabilidade de cada coordenador em estar nas reuniões semanais e mensais.

---

<sup>26</sup> De acordo com os dados que constam na Sede Nacional da própria Educafro.

Quanto à sua organização, a Educafro estruturou-se basicamente com três núcleos: o primeiro é o setor de núcleo; o segundo, o setor universitário; e o terceiro, o setor de políticas públicas.

O setor de núcleos é a base da Educafro, já que é neste setor que estão registrados os nomes de todos os núcleos, coordenadores, alunos, professores e voluntários. Nele fazem-se reuniões com os futuros coordenadores, treinando-os. O setor de núcleos mantém uma equipe de visitação aos demais núcleos para orientar, fiscalizar e até mesmo ajudar núcleos que tenham problemas. Hoje, a Educafro conta com um tipo de inclusão digital. As pessoas que quiserem ser voluntários, professores ou mesmo alunos podem entrar no site da Educafro ([www.educafro.org.br](http://www.educafro.org.br)). Se quiserem uma lista mensal de alunos, ficha de inscrição de alunos, uma apostila, carta de filiação à Educafro e formulários das Universidades Públicas é só entrar no site da Educafro. Isso é possível, porque com o sucesso da Educafro ela teve que se organizar à altura e o quadro de coordenadores não é mais o mesmo, porque muitos são universitários, por isso, aprendem a usar a Internet e tem acesso ao menos em suas respectivas faculdades, centros universitários ou Universidades Públicas e Particulares. É interessante que quando coordenadores do mesmo núcleo brigam a Educafro os orienta a abrirem outro núcleo. Dessa forma, até mesmo os desentendimentos são importantes para que a instituição aumente seu quadro de coordenadores, alunos e núcleos.

Enquanto o setor de núcleos é a base da Educafro, este é mantido pelos novos coordenadores, que em sua maioria, saem do “setor universitário e empregabilidade”. Existe um estímulo para que o setor de núcleos cresça. A Educafro mantém um contato com o setor universitário, através dos alunos que estudam em espaços acadêmicos e com aqueles que já terminaram seus respectivos cursos universitários. Nesse sentido, a Educafro

orienta que estes integrantes abram novos núcleos, lecionem ou mesmo sejam coordenadores de núcleos já existentes. Na realidade, a Educafro quer ser, mas ainda não é, um centro de referência de estágios, indicando candidatos para estagiar em empresas. A Educafro já tem informações de diversas empresas descritas em seu site, o que aumenta ainda mais as possibilidades de seu grupo. É no “setor universitário e empregabilidade” que a Educafro orienta estratégias de como um aluno pode estudar em grandes Universidades. Por exemplo, se um aluno faz o curso de Economia, numa faculdade de pouco reconhecimento, eles o orientam a fazer transferência para uma Universidade de prestígio. A Educafro tem as datas de transferências, uma lista das principais Universidades, públicas ou particulares, que concedem bolsas. Os membros da Educafro também organizam grupos de estudos, caso o aluno deseje estudar numa USP, por exemplo, e também orientam na documentação necessária para a matrícula de uma Universidade particular de grande porte. De uma maneira geral, as informações disponibilizadas têm como ponto fundamental que os alunos participem das reuniões na Sede da Educafro, onde são estimulados a lecionar e criar novos núcleos, ou coordenar os núcleos já existentes. O setor universitário, anualmente, é encarregado de encaminhar alunos que queiram realizar vestibular de medicina, Educação Física ou de Pedagogia na Universidade de Havana, em Cuba.

Não existiria setor universitário se não existissem alunos aprovados nos vestibulares. O setor universitário e o setor de núcleo são interdependentes, porque aquele aumenta o setor de núcleo, mantém núcleos antigos funcionando e recupera a sua vitalidade com novos professores, que saem do setor universitário.

O Setor de Políticas Públicas é responsável pela luta da Educafro por Ações Afirmativas, prática de cidadania, mercado de trabalho, manifestações públicas, mantendo contatos com autoridades do poder público e discutindo ações afirmativas junto às reitorias.

O setor também é responsável pelo relacionamento com a mídia e representa o próprio frei David, o principal idealizador da Educafro, quando o mesmo não pode aparecer. Este setor é dependente dos demais, porque realiza treinamento de estudantes, que saem do setor de núcleos e/ou do setor universitários, para fazer manifestações. Atualmente, o Setor de Políticas Públicas luta por Ações Afirmativas no mercado de trabalho, com cotas para negros nos serviços públicos e cultura. Podemos resumir que a luta da Educafro por ações Afirmativas está no âmbito acadêmico, cultural e no mercado de trabalho. O ITAÚ, em São Paulo, já tem um sistema de cotas. Houve um episódio em que a Educafro convocou seus filiados, pessoas negras vestidas de ternos e gravatas, que colaram nos vidros do Banco Itaú dizeres, tais como: “Cadê os funcionários negros?” depois dessa manifestação, a presidência do Banco Itaú entrou em contato com frei David e implantou um projeto antigo, que quase não fora posto em prática, possibilitando que membros da Educafro conseguissem emprego no Banco Itaú de São Paulo.

A Educafro já recebeu inúmeros prêmios devido às ações bem organizadas do setor de políticas públicas, mas os mais importantes foram: o prêmio *Darcy Ribeiro*, por potencializar e viabilizar o ingresso de afro-descendentes e carentes nas Universidades públicas ou particulares, com bolsas de estudo <sup>27</sup>; o prêmio *Direitos Humanos*, concedido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), em 13 de dezembro de 2006, no Palácio do Planalto, em Brasília, sendo entregue pelas mãos do próprio presidente Luiz Inácio da Silva.

---

<sup>27</sup> O Prêmio Darcy Ribeiro foi concedido à Educafro pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e entregue em cerimônia realizada no Salão Nobre da Câmara de Deputados Federais (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura), em 26 de novembro de 2003.

O quarto item se refere à centralização de informações<sup>28</sup>. A Educafro age de duas formas quanto a este item: a primeira, refere-se ao fato que eles somente divulgam as informações nas reuniões. Nas reuniões de “acolhimento”, os novos alunos são atendidos. As pessoas interessadas em estudar num determinado núcleo precisam assistir essas reuniões na Sede, porque somente indo às reuniões poderão saber qual o núcleo mais próximo de sua casa. Nessas reuniões são discutidos, tanto nos antigos núcleos quanto nos novos, temas como Ações Afirmativas e as Políticas de Cotas, franquia social, a exclusão do pobre nos processos seletivos do vestibular, a importância da disciplina Cultura e Cidadania nos núcleos, a origem da Educafro, os valores cobrados por cada núcleo aos alunos e possíveis denúncias de irregularidades de coordenadores da Educafro. No caso dos coordenadores são realizadas reuniões semanais em que são discutidas questões como a transparência de seus atos, a maneira como os coordenadores podem manter o funcionamento de um núcleo e treinamentos. Também são avaliados os casos urgentes de luta, manifestações, bolsas de estudos, pós-graduação e a concessão de bolsas no exterior, como a de Cuba. A centralização das informações privilegia aqueles que vão às reuniões, na Sede da Educafro; os demais membros que não participam das reuniões são informados apenas um ou dois dias depois, pelo site da Educafro.

Há também reuniões gerais, que são realizadas todos os meses, em que todos os alunos, coordenadores, professores e visitantes são convocados. O caráter pedagógico dessas reuniões estimula as esperanças, pois nelas são apresentados os novos alunos universitários, das Universidades públicas e particulares. Frei David, líder nacional da

---

<sup>28</sup> As minhas entrevistas não se limitaram apenas aos líderes da Educafro, mas também fiz entrevistas com alguns alunos e coordenadores de núcleos. Nessas entrevistas pude constatar a importância da centralização das reuniões da Educafro.

Educafro, participa dessas reuniões e enfatiza que todos podem ser vencedores se estudarem, exaltando as práticas de cidadania e a luta dos três setores (núcleo, universitário e políticas públicas). Essa centralização de informações reeduca as pessoas a gostarem das reuniões, incentivando a participação. Isso é fundamental para o setor de políticas públicas, porque sem as reuniões seria difícil encontrar voluntários para as manifestações, inviabilizando a organização de ações em tão pouco tempo.

O último ponto é fundamental porque estou falando de uma ONG que ajuda pessoas pobres<sup>29</sup>. Há funcionários, estagiários remunerados e voluntários que trabalham na sede, mas não há conflitos entre eles, porque se houvesse a Educafro não funcionaria. De acordo com Frei David, quando um voluntário erra a culpa é do funcionário que não o orientou direito. Um voluntário é tratado muito bem, mas a grande questão nisso tudo é que em São Paulo, os voluntários são bem vistos no mercado de trabalho. Por isso, a Educafro renova seu quadro de voluntários uma vez por ano. Quando falo Educafro não estou referindo-me aos núcleos, mas aos voluntários que trabalham na sede em São Paulo. Nesse caso, estou referindo-me aos recepcionistas da sede, às pessoas que trabalham na limpeza, voluntários que ajudam na diagramação dos jornais mensais da Educafro, nas reuniões, em visitação aos núcleos. Quando alguns desses jovens tentam seu primeiro emprego, eles vão munidos de uma declaração da Educafro e muitos conseguem trabalhar como recepcionistas em empresas, até porque a Educafro é bem vista em São Paulo, naquilo que se refere a mercado de trabalho.

A péssima qualidade do ensino público revela que a luta por cotas da Educafro não é apenas uma luta contra um capital econômico, mas também uma luta contra os capitais

---

<sup>29</sup> Neste item, eu procurei observar com muito cuidado e anotei os detalhes entre o convívio de voluntários, funcionários e estagiários.

social e cultural, já que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, porque no capitalismo o crescimento econômico não produz necessária e diretamente, o desenvolvimento social. Autores como Henrique Rattner (2002), Ricardo Abramovay (2000), entre outros estudiosos do tema capital social tratam, em seus respectivos campos de estudo, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo, enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local. Os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre os indivíduos, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva. Isso não quer dizer que o capital econômico não seja essencial, ao contrário disso, o capital econômico é fundamental, porém não é suficiente para ensejar o desenvolvimento local, porque existem outros tipos de capitais, tais como cultural e social. É insuficiente para explicar a luta de meu objeto de análise.

É interessante dizer que a Educafro não declara uma guerra ao neoliberalismo, mas faz uma série de críticas internas bem fundamentadas que potencializam a sua ação coletiva.

Nesse aspecto, Bourdieu é fundamental para esclarecer o tipo de resistência que a Educafro faz contra as políticas neoliberais. Assim, pretendo abordar o capital social e capital cultural de forma mais analítica, porque se trata de assuntos mais complexos, além de abordar o capital econômico de forma menos analítica por ser mais fácil a sua compreensão.

Analiso o conceito de capital social de modo mais simplório, apesar de sua complexidade, abordo em minha dissertação de mestrado que capital social é, para Bourdieu, o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizados

efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é concomitantemente estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas, inicialmente bem economicamente, de terem mais êxito na competição social. A própria Sociedade de Mont Pèlerin, descrita no capítulo 1 desta dissertação de mestrado, desenvolveu-se através da formação de redes de intelectuais, acadêmicos, políticos, institutos de pesquisa, *think tanks*, publicações e discussão nos meios de comunicação, em especial nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, bem como pelo apoio de fundações e empresas dispostas a financiar todas essas instituições, ou seja, Hayek constituiu um capital social ao neoliberalismo, já que a idéia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas (BOURDIEU, 1980).

Apesar de Bourdieu ter abordado o capital social como propriedade do indivíduo e de um grupo social, uso tal conceito pertencente a uma coletividade ou a uma comunidade, porque o capital social é compartilhado, ainda que pertença a um indivíduo (social de "sócio", parceiro)<sup>30</sup>.

O capital social não se acaba com o uso; muito pelo contrário, o uso do capital social o faz crescer. Nesse sentido, a idéia de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, além dos níveis do indivíduo e da família. Isso não quer dizer que todos aqueles que compartilham determinado recurso de capital social relacionem-se enquanto amigos; significa, no entanto, que o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações baseadas no antagonismo. Por isso, podemos abordar o fato de que a Educafro de SP constituiu um

---

<sup>30</sup> Apesar de Bourdieu não ter falado sobre isso, ele também não falou contra. Informo que estou ampliando essa discussão em minhas análises sem perder as bases teórica de Boudieu.

capital social, já que o capital social é o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar sua classe social. A Educafro conseguiu constituir seu capital social à medida que se organizou enquanto franquia social. E essa ajuda mútua também pode ser entendida na prática com a convivência de professores voluntários. Por exemplo, há um professor de matemática, muito bom no núcleo, sem experiência profissional, mas os alunos gostam muito dele, estão aprendendo a matéria com ele, possivelmente, outro professor voluntário, mas que trabalha numa escola como profissional poderá indicá-lo na escola em que ele leciona como profissional, criando uma rede de ajuda mútua muito além do que foi proposto pela franquia social. Nesse sentido, podemos entender outra característica do capital social, a de que o capital social tende sempre a crescer.

Capital social é capital porque para utilizar a linguagem dos economistas, ele se acumula, ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. É a partir dessa lógica, que entendo as relações neoliberais e a franquia social estabelecida pela Educafro, já que Hayek conseguiu ganhar um prêmio Nobel, tendo como um dos motivos, o capital social que o mesmo havia acumulado com a Sociedade de Mont Pèlerin. Hayek recebeu um prêmio Nobel porque representava o grupo em que fazia parte. Dessa maneira, ele se tornou o caminho para que outros do mesmo grupo ganhassem seus respectivos prêmios, ou seja, Hayek ampliou o capital social, bem como a Educafro ampliou o seu capital social mediante a franquia social.

Bourdieu, em *Os três estados do capital cultural* esclarece a noção de capital cultural e, explica, de maneira inteligível, os mecanismos perversos responsáveis pelas desigualdades no aproveitamento e no rendimento de estudantes pertencentes a diferentes

grupos sociais (BOURDIEU, 1998: 73). Bourdieu, com base em dados quantitativos, analisa a correlação entre variáveis pertinentes ao perfil da família e o sucesso educacional dos seus respectivos filhos, incluindo nessa análise, a formação cultural dos antepassados dos estudantes, o local de residência da família (centro ou periferia), o tipo de instituição de ensino (privado ou público). Bourdieu também observa mediante dados estatísticos o modelo demográfico das famílias e o sentido da trajetória social do chefe do grupo familiar, objetivando relacionar o sucesso educacional dos alunos (BOURDIEU, 1998b: 42-45).

Ao objetivar os percursos escolares em função do meio social de pertencimento dos alunos, constata-se que as chances de êxito na escola dependem essencialmente da origem social dos alunos, e mais exatamente de seu volume de capital cultural familiar. Neste ponto de vista, “capital cultural” para Bourdieu é um conceito metafórico que explicita um novo tipo de capital, um novo recurso social, fonte de disparidade e poder em sociedades em que a posse desse recurso é privilégio de alguns (Bourdieu, 1996a). Refere-se a um conjunto de estratégias, valores e disposições promovidos principalmente pela família, pela escola e pelos demais agentes da educação, que predispõe os indivíduos a uma atitude dócil e de reconhecimento ante as práticas educativas.

Em resposta a essa hegemonia da elite, a Educafro, luta contra o capital cultural e o capital econômico mediante a sua luta por cotas como bem esclarece Antonio Luiz do Nascimento, em seu artigo intitulado *Cursinhos militantes: Ação Coletiva pela Democratização da Educação Superior* diz que:

Os cursos preparatórios para ingresso na educação superior; desenvolvidos pelos movimentos sociais e associações civis constituem numa curiosa forma de mobilização da sociedade civil em luta pelo direito à educação em todos os níveis. Em virtude de suas autonomias em relação ao aparato burocrático-institucional do sistema educacional, os cursinhos militantes realizam um sem-números de ações pedagógicas-educacionais sob forte orientação político-ideológica das bases que os

sustentam. Essas ações ultrapassaram os aspectos técnico-pedagógicos presentes em programas e currículos convencionais, assim, a pedagogia e o conteúdo político-ideológico dos cursinhos ainda são desconhecidos, no entanto permitem inferir que, dadas as forças sociais envolvidas no planejamento e execução (sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONGs, organizações estudantis entre outras), criam-se as condições para uma consistente oposição às políticas excludentes vigentes no sistema educacional institucionalizado.(NASCIMENTO, 2003).

A expressão “cursinho militante” abordada por Antonio Luiz do Nascimento é usada como síntese de um conjunto de termos que tentam denominar os cursos preparatórios pós-médios, sem fins lucrativos, e criados no bojo da sociedade civil, a saber, cursinhos sociais, populares, comunitários, alternativos, solidários etc. que preparam pessoas carentes para o ingresso em instituições educacionais de nível superior (NASCIMENTO, 2003).

Daniel Suarez em seu artigo “O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública” analisa a expansão dos cursos comunitários, que preparam carentes para o ingresso ao vestibular, e chega a duas conclusões: a primeira, de que a expansão desses cursos comunitários, em nível nacional, expressa a dinâmica da sociedade civil no campo educacional; a segunda, de que fica explícito, o próprio colapso do sistema educacional, onde a “crise da escola” pode ser entendida como parte de uma “crise de sentido”, tendo como ponto de vista, os novos significados da educação impostos pelo ímpeto arrasador da ofensiva neoconservadora e neoliberal que objetiva extirpar a imagem coletiva de uma sociedade de cidadãos que, em virtude de seus direitos, negocia e luta por seus interesses de grupo e pela democratização da vida econômica e social na arena política. (SUAREZ, 1995).

A Educafro foi constituindo um capital social para se fundar e manter-se funcionando. Dessa maneira, conseguiu estabelecer outro tipo de capital, o capital cultural. O capital cultural desenvolvido pela Educafro inicia-se com a disciplina denominada

“Cultura e Cidadania”, justamente, porque essa disciplina sai do espaço da decoreba e faz o aluno pensar, ler jornais, revistas, discutir, defender o seu ponto de vista. Essa disciplina, por não necessitar de um professor específico, alguns núcleos mais organizados convidavam palestrantes para lecionar. A maioria desses palestrantes foram alunos de núcleos da Educafro que passaram em grandes Universidades, sejam particulares ou Públicas, e nesse aspecto serviram de estímulo aos que estão estudando, motivando-os a passarem também, porque para os que passaram vale à pena continuar tentando. Para uma classe social de pessoas carentes estudarem numa grande Universidade é ter uma diferenciação social, mesmo que aprovados estejam no mesmo patamar de poder econômico.

É relevante informar que a posse do capital cultural descrito por Boudieu<sup>31</sup> pode derivar de investimentos culturais diversos, por exemplo, pode ser expresso mediante os diplomas, visitação aos museus e assistência a concertos eruditos, ou na sua impossibilidade podem se expressar em comportamentos menos elitistas, não deixando de ser utilizado como capital distintivo. Isto quer dizer que na falta de diplomas, na ausência do hábito de freqüentar os templos da cultura, esse novo recurso pode ser explicitado em atitudes mais simples: a leitura de certos jornais e de certas revistas, a observância interessada a uma programação televisiva informativa, a audiência a entrevistas com especialistas, ou viagens pela internet (entre tantas outras possibilidades) podem servir também como estratégia de adquirir os bens da cultura e do conhecimento e de ter acesso aos mesmos (BOURDIEU, 1998b).

---

31 Estarei analisando o conceito de capital cultural, sem perder o sentido original descrito por Bourdieu, que o qualifica como um elemento de poder e diferenciação social.

Entendendo o conceito de capital cultural de maneira mais simples, apesar de sua complexidade, fica mais claro que a Educafro constituiu um capital cultural.

O que me interessa com essa discussão referente ao capital social e cultural é a problemática dos fatores extra-escolares: econômicos, sociais e culturais, que influenciam de maneira veemente o desempenho e o aproveitamento do estudante, justamente porque meu objeto de análise luta contra essa hegemonia.

Daniel Suarez em seu artigo “O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública” aborda que a ação dos pré-vestibulares não se limita única e exclusivamente à preparação de candidatos aos exames vestibulares. Suas ações vão muito além dos currículos e programas formais pré-estabelecidos, porque eles têm em vista as relações orgânicas com movimentos sociais e associações civis que os transformam em correia de transmissão de suas estratégias e ações político-ideológicas. Eles lutam por políticas inclusivas e compensatórias <sup>32</sup> para o ensino superior, sem deixar de denunciar as mazelas do ensino público fundamental e médio de nosso país, por isso, eles têm um discurso pedagógico de caráter radicalmente democratizador e que contribuem na

---

32 Informo que a base de minhas argumentações sobre Ação Afirmativa não se fundamentam de maneira nenhuma na teoria da Justiça Compensatória como Suarez (1995), mas no Princípio de Justiça Social Igualizadora alicerçada na Constituição Federal de 1988 como abordo no capítulo 4 de minha dissertação, porque a teoria da Justiça Compensatória baseia-se na retificação de injustiças ou de falhas cometidas contra indivíduos no passado, sejam pelos particulares ou governo. A teoria compensatória é a reivindicação para que se repare um dano ocorrido no passado em relação aos membros de determinado grupo minoritário. Tal concepção tenta promover o resgate da dívida histórica, e que tal dívida, no caso dos negros, teria sido o período de escravidão à que foram submetidos. Essa teoria se apresenta com diversos problemas, já que é complicado responsabilizar, no século XXI, os brancos descendentes de pessoas que, em um passado remoto, tiveram escravos. Além disso, é quase impossível conseguir identificar quem seriam os corretos beneficiários da reparação, já que os negros de hoje não foram vítimas da escravidão. Tal teoria, pelo menos no contexto brasileiro é inviável, porque pode culpar pessoas inocentes, responsabilizando-as pela prática de atos dos quais não praticaram.

elaboração de uma plataforma moral coletiva para a defesa e a luta pelos direitos cívicos, políticos e sociais dos grupos sociais (majoritários). (SUAREZ, 1995).

Sustento a hipótese que a Educafro não pode ser entendida como um enfrentamento direto à política neoliberal pelo fato de que ela compõe o grupo de movimentos que não lutam contra o fim do capitalismo. No entanto, a Educafro enfrenta na arena política, mediante as lutas por cotas, as políticas neoliberais quando participa de maneira indireta da aprovação das leis de cotas. Leis estas que democratizam o acesso ao vestibular mediante a implementação do sistema de cotas.

A Educafro enfrenta também os empresários da indústria de vestibulares, quando luta por cotas, com o intuito de beneficiar os mais pobres. Dessa forma, entendo a luta por cotas como uma resistência à política neoliberal, porque tal política prega a não-intervenção do Estado diante das mazelas sociais, ou seja, o Estado, de acordo com a política neoliberal não deveria utilizar os impostos para ajudar as pessoas marginalizadas socialmente, já que na concepção neoliberal os melhores irão alcançar seu espaço no mercado sem que, com isso, o Estado tenha que se utilizar dos impostos.

A Educafro, em sua luta por cotas, força o Estado a criar leis que possam beneficiar os mais pobres, os carentes, os negros, os indígenas, os portadores de necessidades especiais; mostrando, assim, que as mudanças podem ocorrer por meio de uma ação coletiva e não exclusivamente individual como atestavam os neoliberais. O Estado é obrigado a ser participante direto dos problemas sociais quando democratiza o

---

33 Informo o fato de que a Educafro, em sua luta por cotas, antes de cada lei ser aprovada dividia os principais representantes de cada núcleo a terem uma conversa particular com o máximo possível de deputados nos seus respectivos gabinetes, bem como a Educafro mobilizava todos os seus membros a partirem para ação coletiva por meio de manifestações educativas. Obtive tal informação por meio das entrevistas que fiz.

acesso ao vestibular. Uma vez que as leis são implementadas, a Educafro luta por bolsas de estudo aos cotistas, porque ela faz o Estado participar dos problemas sociais<sup>34</sup>.

No entanto, a Educafro, ao lutar por cotas é uma resistência, justamente, porque não almeja o fim da mais-valia, já que não é um sujeito marxista, não se pronuncia diretamente contra o neoliberalismo, mas amplia uma discussão democratizadora, naquilo que se refere ao acesso ao vestibular. A Educafro não permite que o Estado atue com uma política neoliberal, naquilo que se refere à educação de nível superior, porém há milhões de brasileiros que não saíram do Ensino Fundamental, não sendo eles deslumbrados pela política de cotas, porque a Educafro lida com um público que já concluiu o Ensino Médio ou que está para concluir.

---

<sup>34</sup> Isso ocorre, porque a ação afirmativa ataca com mais eficiência a reprodução da desigualdade que escapa o alcance das políticas universais, já que o alcance de tais políticas atingem de maneira geral, não sendo capaz de atingir questões específicas de gênero, raça, deficiência.

## **Capítulo 4**

**Sistema de Cotas: campo social, capital político, capital simbólico e resistência ao neoliberalismo**

Três pontos serão abordados neste capítulo: o primeiro, refere-se ao sistema de cotas, entendido como uma das diversas estratégias da Educafro para se reservar vagas para negros nos concursos públicos, nos vestibulares das faculdades privadas e/ou públicas e em empresas privadas, como forma de justiça social igualizadora, alicerçada na Constituição Federal de 1988; o segundo, refere-se ao capital político e simbólico que o meu objeto adquiriu mediante o seu capital social e cultural, como fora expresso no capítulo 3 e, por último, a resistência que o sistema de cotas proporciona ao neoliberalismo brasileiro.

Não posso falar de sistema de cotas sem antes abordar sobre políticas de ação afirmativa porque o sistema de cotas é uma das diversas modalidades da ação afirmativa e não deve ser confundida, apesar do *Dicionário Brasileiro Globo*, de Celso Pedro V. Luft (V. LUFT, 995) e o *Pequeno dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira apresentarem o termo sistema de cotas e ação afirmativa como sinônimos (FERREIRA, 1988). Coube ao primeiro negro que se tornou ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Benedito Barbosa Gomes conceituar de maneira brilhante a ação afirmativa.

O termo ação afirmativa tem sua origem nos Estados Unidos. Na década de 60, os EUA viviam um momento de reivindicações democráticas internas, abordadas fundamentalmente no movimento pelos direitos civis, tendo como uma de suas diversas propostas a extensão da igualdade de oportunidades a todos. (MOEHLECKE, 2002)

Sabrina Moehlecke aborda em *Ação Afirmativa: História e debates no Brasil* que:

No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Os Estados

Unidos completam quase quarenta anos de experiências, o que oferece boa oportunidade para uma análise de longo prazo do desenvolvimento e impacto dessa política”. (MOEHLECKE, 2002:199)

Moehlecke afirma que na mesma obra em questão a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina e em Cuba, dentre outros.

Nesse contexto diversificado Moehlecke descreve diferentes formas, tais como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação.

Moehlecke diz que o público-alvo da ação afirmativa “variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres”. As principais áreas contempladas pela ação afirmativa são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política. (MOEHLECKE, 2002:199)

De acordo com José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da UNB e um dos idealizadores do programa de Sistema de Cotas da UNB, em sua palestra sobre "As Ações Afirmativas e Reparações na Diáspora Negra", no mini-auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, no dia 25 de agosto de 2005, diz que a Índia foi o primeiro país do mundo a adotar o sistema de cotas raciais, o que ocorreu já na década de 30. Nesse país, o processo foi conduzido pelo líder dos Dalits, também conhecido como os intocáveis, a casta mais baixa e discriminada da Índia. A história está no livro *Inclusão Étnica e Racial no Brasil – A questão das cotas no ensino superior*, de José Jorge de Carvalho.

Apesar das cotas serem obrigatórias no serviço público, na educação e em todos os órgãos estatais na Índia; as cotas não funcionam bem devido à cultura e as condições precárias de algumas castas. "*A Índia é um exemplo internacional da utilização do sistema de cotas*", afirma José Jorge. Ele diz que a Malásia, localizada no sudeste do continente asiático, adota o sistema de cotas desde 1968. Na Malásia as cotas beneficiam os malaios, também chamados de "filhos da terra". "Os malaios não tinham praticamente acesso ao ensino superior e ao serviço público".

Segundo José Jorge de Carvalho as cotas também são adotadas na África do Sul, no Canadá, que inclusive tem cotas no parlamento para os esquimós; na Austrália, cujo sistema de reparação beneficia os aborígenes; na Nova Zelândia e na Colômbia, que adota as cotas para negros e índios nas universidades.

É factual que o termo "ação afirmativa" tem sua origem nos EUA na década de 60, mas a implementação da ação afirmativa por meio de sua modalidade denominada de sistema de cotas tem sua origem na Índia na década de 30, ou seja, os indianos não formalizaram um conceito para suas políticas afirmativas coube aos EUA.

É importante observar que as ações afirmativas não se confundem com o sistema de cotas (ou quotas), mas o abrange, podemos dizer que toda ação, pública ou privada, que reconhecendo uma situação desfavorável a uma minoria e procura atingir uma situação de igualdade pode ser caracterizada como uma ação afirmativa. As cotas são apenas uma modalidade de ação afirmativa, mas não a única. O governo poderia, por exemplo, diminuir impostos ou mesmo propiciar créditos objetivando igualização dos grupos sociais.

Segundo o ex-procurador e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Benedito Barbosa Gomes, em *Ação afirmativa & princípio constitucional da*

*igualdade: O Direito como instrumento de transformação social* as ações afirmativas podem ser conceituadas como sendo:

Políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física [...] visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade [...]. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicionais, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2001: 6).

A partir do conceito de Joaquim Benedito Barbosa Gomes sobre ação afirmativa, faz-se necessário reavaliar a interpretação hegemônica sobre o princípio da igualdade de todos perante a lei, porque a necessidade de se ter ação afirmativa no Brasil faz com que essa interpretação seja insuficiente para garantir a plena cidadania.

Fica evidente que a interpretação que se faz sobre a Constituição referente ao princípio da igualdade de todos perante a lei não é suficiente para defender uma ordem social justa e democrática, pois as desigualdades sociais acumularam-se durante o processo histórico. O princípio da igualdade perante a lei, isto é, a igualdade formal, obriga a ações afirmativas, já que se torna necessário um tratamento desigual em situações desiguais, ou seja, a igualdade real ou material. Quando as pessoas afirmam que todos são iguais perante a lei ficam duas lacunas sem resposta: a primeira, refere-se a igualdade entre quem? e a segunda, igualdade em quê? Todos são iguais, porém alguns têm mais direitos do que outros? (BOBBIO, 1996: 12).

Entre tantos grandes teóricos do Direito Público brasileiro, coube à ilustre professora Carmen Lúcia Antunes Rocha, atual ministra, melhor dizendo, primeira mulher negra a se tornar ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), a ousadia de traduzir para a

comunidade jurídica do Brasil, numa obra magistral, a mais completa noção acerca do enquadramento jurídico-doutrinário das ações afirmativas.

Rocha refere-se à ação afirmativa como a mais desenvolvida tentativa de concretização do princípio jurídico da igualdade. Carmen Lúcia Antunes Rocha afirma com propriedade que:

A definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos engravados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação jurídica efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias. (ROCHA, 1996: 665)

Essa grande abordagem jurídico-político-social refletiria ainda, segundo Rocha, uma “mudança comportamental dos juízes constitucionais de todo o mundo democrático do pós-guerra”, que acabariam se conscientizando da necessidade de uma:

Transformação na forma de se conceberem e aplicarem os direitos, especialmente aqueles listados entre os fundamentais. Não bastavam as letras formalizadoras das garantias prometidas; era imprescindível instrumentalizarem-se as promessas garantidas por uma atuação exigível do Estado e da sociedade. Na esteira desse pensamento, pois, é que a ação afirmativa emergiu como a face construtiva e construtora do novo conteúdo a ser buscado no princípio da igualdade jurídica. O Direito Constitucional, posto em aberto, mutante e mutável para se fazer permanentemente adequado às demandas sociais, não podia persistir no conceito estático de um direito de igualdade pronto, realizado segundo parâmetros históricos eventualmente ultrapassados. (ROCHA, 1996: 665)

Carmen Lúcia Antunes Rocha aborda que:

O conteúdo, de origem bíblica, de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam – sempre lembrado como sendo a essência do princípio da igualdade jurídica – encontrou uma nova interpretação no acolhimento jurisprudencial concernente à ação afirmativa. Segundo essa nova interpretação, a desigualdade que se pretende e se necessita impedir para se realizar a igualdade no Direito não pode ser extraída, ou cogitada, apenas no momento em que se tomam as pessoas postas em dada situação submetida ao Direito, senão que se deve atentar para a

igualdade jurídica a partir da consideração de toda a dinâmica histórica da sociedade, para que se focalize e se retrate não apenas um instante da vida social, aprisionada estaticamente e desvinculada da realidade histórica de determinado grupo social. Há que se ampliar o foco da vida política em sua dinâmica, cobrindo espaço histórico que se reflita ainda no presente, provocando agora desigualdades nascentes de preconceitos passados, e não de todo extintos. A discriminação de ontem pode ainda tingir a pele que se vê de cor diversa da que predomina entre os que detêm direitos e poderes hoje” (ROCHA, 1996: 665).

Mas Rocha adverte que:

É importante salientar que não se quer ver produzidas novas discriminações com a ação afirmativa, agora em desfavor das majorias, que, sem serem marginalizadas historicamente, perdem espaços que antes detinham face aos membros dos grupos afirmados pelo princípio igualador no Direito. Para se evitar que o extremo oposto sobreviesse é que os planos e programas de ação afirmativa adotados nos Estados Unidos e em outros Estados, primaram sempre pela fixação de percentuais mínimos garantidores da presença das minorias que por eles se buscavam igualar, com o objetivo de se romperem preconceitos contra elas ou pelo menos se propiciarem condições para a sua superação em face da convivência juridicamente obrigada. Por ela, a maioria teria que se acostumar a trabalhar, a estudar, a se divertir etc. com os negros, as mulheres, os judeus, os orientais, os velhos etc., habituando-se a vê-los produzir, viver, sem inferioridade genética determinada pelas suas características pessoais resultantes do grupo a que pertencessem. Os planos e programas das entidades públicas e particulares de ação afirmativa deixam sempre à disputa livre da maioria a maior parcela de vagas em escolas, empregos, em locais de lazer etc., como forma de garantia democrática do exercício da liberdade pessoal e da realização do princípio da não discriminação (contido no princípio constitucional da igualdade jurídica) pela própria sociedade (ROCHA, 1996: 88)

Chamo de sistema de cotas a reserva de vagas nos concursos públicos, nos vestibulares das faculdades privadas e/ou públicas, em empresas privadas como forma de justiça social igualizadora. No caso brasileiro essa justiça está alicerçada na Constituição Federal de 1988

Há uma péssima interpretação sobre a Constituição Federal, porque o princípio da igualdade não fica restrito ao art. 5º da Constituição, já que o princípio da igualdade permeia toda a Constituição brasileira. Uma exemplificação disso está no próprio preâmbulo da Constituição Federal de 1988 quando conclama os constituintes a *instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar [...] a igualdade e a justiça, como valores*

*supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.* A partir desse preâmbulo podemos perceber que a Constituição brasileira reconhece a existência das desigualdades e conclama os constituintes a combatê-las

No art. 3º uma ênfase ao combate à discriminação e ao tratamento igualitário, reforçado pelo art. 170, inciso VII diz:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

[...]

III – erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, de raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

A meu ver o sistema de cotas tem potencialidade para “reduzir as desigualdades sociais” que o artigo 3º aborda, porque pode promover uma justiça social igualizadora. Igualizar significa dar melhores condições a quem tem menos como forma de torná-lo igual diante dos que já têm melhores condições sociais. Igualizar também significa tratar com desigualdade os desiguais objetivando a igualdade entre todos.

Carmen Lúcia Antunes Rocha aponta ao fato de que pode se verificar:

que todos os verbos utilizados na expressão normativa – construir, erradicar, reduzir, promover – são de ação, vale dizer, designam um comportamento ativo. O que se

tem, pois, é que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional (ROCHA, 1996: 665).

A Constituição brasileira de 1988 garante vagas pelo sistema de cotas ao favorecer aos portadores de necessidades especiais de acordo com o art. 37, inciso VIII "A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências físicas e definirá os critérios de sua admissão."

A Constituição brasileira também prevê cotas às mulheres, como consta no art. 7º, inciso XX, "a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei".

É importante que o jurista observe que a Constituição de 1988 não reserva vagas apenas para as mulheres e os deficientes físicos, por isso, faz-se necessário analisar a Constituição num todo, ou seja, ter uma leitura capaz de compreender a lógica constitucional, tendo esse olhar percebe-se que a lógica constitucional é igualizar, por isso, é importante "erradicar a pobreza e marginalização"; "reduzir as desigualdades sociais e regionais". Visto por esse ângulo entende-se que a Constituição é favorável aos mecanismos capazes de diminuir as desigualdades sociais e as cotas são apenas mais um entre outros mecanismos.

De outra maneira haveria uma ilogicidade, pois a Constituição prevê cotas para mulheres, para pessoas portadoras de deficiências, mas o negro e o índio não podem, porque é inconstitucional? Como poderia ser inconstitucional se os direitos são iguais? Como poderíamos falar de igualdade?

Na realidade há uma má leitura sobre a Constituição. Graças a essa má leitura que há as distorções sobre a Magna Carta. Se pensarmos que a lógica constitucional está na

igualização ficará fácil compreender que as mulheres, os índios, os negros, os portadores de necessidades especiais têm os mesmos direitos.

Dessa forma, podemos concluir que o sistema de cotas para negros é constitucional e de acordo com a mesma constituição podemos dizer que é justo, já que o sistema de cotas pode promover uma justiça social igualizadora; talvez, por isso, que nenhum ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) tenha se manifestado contra o sistema de cotas.

Não podemos confundir o termo “desigualdades sociais” com “desigualdade econômica”, por isso, a Constituição aborda “erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. As desigualdades econômicas são uma das causas das desigualdades sociais, mas há também outras causalidades, tais como, gênero e/ou raça etc. Isso ocorre quando um indivíduo por ser mulher é impedido de estudar, trabalhar, de ir e vir; por isso, há cotas para mulheres sejam pobres ou ricas, porque o problema de gênero não se resolve apenas com os estudos e dinheiro, mas também com ações afirmativas capazes de igualá-las numa sociedade machista. Sociedade essa capaz de impedi-la de ir e vir de impedi-la até mesmo de exercer seu trabalho mesmo tendo dinheiro e capacidade para tal. A Constituição Brasileira de 1988 ao garantir cotas para as mulheres possibilitou a justiça igualizadora.

Sergio Abreu em sua obra *Os descaminhos da tolerância: o afro-brasileiro e o princípio da isonomia e da igualdade no Direito Constitucional* diz que o racismo anti-negro existente no Brasil, embora dissimulado pelo mito da democracia racial, exclui os afro-brasileiros da sociedade inclusiva, do direito a ter direitos, pois a intolerância racial “ignora os afro-brasileiros, relegando-os a uma cidadania amedrontada” (Abreu, 1999: 151).

Para Abreu o debate existente na sociedade brasileira em torno do binômio raça e classe, coloca na centralidade do tema a questão racismo e desigualdade social. A partir de Abreu podemos analisar que o Brasil vive uma desigualdade racial na qual os brancos pobres têm melhores condições que os negros pobres como produto do racismo historicamente desenvolvido pelo sistema político brasileiro, alicerçado num pensamento nacionalista autoritário, associado à mitologia da democracia racial e da ideologia do branqueamento, “mascara os antagonismos raciais e desmobiliza a comunidade afro-brasileira, numa característica estratégica de subordinação racial” (Abreu, 1999: 37).

Em 2000, o professor de economia da UFRJ, Marcelo Paixão, coordenou um estudo sobre os indicadores de desenvolvimento humano, realizado pelo projeto “Brasil 2000 – Novos Marcos para as Relações Raciais” (Fase), valendo-se da mesma metodologia do PNUD, mediu-se as disparidades entre os grupos étnico branco e afro-descendente. As bases de dados utilizadas foram as da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1998. O estudo constatou o alto grau de desigualdade entre afro-descendente e brancos no país. Apurou-se que os brancos pobres têm melhores condições de estudar, trabalhar, morar que o afro-descendente pobre.

Como maneira de impedir o preconceito racial, o art. 5º, inciso XLII, dispõe que "a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível sujeito à reclusão nos termos da lei".

De acordo com o Direito Penal, a prática da discriminação e preconceito por raça, etnia, cor, religião ou procedência nacional consiste em delito previsto na lei 7.716/89, alterada pela lei 9.459/97. O art. 140, parágrafo 3º do Código Penal aborda que se a injúria utilizar elementos relacionados à raça, cor, etnia, religião ou origem, a pena é de reclusão de 1(um) a 3(três) anos e multa. Por isso, chamar alguém de judeu, pretão, negão, crioulo, miserável, preto, fanático religioso, pobretão, etc., desde que com intenção ou vontade de

lhe ofender a dignidade ou a honra a quem se fala relacionando com a cor, religião, raça ou etnia, sujeita o autor a uma pena prevista na lei penal.

Da mesma forma a prática da discriminação constitui-se, em matéria civil (art. 186 do Código Civil) um ato ilícito praticado em desacordo com a ordem jurídica, violando direito subjetivo individual. Causar dano à vítima comete ato ilícito, criando o dever de repará-lo. (MARTINS, Sergio, 1999: 27).

O mestre Celso Antônio Bandeira de Mello em seu artigo *Princípio da isonomia desequiparações proibidas e desequiparações permitidas* faz uma discussão bem aprofundada sobre o sistema de cotas. A discussão de Mello se fundamenta até que ponto as cotas seriam constitucionais e, para isso, ele abordou um critério para distinguir se a cota é ou não constitucional:

O que se tem que indagar para concluir se uma norma desatende a igualdade ou se convive com ela é o seguinte: se o tratamento diverso outorgado a uns for justificável, por existir uma correlação lógica entre o fator de discrimen tomado em conta e o regramento que se lhe deu, a norma ou a conduta são compatíveis com o princípio da igualdade; se pelo contrário, inexistir esta relação de congruência lógica — ou o que ainda seria mais flagrante — se nem ao menos houvesse um fator de discrimen identificável a norma ou a conduta serão incompatíveis com o princípio da igualdade (MELLO, 1993).

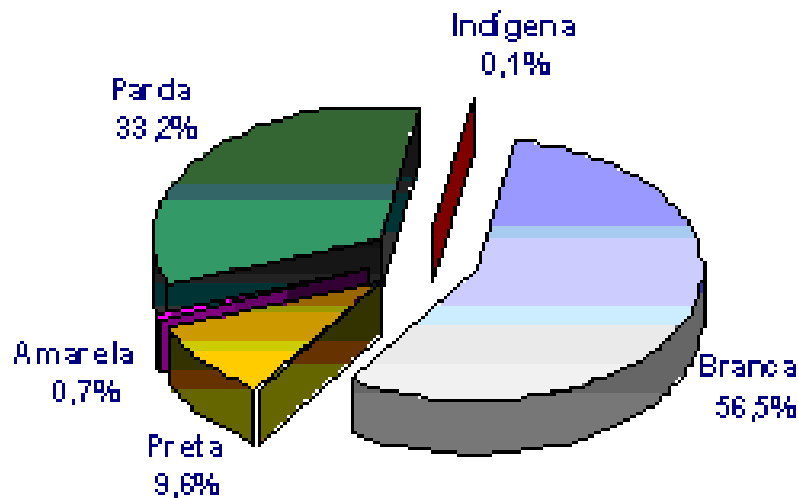
Ou seja, para Mello as cotas são constitucionais se comprovadamente houver uma situação de discriminação, por exemplo, O IBGE divulgou um estudo especial da PME sobre Cor ou Raça e aborda que a:

População declaradamente preta e parda tem menos escolaridade e um rendimento médio equivalente à metade do recebido pela população branca, na média das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Já a taxa de desocupação dos pretos e pardos (11,8%) é superior à dos brancos (8,6%). Em setembro de 2006, a população declaradamente preta ou parda representava 42,8% das 39,8 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade nas seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre). A PME segue o sistema de classificação de cor ou raça adotado pelas pesquisas domiciliares do IBGE, no qual o

informante escolhe uma entre cinco opções: branca, preta, parda, amarela ou indígena. (FIBGE Síntese de indicadores sociais 2005. Rio de Janeiro, 2006).

A partir dos dados do IBGE podemos observar também a distribuição da população em idade ativa por cor ou raça – setembro de 2006.

Figura 7

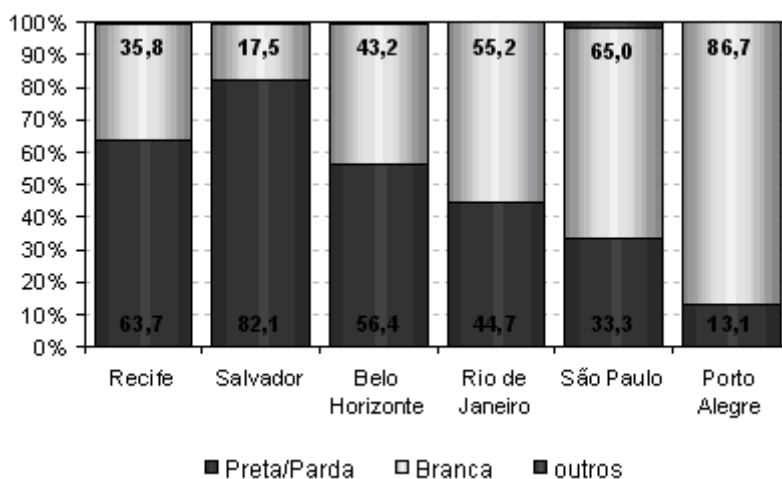


FONTE: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

As populações amarela e indígena representavam, juntas, apenas 0,8% do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade para o agregado das seis regiões metropolitanas. Por serem tão pouco representativas, não foram feitas afirmações sobre elas. As populações preta e parda foram agregadas num só grupo, que representava 42,8% da população em idade ativa, enquanto os brancos correspondiam a 56,5%. Salvador apresentou a maior proporção de pretos e pardos (82,1%) e Porto Alegre a menor (13,1%), como mostra o gráfico abaixo.

A distribuição da PIA por cor ou raça segundo a RM em Setembro de 2006 apresenta desigualdades sociais entre raças.

Figura 8



FONTE: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Há desigualdade também nos indicadores educacionais. A população em idade ativa *preta* e *parda* tinha 7,1 anos de estudo, em média, e era menos escolarizada que a população *branca* (8,7 anos de estudo, em média). Foi apurado, também, que 6,7% das pessoas *pretas* e *pardas* com 10 a 17 anos de idade não freqüentavam escola, contra 4,7% dos *brancos*. E enquanto 25,5% dos *brancos* com mais de 18 anos freqüentavam ou já haviam freqüentado curso superior, o percentual era de apenas 8,2% para os *pretos* e *pardos*. Mas houve alguma evolução neste indicador: em setembro de 2002, apenas 6,7% dos *pretos* e *pardos* freqüentavam ou já haviam freqüentado curso superior.

Em Salvador, onde os *brancos* e os *pretos* e *pardos* apresentaram as maiores médias de anos de estudo, observou-se o maior diferencial: 2,4 anos de estudo a mais para os

*brancos*. Em média, os *brancos* atingiam o ensino médio e os *pretos* e *pardos* sequer concluíam o fundamental.

Como constam os dados expressos pelo IBGE abaixo a escolaridade média segundo a cor ou raça - setembro de 2006.

Figura 9

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<b>Total</b>	8,0	7,5	8,1	7,9	8,1	8,1	8,0
Preta/Parda	7,1	6,9	7,7	7,0	7,0	7,0	6,8
Branca	8,7	8,6	10,1	9,0	9,0	8,6	8,2

FONTE: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Ainda em relação à educação, verificou-se que 20,1% dos *pretos* e *pardos* com 10 anos ou mais de idade tinham algum curso de qualificação profissional, enquanto na população branca este percentual subia para 25,3%. Este indicador cresceu significativamente, pois em 2002 as proporções eram de 13,2% (para pretos e pardos) e 16,5% (para brancos). As diferenças regionais mais evidentes foram em São Paulo (onde 28,5% das pessoas brancas tinham curso de qualificação profissional, contra 20,0% dos pretos e pardos) e em Belo Horizonte (35,8% e 28,2%, respectivamente).

De acordo com o economista e pesquisador da UFRJ, Marcelo Paixão:

O Relatório do Desenvolvimento Humano, editado anualmente pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) trouxe novidades acerca da posição do Brasil em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Conforme é sabido, o IDH mede a qualidade de vida de uma população combinando três tipos de indicadores: rendimento per capita, escolaridade (taxa de escolaridade e de alfabetização) e esperança de vida ao nascer. No Relatório do Desenvolvimento Humano do ano passado (2002, contendo indicadores para o ano 2000), o Brasil aparecia ocupando a

73ª colocação. (Paixão, Marcelo 2003 - Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP & A: pág. 15)

De acordo com o pensamento de Mello, por enquanto as cotas para negros são constitucionais porque podemos comprovar que no Brasil há uma situação de discriminação racial. Entretanto, se esse número for alterado significativamente porque mais negros conseguiram se estabelecer financeiramente e maior nível de escolarização por meio das cotas, deixa de ser constitucional, porque não se pode mais justificar uma justiça social igualizadora por meio de cotas.

Para Mello o sistema de cotas é provisório e tem que ser sempre analisado por constatações. Concordo com Mello, porque penso que a adoção de políticas afirmativas deve ter um prazo de duração, até serem sanados de maneira eficientes os efeitos negativos do preconceito e da discriminação sofridos pelos grupos desfavorecidos. Se as ações afirmativas visam a estabelecer um equilíbrio na representação das categorias nas mais diversas áreas da sociedade, quando os objetivos forem finalmente atingidos, tais políticas devem ser extintas, porque não há nenhum motivo constitucional para que continuem, já que não se pode mais falar de justiça social igualizadora, por estabelecerem distinções não mais devidas, justamente por não mais haver qualquer base constitucional.

À luz do pensamento do sociólogo francês, Pierre Bourdieu, que introduziu na Ciência Política o conceito de campo social, *habitus*, “capital simbólico” e “capital político” é possível conjecturar alguns fatores que podem explicar a atuação e o posicionamento do meu objeto de análise diante do neoliberalismo.

De acordo com Louis Pinto em sua obra “*Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*”, as práticas, para Bourdieu, são condicionadas pelo campo e geradas pelo *habitus*, o

qual faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma maneira orquestrada em determinadas circunstâncias. O *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática que os indivíduos adquirem mediante a estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história), ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social. Assim, o *habitus* funciona como uma força conservadora no interior da ordem social. Para Pinto, o conceito de *habitus*, nessa perspectiva, permite-nos analisar a relação, as mediações entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos agentes, porque tal conceito expressa o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades.

A aplicabilidade do *habitus* está ligada ao conceito de campo social. É a partir do conceito de campo social que Pierre Bourdieu representa sua perspectiva de totalidade social. Bourdieu incorpora a visão weberiana de poder, por isso, aponta que no campo social há regras próprias, princípios e hierarquias. A principal disputa do campo social fundamenta-se na tentativa de se alcançar o poder por meio da acumulação do capital simbólico do campo social que se está disputando. A acumulação desse capital pode levar um determinado agente a conquistar a hegemonia dentro de um campo. Este é o local de manifestação das relações de poder (PINTO, 2000).

Bourdieu também incorpora a base material da tradição marxista. Nesse sentido, a noção de campo representa para ele um espaço social de dominação e de conflitos de tensões entre os membros dos campos sociais no que diz respeito a sua delimitação. Os campos sociais caracterizam-se por espaços sociais, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias

ações. Renato Ortiz relata que a divisão do “campo social” em dominantes e dominados implica uma distinção entre o pólo dominante, que pretende conservar intacto o capital social acumulado, e o pólo dominado, que tende a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo. Os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através das estratégias de ‘subversão’, o que implica um confronto permanente. (ORTIZ, 1994: 22-23).

Nesse sentido, podemos entender que o ser humano está diante de várias capitalizações (social, cultural, político, simbólico e etc.), dominações, relações assimétricas entre indivíduos e grupos estabilizados em proveito dos mesmos, usando como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Por isso, o campo social é um campo de batalha que opera com base na força e no sentido. Para Bourdieu o espaço social tem uma representação pluridimensional, pois ele é composto por uma pluralidade de campos autônomos, que definem cada um dos modos específicos de dominação. Cada campo tem uma certa autonomia, mas que podem se relacionar ou não com outros campos sociais, mas cada campo social possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social.

A posição na estrutura das relações de força, inseparavelmente econômicas e simbólicas, que define o campo da produção, ou seja, na estrutura da distribuição do capital específico (e do capital econômico correlato) orienta, por intermédio de uma avaliação prática ou consciente das oportunidades objetivas de lucro, as características dos agentes ou instituições, assim como as estratégias que eles acionam na luta que os opõe. De um lado dos dominantes, todas as estratégias, essencialmente defensivas, visam conservar a posição ocupada, portanto, perpetuar o status quo, ao manter e fazer durar os princípios que servem de fundamento à dominação. Os dominantes têm compromisso com o silêncio, discrição, segredo, reserva: quanto ao discurso ortodoxo, sempre extorquido pelos questionamentos dos novos pretendentes e impondo pelas necessidades da retificação, não passa nunca da afirmação explícita das evidências primeiras que são patentes e ser portam melhor sem falar delas. [...] Quanto aos dominados, estes só terão possibilidades de se impor no mercado

através de estratégias de subversão que não poderão prodigalizar, a prazo, os ganhos denegados a não ser com a condição de derrubarem a hierarquia do campo sem contrariarem os princípios que lhe servem de fundamento. (BOURDIEU, 1998a: 31-32).

Todo campo social é estruturado pela dicotomia dominantes *versus* dominados definindo, portanto, a posição dos grupos e agentes. Dessa forma, Bourdieu, chama de campo de poder o lugar em que se colocam em relação campos e capitais diversos, ou seja, o campo de poder é o local onde se confrontam os dominantes dos diferentes campos, “um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes” (CORCUFF, 2001: 54-56).

Essa discussão é importante para que possamos compreender que o vestibular, um concurso classificatório para o ingresso nos cursos regulares de graduação das instituições de ensino superior, não é um campo social, apesar da disputa, porque não há hierarquia. Não há vestibulandos que dominem outros vestibulandos no ato da avaliação. Dessa forma, entendo o vestibular como acesso ao campo social denominado acadêmico. O sistema de cotas é a estratégia da Educafro para incluir o máximo de pessoas carentes a esse campo social. Se essa estratégia está dando certo significa que meu objeto possui capital político e simbólico.

Segundo Perry Anderson em seu artigo *Balanço do neoliberalismo*, socialmente, o neoliberalismo teve êxito, já que a sociedade ficou mais desigual com a proposta do Estado mínimo, embora não tão desestatizada como os neoliberais pretendiam; já no plano econômico, o neoliberalismo é um fracasso, pois não conseguiu, depois de quase 50 anos, nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado.

No plano político e das idéias, o neoliberalismo alcançou um êxito que seus fundadores jamais sonharam. Isso ocorreu porque o neoliberalismo não é uma teoria

econômica e sim uma doutrina. Paulani no seu livro *Modernidade e Discurso Econômico* diz que “Neoliberalismo é o nome que se dá a um corpo de regras que devem ser aplicadas, um receituário que deve ser seguido à risca para devolver o mercado ao lugar que lhe é de direito” (PAULANI, 2004: 129).

O fato de o neoliberalismo ser uma doutrina o favoreceu na dimensão do capital simbólico. Este poder denominado capital simbólico permite com que os outros confirmem aquilo que o proprietário do capital simbólico considera como certo, ele pode fazer as pessoas crerem e, com isso, transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo. Isto quer dizer que o poder das palavras, não está nas palavras de ordem, nem nas palavras de subverter a ordem, mas está nas crenças da legitimidade das palavras e daquele quem as pronuncia, e não da competência das palavras (BOURDIEU, 1989: 14-15). Por isso, “se antes era o neoliberalismo que ficava confinado no pequeno mundo de sua seita com sua meia dúzia de doutrinários, agora a situação se inverte” (PAULANI, 2004: 125)

Podemos, então, dizer que o capital simbólico define-se numa relação determinada e, por meio desta, entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença.

O meu objeto de análise também adquiriu um capital simbólico<sup>35</sup>. Esse capital se fundamentou nas diversas reuniões e nos resultados positivos do capital social e cultural.

A Educafro abordou o sistema de cotas como justo em suas reuniões na sede e dentro dos núcleos mediante uma disciplina denominada cultura e cidadania. Ninguém se tornava um novo aluno, novo professor ou mesmo novo coordenador de núcleo sem

---

35 A partir de minhas análises feitas na própria Educafro e de meus estudos sobre Pierre Bourdieu pude constatar que a Educafro conseguiu constituir um capital simbólico.

participar de uma reunião que falasse sobre cotas. E para perpetuar essa discussão utilizaram a disciplina de nome “cultura e cidadania” que servia como espaço para se falar sobre o sistema de cotas, por lutas pela igualdade, direitos humanos, injustiças sociais, negritude, franquia social. Assim, um aluno (a) não estudava apenas matemática, história, geografia e etc., mas também estudava cultura e cidadania. Tal disciplina também servia como espaço de discussões contextualizadas entre as diferentes disciplinas.

O capital social de meu objeto fora estruturado por meio da franquia social. Segundo a Educafro “A Franquia Social trabalha em rede e tem como objetivo multiplicar o conhecimento de metodologias, técnicas, experiências, cujo único resultado é o benefício social”. A Educafro acredita que a única forma do “pequeno” obter resultados positivos é por meio de uma ação coletiva consciente e atuante. Dessa forma, a Educafro organizou-se para lutar por um sistema de cotas do qual podemos chamar de “justiça igualizadora” que tem como consequência por parte da liderança uma oposição aos ideais neoliberais.

Dessa forma, ao longo do tempo a idéia de se ter no Brasil um sistema de cotas passou a ter significância, tornando-se legítimo entre os membros da Educafro, mas esses membros passaram a falar do sistema de cotas<sup>36</sup> como justo perante suas respectivas famílias, conhecidos, namoradas (os), porque havia um compromisso dos alunos, coordenadores voluntários, professores voluntários e funcionários. A Educafro, por meio das relações sociais acabou por construir uma pequena sociedade que conceituava o sistema de cotas como legítimo e que espalhavam essa idéia a outros. Isso confirma o que Gramsci abordou no seu livro *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Para Gramsci a ação política tem um caráter coletivo e implica que:

---

36 Foi um coordenador de um dos núcleos em São Paulo que me fez pensar que a Educafro cresceu, porque havia uma participação direta, por parte de muitas famílias dos alunos de pré-vestibular.

(...) as idéias e as opiniões não nascem espontaneamente no cérebro de cada indivíduo; tiveram um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresenta sob forma política de atualidade (GRAMSCI, 1978b, p. 88)

O capital cultural nutriu ainda mais o desejo dos vestibulandos do RJ em lutar pelo sistema de cotas<sup>37</sup>, porque os (as) coordenadores (as), em sua maioria, eram ex-alunos do pré-vestibular comunitário. Dos coordenadores e professores voluntários havia um número significativo de integrantes que tinham bolsa de 100% na PUC-RJ. Eles serviam de motivação, de esperança aos alunos (as) que estudavam para ingressarem na UERJ, UFRJ, UFF, UNIRIO e UFRRJ. Essa motivação foi importante, porque muitos alunos acreditaram que se existisse o sistema de cotas passariam no vestibular.

Com isso, a liderança da Educafro havia conseguido estabelecer pelo menos internamente o desejo de seus membros em lutarem por um sistema de cotas no Brasil. No entanto, a Educafro do RJ queria muito mais. Falo da Educafro do RJ, porque a luta da Educafro por cotas teve início no Estado do Rio de Janeiro.

Para isso, a Educafro começou a lutar pelo aumento das isenções da taxa dos vestibulares em universidades públicas, além de denunciar as estruturas de ensino pela sua péssima qualidade. A Educafro<sup>38</sup> reuniu alunos (as) que haviam estudado ou que estudavam, no último ano do ensino médio, em escolas públicas nas suas reuniões para se discutir a péssima qualidade de ensino público. Com isso, a Educafro, tanto do RJ como a de SP conseguiram informações precisas para denunciar as mazelas do Estado pela mídia, ganhando espaço e voz em rádios, jornais e até em palestras para falar sobre o sistema de

---

<sup>37</sup> Minhas constatações fundamentadas em entrevistas e visitas.

<sup>38</sup> A fonte dessas informações é a minha entrevista que fiz a um dos líderes da Educafro.

cotas. Muitos jornalistas precisavam de informações e essa matéria estava pronta para os jornais. Desta forma, a Educafro conseguiu aumentar ainda mais o seu capital simbólico, porque conseguiu estar presente nos meios de comunicação apontando soluções e participando da construção de políticas públicas.

Com mais visibilidade na mídia, a Educafro de SP e do RJ obtiveram inúmeros prêmios, mas os mais importantes foram o prêmio “Darcy Ribeiro” e o “Prêmio Direitos Humanos”. Esses dois prêmios possibilitaram à Educafro duas coisas: o prêmio “Darcy Ribeiro” permitiu com que a Educafro fizesse parte da pauta do legislativo e o “Prêmio Direitos Humanos” permitiu uma maior visibilidade da Educafro pela Presidência da República. Isto quer dizer que o capital simbólico de meu objeto cresceu ainda mais.

Não existe proprietário de capital político sem capital simbólico, porque o capital político depende de reconhecimento, de legitimidade do proprietário para agir na política. Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído em sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, os “não-proprietários de capital político”, que podem apenas optar por uma entre tantas alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os “proprietários de capital político”, que são os autores das alternativas a serem votadas e de uma dissimulação de marketing, *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais. Outra categoria, da qual podemos entender como intermediária é formada por “analistas políticos”, presentes na mídia, que interpretam as diferentes dissimulações dos proprietários político para os leigos (MIGUEL, 2003).

O conceito de capital político, segundo a Sociologia de Pierre Bourdieu, indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, serem aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. No entanto, o

mesmo Bourdieu (1996) denunciou uma interferência que julga errada, já que os “proprietários de capital político” ficam cada vez mais dependentes da veiculação de sua imagem e de seus feitos pelos meios de comunicação, o que representa uma perda de autonomia para o campo político. (SARTORI, 1989; 1997

O campo político é, de acordo com Pierre Bourdieu (1986, p. 164)

O lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher (BOUDIEU, 1998c: 164).

A Educafro, objetivando desenvolver uma consciência crítica de todos os alunos beneficiados, através de aulas de cultura e cidadania, buscando o resgate da cidadania e a auto-estima de jovens e adultos, passou para o campo político na tentativa de implementar o sistema de cotas. Essa idéia sobre o sistema de cotas constituiu-se de uma “vontade coletiva”. Essa “vontade coletiva” engendrada pela Educafro, liderada pelo Frei David, envolveu sentimentos de pertencimento tecidas pelas relações de confiabilidade entre os membros da Educafro. Envolveu também um elemento de crença, em que, mesmo não sabendo argüir, confia-se que o argumento exista, ou seja, há mais que um processo racional, já que o sentimento de pertencimento uniu os mais variados membros da Educafro num programa comum de militância, a partir dos quais se organizam as ações e se desenvolve a própria reflexão para uma ação política que só é possível mediante o capital simbólico (GRAMSCI, 1978b: 23).

Antonio Luiz do Nascimento em seu artigo *Cursinhos militantes: Ação Coletiva pela Democratização da Educação Superior* ressalta a ação social e política do pré-

vestibular comunitário mediante “a teoria dos cursinhos militantes”<sup>39</sup>, que é usada, como síntese de um conjunto de termos que tentam denominar os cursos preparatórios pós-médios, sem fins lucrativos e criados no bojo da sociedade civil, a saber, cursinhos sociais, populares, comunitários, alternativos, solidários etc. Pois, a palavra “militante” é uma expressão que ressalta, com clareza e contundência, o envolvimento direto e indireto de ativistas de movimentos sociais e associações civis na proposta político-educacional dos cursinhos. (NASCIMENTO, 2003).

A Educafro, apesar de suas manifestações em frente da UERJ, agiu silenciosamente e de maneira eficiente. Não houve uma discussão sobre como seria a primeira Lei de Cotas entre os diversos grupos do movimento negro e a Educafro. Houve, sim, uma intensa discussão interna na própria Educafro. A Educafro tinha como meta falar individualmente com cada um dos 70 deputados estaduais, em seu respectivo gabinete, mas conseguiu falar com 54. Para isso, foi necessário se dividir em sete grupos de coordenadores meses antes da votação. É importante lembrar que essa ação da Educafro foi feita na segunda metade do ano de 2001, meses antes das eleições de 2002. Os coordenadores selecionados a conversar com a Educafro eram ligados, em sua maioria, a associações de moradores, ONGs de expressão, líderes de Igrejas (católicas e evangélicas), que tinham influências em comunidades e que sabiam se expressar muito bem.

Yvonne Maggie em *Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas* aborda que a *Conferência de Durban Contra o Racismo a Xenofobia e Discriminações Correlatas*, promovida pela ONU em 2001, foi decisiva para a

---

<sup>39</sup> É bom deixar claro que não sou eu que considero como teoria “os cursos militantes” é o próprio autor. Eu considero em minha dissertação como um termo. Uso esse termo, porque penso ser uma boa definição aos cursos de pré-vestibular comunitário, mas discordo desse uso enquanto teoria.

implementação das cotas no Brasil. Do ponto de vista do poder executivo estadual, podemos dizer que foi relevante, apesar de que Garotinho já havia criado a Lei Estadual de nº 3.524/2000, em seu artigo 2º, I, a, bem antes da Conferência de Durban. No entanto, essa lei reservava 50% das vagas, em cada curso de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Vargas (Uenf), para candidatos que durante toda a vida escolar estudaram em escolas da rede públicas do estado, ou seja, não falava nada sobre políticas de cotas.

Essa lei foi importante por dois motivos: o primeiro abriu um caminho direto ao poder executivo; e o segundo, deu a esperança por uma política de cotas no Brasil para o negro. É bom lembrar que o meu objeto de análise conseguiu o seu capital simbólico na mídia denunciando as mazelas do ensino público. A Educafro tinha como estratégia denunciar, mas nunca deixava de tentar conversar com o poder executivo com propostas bem definidas formuladas com os membros da Educafro, sem deixar se corromper, evitando parcerias com outros grupos do movimento negro.

Para o legislativo, a Conferência de Durban nada significou, porque dos 54 deputados estaduais que a Educafro tinha conversado em 2001, apenas 14 sabiam o que era sistema de cotas, ou seja, 26%. Coube aos membros da Educafro explicar a cada um dos 40 deputados estaduais o que era o sistema de cotas. Houve deputados que não quiseram ou não conseguiam entender o que significava sistema de cotas, por isso, passaram a discussão para os seus respectivos assessores.

A conferência de Durban também foi importante para que a reitoria da UERJ aceitasse a implementação das políticas de cotas. A Lei Estadual de nº 3.708/2001 foi sancionada da seguinte forma:

**O Governador do Estado do Rio de Janeiro,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

**Parágrafo único** – Nesta cota mínima incluídos também os negros e pardos beneficiados pela Lei nº 3524/2000.

**Art. 2º** – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

**Art. 3º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2001.

A Lei nº 3.708/2001 foi muito criticada, sofrendo várias ações de inconstitucionalidade e seus efeitos foram alvo de vários mandatos de segurança, cujas liminares requeridas já tinham sido deferidas.

A questão que se colocou foi saber se esta lei utilizava-se de uma justificativa objetiva e razoável, calcada em critérios e juízos genericamente aceitos, porque ela garante se há razoável relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade perseguida e se eles estão em conformidade com os direitos e garantias constitucionalmente protegidos.

De acordo com o artigo *Princípio da isonomia desequiparações proibidas e desequiparações permitidas* de Mello essa lei é inconstitucional, porque há uma falha do legislador em generalizar, porque a lei está beneficiando a todos os negros. Essa lei não é igualizadora, porque ela beneficia os negros de classe média, já que a utilização do critério racial apenas não é um objetivo razoável, já que há negros de classe média ou mesmo ricos que se beneficiaram de vagas que deveriam ser de negros pobres, descumprindo assim o

propósito das políticas compensatórias, e isto sem falar dos brancos que se declararam pardos. Outro fato contraditório foi a isenção da taxa de inscrição para os pobres e não para os negros e pardos.

De acordo com a liderança da educafro, a Educafro não concordou com as duas leis (3.524/2000 e a de nº 3.708/2001), porque a lei 3.524/2000 beneficiava apenas candidatos que estudaram toda a vida escolar em escolas da rede públicas do estado do RJ. A Educafro objetivava que se levasse em consideração alunos que estudaram a partir da 5ª série e estudantes de outros estados. Quanto à Lei nº 3.708/2001, a Educafro era contra o fato de que esta beneficiava a classe média e de que o termo “pardo” possibilitava fraudes.

A Educafro, insatisfeita com as leis implementadas continuou em sua luta para se obter uma lei que considerasse mais justa. Essa lei foi a de nº 4.061, de 02 de janeiro de 2003:

**A Governadora do Estado do Rio de Janeiro,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - As Universidades Públicas Estaduais deverão reservar 10% (dez por cento) das vagas oferecidas em todos os seus cursos para alunos portadores de deficiência.

**Parágrafo único** – As vagas oferecidas nesta Lei serão tomadas dentre aquelas ofertadas aos alunos egressos da rede pública de ensino do Estado ou dos municípios, conforme dispõe a Lei nº 3.524/2000.

**Art. 2º** - O número de vagas previsto no “caput” do art. 1º desta Lei deverá constar obrigatoriamente do Edital que disciplina o processo de seleção para cada Curso e Unidade, arredondando-se para cima quando a quantidade de vagas for fracionada.

**Art. 3º** - Os beneficiários desta Lei deverão, no ato de inscrição para o processo de seleção ao Curso desejado, informar sua condição de portador de deficiência através de laudo médico passado por Unidade Pública de Saúde.

**Art. 4º** - No caso do número de candidatos portadores de deficiência ser menor que o número de vagas oferecidas de acordo com esta Lei, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas com alunos não beneficiados por esta Lei.

**Art. 5º** - Para ingresso no Curso desejado, os beneficiários desta Lei deverão auferir nas provas de seleção pontuação mínima e que seja compatível com a determinada pelas regras do Concurso.

**Art. 6º** - Além da reserva de vagas prevista nesta Lei, deverão ainda as Universidades Públicas Estaduais adaptarem seus Campus ao livre acesso aos portadores de deficiência, com a eliminação de toda e qualquer barreira arquitetônica ou urbanística.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2003.

Dessa forma, meu objeto resiste às políticas neoliberais no sentido ideológico, já que a teoria neoliberal fundamenta-se na crença de que todos os indivíduos têm condições de tomar decisões livres e racionais; enquanto o meu objeto tem uma ação de caráter coletivo. Seguem-se duas conclusões a esse axioma neoliberal. A primeira é a de que as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos. Alguns investem mais na sua educação, garantindo rendimentos superiores; outros se acomodam em patamares inferiores. A segunda conclusão, decorrente da primeira, é que o sistema educacional apenas responde às demandas individuais, não tendo como atribuição promover a igualdade de oportunidades.

A ação implementada pelo meu objeto de análise é de essência coletiva, fundamentada na solidariedade e não no mérito individual. A Educafro não se limita única e exclusivamente à preparação de candidatos aos exames vestibulares, mas também na organização militante de se promover uma Justiça social Igualizadora por meio das ações Afirmativas. A Educafro resiste de maneira ideológica ao neoliberalismo promovendo uma

ação coletiva. A ação coletiva da Educafro mostra que é possível vencer se houver união, mostra também que individualmente não seremos capazes de vencer. Isso repercutiu no imaginário do grupo Educafro por meio de seu capital simbólico. Tais pessoas repassam tal pensamento a sua pequena comunidade ampliando a cada momento o número de núcleos, porque cada aluno que passa no vestibular se torna um multiplicador não só de mais núcleos como de motivações e esperança.

## **Considerações Finais**

Bourdieu no seu livro *O poder simbólico* aborda que as condições discursivas de resistência são limitadas pela posição que se ocupa na produção simbólica e, como tal, na ordem econômica. Isto quer dizer que sem interferência nas condições materiais de produção não é possível alterar significativamente as condições discursivas de resistência. Isso não significa, entretanto, que minorias não-incluídas pela lógica dos capitais: econômico, cultural, social ou político não tenham seus modos próprios de construção de sentido e, por conseguinte, de interferência na produção simbólica dominante.

Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* diz que há uma resistência silenciosa que, de dentro da lógica do poder, engendra modos próprios de empregar os códigos sociais de uma ordem econômica dominante. Para Certeau se existe uma arte de resistência - de que os atores sociais minoritários são agentes - ela é capaz de desarticular, no território da opinião pública, a legitimidade de uma série de discursos que funcionam como fundamentais para os dispositivos de poder. No âmbito de uma arte da resistência, por exemplo, agentes discursivos podem gerar fissuras na lógica dominante. Pode-se, por exemplo, recriar sentidos para os ícones da sociedade de consumo, a partir daquilo que Certeau designa 'fabricação' ou 'poética' que, em última análise, refere-se às "maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante" (p.39).

De acordo com Certeau há outras formas de constituir a resistência: desenhar linhas de fratura pelo empoderamento discursivo de minorias, apostando que este resgate da autonomia simbólica implique a constituição de novas linhas de força nos dispositivos de poder. A resistência, na sociedade contemporânea, tem um novo *modus operandi* por baixo das linhas de poder e, nos intestinos da lógica de produção capitalista, novos regimes de força são constituídos, buscando, dentro do possível, interferir nos fenômenos de desigualdade e na exclusão social.

A meu ver a resistência silenciosa da Educafro se fundamenta em três pontos fundamentais: o primeiro, refere-se a seu capital social constituído pela Educafro, porque atingem o senso comum neoliberal; o segundo, refere-se a luta por um acesso democrático ao ensino superior, porque fere o princípio neoliberal da não intervenção do Estado; o terceiro, refere-se ao fato da Educafro não constituir no campo político uma inter-subjetividade revolucionária.

De acordo com Caldera o Mercado passou a regular não somente os processos econômicos, mas o conjunto das relações sociais, educativas, culturais, éticas e estéticas mediante uma visão economicista e reducionista da realidade, da vida em sociedade. Para seus idealizadores, a sociedade baseia-se em transações econômicas, tendo como palco o Mercado que é o único que permite a otimização dos resultados. Caldera aborda que o Leviatã que era o Estado, segundo Hobbes, se translada agora para o Mercado. Assim, ocorre o reconhecimento do Mercado e da subjetividade privatista, como articuladores da dinâmica social, com ênfase na liberdade, iniciativa privada, competência, mérito e lucro (CALDERA, 1996).

Penso que um dos pontos fracos do neoliberalismo se fundamenta onde ele teve mais sucesso, a saber, o senso comum<sup>40</sup>.

A partir do meu ponto de vista, o neoliberalismo à brasileira de Fernando Henrique investiu no senso comum por meio de acordos escusos com a mídia e na diminuição de recursos as empresas estatais, com isso, os neoliberais conseguiram alimentar o imaginário

---

<sup>40</sup> No dicionário Aurélio, encontramos a seguinte definição para a expressão senso comum: “Senso comum. (Filos.) Conjunto de opiniões tão geralmente aceitas em época determinada que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais”.

do povo de que as empresas públicas não funcionam; que o Estado é o causador da crise, porque tal Estado alimenta uma grande burocracia ineficiente; que o Estado tem protegido exageradamente os trabalhadores sindicalizados, por isso, a melhor coisa a se fazer são vender as estatais, ou seja, a força neoliberal não se fundamenta numa teoria econômica, mas no seu forte investimento no senso comum. Esse senso comum construído na era Fernando Henrique quer dizer que o não-proprietário é culpado da crise. A burocracia é ineficiente, porque o servidor público não quer trabalhar, mas esse senso comum escamoteia o fato de que Fernando Henrique diminuiu os recursos das empresas estatais e como consequência, os serviços ficavam mais precários ao povo. Não há como trabalhar se falta papel, não há como trabalhar se o governo não providenciar reparos, senão fizer consertos; enquanto os jornalistas neoliberais divulgavam tais acontecimentos sem qualquer tipo de investigação de maneira que a crise de fato recaía sobre os ombros dos assalariados. O povo aceitava o que via como se fosse verdade, porque conseguiram construir um senso comum bem elaborado por meio dos meios de comunicação de massa.

Uma das consequências de tal violência simbólica por parte da mídia foi o fato da luta por melhores condições dos trabalhadores ficarem isoladas. A luta da ex-TELERJ pertenceu apenas a TELERJ e de ninguém mais, logo a TELERJ foi privatizada por não ter força política. Todas as privatizações se basearam no isolamento da estatal antes da privatização.

Isso foi possível, porque os neoliberais, sejam clássicos ou não, pregam uma doutrina e não se fundamentam em nenhuma teoria econômica, dessa forma, os neoliberais constituíram um senso comum próprio, tais como: mobilidade pelo esforço pessoal; o direito à diferenciação; a liberdade como valor máximo.

Quando acreditamos no senso comum “mobilidade pelo esforço pessoal” não levamos em consideração as estruturas que possibilitaram tal esforço, que são os capitais econômicos, culturais e sociais que tal indivíduo possui. É fácil falar de mérito para quem possui diferentes tipos de capitais.

Não se pode entender o senso comum neoliberal “o direito à diferenciação” e “a liberdade como valor máximo” pela metafísica dos liberais clássicos, como valor universal, como algo que nos igualasse pelo discurso; mas pelo modo como ele vai se definindo no mundo real, mediante sua existência concreta. Trata-se, fundamentalmente, de analisar aquilo que foi realmente aplicado, ou seja, posto em prática na realidade social. Não se trata de investigar a essência desses valores, mas como eles de fato se posicionam em nossa existência, na realidade concreta social. Isto não quer dizer que não se deva fazer menção a esses valores, mas quer dizer que esses valores numa existência neoliberal têm outro sentido.

Nessa existência capitalista neoliberal o não-proprietário tem direito a uma diferenciação? Ou ele é diferenciado sem que os seus direitos sejam respeitados? Como podemos pensar em liberdade se há pessoas que não tem condições de comer ou beber um pouco de água? Que liberdade é essa? A liberdade de não ter o direito de viver com um mínimo de dignidade? Quem tem que acreditar no “direito à diferenciação” e na “liberdade como valor máximo” é a classe proprietária.

A Educafro obteve o seu capital social quando sistematizou um tipo de trabalho em rede entre os marginalizados, que além de multiplicar as metodologias, técnicas e experiências, multiplicaram-se as esperanças das pessoas marginalizadas e teve como resultado a confiança de seu grupo, ou seja, o fortalecimento interno, o sentimento de pertencimento, o desejo de fazer a diferença. Tal sentimento foi tão forte que desenvolveu a

auto-estima a tal ponto que as famílias, conhecidos mais próximos desses alunos, coordenadores, professores, funcionários começaram também a acreditar na Educafro, porque seu filho passou no vestibular, porque seu irmão acertou na vida. Por meio do capital social, a Educafro constituiu uma pequena comunidade consciente e multiplicadora de suas idéias e pensamento sobre cotas, esperanças, justiça, racismo, franquia social que se contrapõem ao pensamento neoliberal. Os estudantes da Educafro tinham como missão de cidadania ir a cada escola pública para falar sobre o sistema de cotas, isto é, divulgar os benefícios do sistema de cotas aos negros e aos estudantes da rede pública de ensino, com isso, a comunidade crítica e consciente cresceu ainda mais<sup>41</sup>.

O neoliberalismo tem como senso comum “mobilidade pelo esforço pessoal”, enquanto o sentimento de pertencimento da Educafro se fundamenta em sua ação na “mobilidade pelo esforço coletivo”. Não se trata de uma resistência pelo âmbito da economia, mas de uma resistência silenciosa contra o senso comum construído pelos neoliberais, ou seja, a ação coletiva da Educafro é contrária ao senso comum “mobilidade pelo esforço pessoal” dos neoliberais, porque visa o bem comum, sem o lucro, no âmbito de uma ação coletiva. Tal ação coletiva contradiz o neoliberalismo, porque não há um mérito individual, não há lucro, no sentido neoliberal, mas um benefício coletivo de todos para todos; enquanto o neoliberalismo de Fernando Henrique isolava e dividia os trabalhadores, a Educafro se movia pela ampliação da ação coletiva baseada na união crescente, porque o número de filiados aumentava, ou seja, o neoliberalismo de FHC teve como fundamento a dividir os trabalhadores para melhor governar; enquanto meu objeto de análise se fundamenta na união como força para agir, de promover mudanças positivas.

---

41 A fonte dessas informações foram as minhas entrevistas.

A partir disso, entendo que, pelo menos, para essa comunidade crítica e consciente o senso comum neoliberal, seja dos clássicos ou à brasileira, não fazia nenhum efeito, porque suas ações e idéias eram contrárias a tal senso comum.

“O direito à diferenciação” no neoliberalismo se baseia na premissa de que cada um deve ser deixado livre para fazer e interagir no sentido de maximizar os ganhos materiais e, portanto, sua realização. Nesta perspectiva, o bem-comum é a soma dos êxitos individuais, mas tal premissa não aborda os diferentes tipos de capitais que tais pessoas que se diferenciam possuem antes de se destacarem em sociedade; enquanto diferenciação para o meu objeto de análise se fundamenta na justiça social igualizadora baseada na Constituição de 1988, por isso, a Educafro não lutou por cotas apenas para os pobres, já que do ponto de vista do grupo se lutassem apenas para os pobres, em sua maioria, os pobres brancos seriam contemplado e o negro continuaria sendo excluído<sup>42</sup>. A Educafro, dessa forma, lutou por cotas para negros pobres, brancos pobres da rede pública de ensino, indígenes, porque diferenciação significa enfatizar as diferenças sem perder a ação coletiva unificadora.

O senso comum neoliberal nos ensina que: “a liberdade de um começa quando a do outro termina”. Esse pensamento é de origem individualista. É uma liberdade fundamentada numa tradição liberal burguesa, tendo como expressão original: “a liberdade de cada um é limitada unicamente pela liberdade dos demais”, mas nessa tradição quem tem mais recursos econômicos tem mais liberdade, têm mais direitos. Tal liberdade não percebe o outro sendo importante. Essa liberdade tem como consequência o seguinte pensamento: “Não se meta em minha vida que eu não me meterei na sua”; ou seja, é uma

---

42 Informação obtida mediante as entrevistas feitas aos líderes da Educafro.

falsa liberdade, porque vê o outro com indiferenças, ela não se compromete com as necessidades do próximo; enquanto a liberdade construída pelo meu objeto existe na coletividade, na pluralidade, porque não há liberdade autêntica sem compromisso uns com os outros, porque a liberdade, apesar de não ficar restrita apenas a escolha, ela perpassa por uma escolha consciente e convicta, justamente por entender que o outro não é o limite de minha liberdade, mas a condição para atingi-la, ou seja, o fato das pessoas se sentirem importantes para o outro desenvolve no espaço da Educafro a auto-estima que contradiz com a premissa individualista neoliberal.

O segundo ponto fundamental de resistência do meu objeto ao neoliberalismo se fundamenta em sua luta por cotas, porque a política neoliberal prega a não-intervenção do Estado diante das mazelas sociais, ou seja, o Estado, de acordo com o neoliberalismo não deve intervir em problemas sociais, já que na concepção neoliberal os melhores irão alcançar seu espaço no mercado sem que, com isso, o Estado tenha que se utilizar dos impostos.

De acordo com Norberto Bobbio em *Liberalismo e Democracia* fica bem claro que há incompatibilidades entre democracia e neoliberalismo, pois o próprio Hayek admitiu que, nas lutas passadas contra o poder absoluto, liberalismo e democracia puderam proceder no mesmo passo e confundir-se um na outra, mas com o neoliberalismo não se pode confundir democracia com liberalismo, porque liberalismo e democracia respondem a problemas diversos: o liberalismo aos problemas das funções do governo e em particular à limitação de seus poderes; a democracia ao problema de quem deve governar e com quais procedimentos (BOBBIO, 1993).

Fica claro nesse discurso de Bobbio que o neoliberalismo não quer a participação do povo no governo, porque tal participação é traduzida em mais demandas ao Estado, e

para o mercado, isto é, uma sobrecarga insuportável. Sem dúvida estamos hoje às voltas com a hegemonia da ideologia de mercado, porém não mais o mercado que educa e civiliza dos primeiros liberais, mas outro mercado a tal ponto de Caldera abordar que o Estado, o Leviatã, descrito em Hobbes foi substituído pela concepção neoliberal pelo nome de Mercado. Nessa lógica neoliberal não é o Estado que coloca a ordem, mas esse Leviatã de nome de Mercado (CALDERA, 1993).

A luta por cotas pelo meu objeto permite à democratização do acesso a universidade, de maneira, que negros, brancos, índios, e portadores de necessidades específicas possam usufruir como cidadãos desse campo social

Ou seja, lutar pelo sistema de cotas para alunos oriundos da rede pública de ensino, portadores de necessidades especiais, índio-descendentes ou para negros significa ampliar a condição discursiva de minorias por meio da cultura que não incide apenas sobre a questão da inclusão social, mas também se torna um ponto de partida para equilibrar a relação de forças entre dominantes e dominados e, como tal, diminuir a desigualdade que só fortalece a posição subalterna de certos grupos na ordem econômica. Tal luta possibilita a discussão do acesso à Universidade Pública, do conceito de justiça, da indústria do vestibular.

Diferentemente do neoliberalismo que não é democrático, porque não almeja a participação de todos; a luta por cotas é democrática por dois motivos: o primeiro, refere-se ao fato de que não foram usadas armas bélicas para tal, mas uma luta política, baseadas no capital simbólico e político, com discussões jurídicas travadas legalmente, sem ferir os princípios da democracia, respeitando às idéias contrárias e ampliando uma discussão polêmica; o segundo, refere-se ao fato de que a luta por cotas não se restringiu exclusivamente aos negros, mas se estenderam aos índiosdescendentes, aos estudantes da

rede pública de ensino, aos portadores de necessidades específicas, dessa forma, ampliou-se o acesso ao vestibular, tornando-o democrático a grupos marginalizados do campo social acadêmico.

O terceiro motivo que faz da Educafro uma resistência silenciosa refere-se ao fato da Educafro não constituir no campo político uma inter-subjetividade revolucionária.

A resistência constituída pela Educafro diante da doutrina neoliberal possibilitou que alunos (as) carentes concluíssem seu respectivo nível superior mediante a aprovação dos mesmos nas principais Universidades do país seja por cotas ou pelo vestibular aberto. Conseqüentemente, fomentou melhores condições de trabalho se comparado à situação anterior dos carentes em discussão. Por causa dessa mobilidade social, a Educafro conseguiu ampliar as condições de expressão dos grupos empoderados. A resistência alcançou, assim, novos territórios, porque se adentra nas entranhas do poder constituído, já que a Educafro conta com ex-alunos<sup>43</sup> que, atualmente, são advogados, oficial de justiça, juízes, professores da rede pública de ensino, professores de grandes Universidades, repórteres, jornalistas e até vereadores e assessores de deputados estaduais e federais, com isso, a Educafro criou bases para que as minorias descubram suas vocações e, dentro da lógica de produção capitalista, possam ampliar sua condição discursiva e de interferência nos conteúdos que conformam a produção simbólica dominante.

Por isso, a Educafro não pode ser entendida como um enfrentamento direto à política neoliberal pelo fato de que ela compõe um grupo de movimentos que não lutam

---

43 É importante frisar que nem todos os ex-alunos mudaram a sua posição de ação coletiva. A Educafro procura reunir ex-alunos para que tais sejam motivadores dos alunos atuais. Fonte: entrevistas feitas com coordenadores de núcleos e alunos.

contra o fim da mais-valia, bem como não tem força para um confronto direto contra o neoliberalismo, porque além de ser limitada pelas condições econômicas, luta sozinha.

Com o neoliberalismo moderado do presidente Lula não se pode pensar, pelo menos de maneira substancial, que haja partido político capaz de por fim ao neoliberalismo. Para esse fim, cabe muito mais aos movimentos sociais, mas não mediante a um enfrentamento individualizado dos movimentos, mas, sim, uma ação coletiva dos diferentes movimentos sociais. É pensar no MST, Educafro, Sem Teto e outros movimentos agindo coletivamente, sem perder suas respectivas metas que os caracterizam. Nessa linha de raciocínio Frigotto aborda em *Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje* que

No atual momento de profunda crise da esquerda, a direção da ação política mais fecunda não se dá no aparelho do Estado em sentido estrito, nem na disputa das siglas dos partidos políticos de esquerda, ainda que também ali tenha que se dar a disputa contra-hegemônica. A herança teórica de Marx e Gramsci nos remete ao partido ideológico e revolucionário, cujo centro é a disputa nos aparelhos de hegemonia em todos os espaços da sociedade civil para construir uma intersubjetividade revolucionária, ou seja, um conjunto de sujeitos que são plurais, mas que convergem e se unificam na luta contra o capital (FRIGOTTO, 2006: 243)

## **Referências Bibliográficas**

- ABBAGNANO, Nicola (1998). *Dicionário de filosofia*, trad. de Alfredo Bosi, São Paulo: Martins Fontes.
- ABRAMOVAY, Ricardo. (2000), *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial*. In *Economia Aplicada*, volume 4, número 2, abril/junho
- ABREU, Sergio (1999). *Os descaminhos da tolerância: o afro-brasileiro e o princípio da isonomia e da igualdade no Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- ALMEIDA, Paulo Roberto (2003). *A longa Marcha do PT para a Social-Democracia*, Revista ANPOCS, 22 de outubro.
- ANTUNES, Ricardo (2004). *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*, Editora Associados.
- ARQUIVOS DA BIBLIOTECA FRANCISCANA. São Paulo: Largo São Francisco, SP.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (2002). *Responsabilidade social e ética nos negócios*, São Paulo, Atlas.
- BARROS, Guilherme (2002). *PT implantaria uma social-democracia de verdade*, Folha de São Paulo, dia 3 de outubro.
- BAUDELLOT, C. (2002). *Le scandale des héritiers, Les Inrockuptibles*, Dossier Pierre Bourdieu (1930-2002), Paris, nº 323, fevereiro.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2003), *Nota para a imprensa, setor externo*, Brasília, Banco Central, agosto.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Privatizações Federais/Programa Nacional de Desestatização (PND)*. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>.

- BELLAMY, Richard (1994). *Liberalismo e Sociedade Moderna*, São Paulo: Editora UNESP.
- BERNESTEIN, Eduard (1980). *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, Lisboa: Dom Quixote.
- BICHARA, Julimar da Silva e CUNHA, André Moreira (2004). *La Recuperación del crecimiento económico brasileño y la cuestión de la sostenibilidad*. Boletín Brasil. Centro de Estudios Brasileños Ortega y Gasset, Volumen 1 Número 5. Noviembre-diciembre.
- BIONDI, Aloysio (1999). *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BOBBIO, Norberto (1989). *O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo*. S. Paulo, 4º Ed., Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto (1993). *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, 4º Ed., Brasiliense.
- BOBBIO, Norberto (1996). *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- BODIN, Jean. (1966) *A República: As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias*. Rio de Janeiro, livraria Agir Editora.
- BOITO JR., Armando (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- BORÓN, Atílio A. (1985). *Democracia y Reforma Social en America Latina: Reflexiones a proposito de la experiencia europea*, EURAL, Buenos Aires.
- BORÓN, Atílio A. (1994). *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, Paz e Terra, São Paulo.
- BORTONI, Larissa; DE MOURA, Ronaldo (2004). *O Mapa da Corrupção no Governo Fhc*, Editora Perseu Abramo.

- BOURDIEU, Pierre (1977). *Algérie, année 60*. Paris: Ed. de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *O capital social: noções provisórias*. In Actes de la recherche en sciences sociales, volume 31, pp. 2-3.
- BOURDIEU, Pierre (1983a). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Organização de Renato Ortiz. São Paulo, Ática, (Grandes cientistas sociais nº39).
- BOURDIEU, Pierre. (1983b). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- BOURDIEU, Pierre (1987). *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, seleção e organização de Sergio Miceli. 3ª ed., São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (1990b). *A codificação*. In: \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense. p. 96-107.
- BOURDIEU, Pierre (1991). *Estruturas sociais e estruturas mentais*. In: Teoria & Educação nº 3. Porto Alegre, pp. 113-119.
- BOURDIEU, Pierre (1994c). *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática. p. 122-155.
- BOURDIEU, Pierre (1994d). *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática. p. 46-81.
- BOURDIEU, Pierre (1994e). *Gosto de classe e estilo de vida*. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, p. 82-121.
- BOURDIEU, Pierre (1996a). *Sobre a televisão*. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre (1996b). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- BOURDIEU, Pierre (1998a). *A dominação masculina*. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre (1998b). *Contrafogos táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre (1998d). *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- BOURDIEU, Pierre (2001b). *A economia da trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2001c). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Löïc (2002) *As artimanhas da razão imperialista*,  
Revista Estudos Afro-Asiáticos v.24 n.1 Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1992). *A reprodução: Elementos para  
uma teoria do sistema de ensino*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre. & CHAMPAGNE, P. (2003). *Os excluídos do interior*. In:  
NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis:  
Vozes.
- BRASIL (1998). Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Os avanços da  
reforma na administração pública: 1995-1998*. Brasília.
- BUCHHOLZ, Todd G. (2000). *A mente tempestuosa de John Stuart Mill*, capítulo V de  
Novas idéias de economistas mortos. Rio de Janeiro: Record, pp. 111 - 135.
- BUCALEM, Levi (1996). *Neoliberalismo e comunicação social*, Simpósio sobre "O  
Neoliberalismo no Brasil", 48ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira  
para o Progresso da Ciência – São Paulo, PUC, 9 de setembro.
- CALDEIRA, Alejandro Serrano (1996). *Os dilemas da democracia*. São Leopoldo: Ed.  
Unisinos.
- CANCIAN, Renato (2002). *Reeleição e os dois mandatos de um mesmo presidente*,  
Pedagogia & Comunicação.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro (1977). *Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio  
de Janeiro: Paz e Terra.
- CARVALHO, José Carmelo (2005). *Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: Espaços de  
mediações pedagógicas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

- CARVALHO, José Jorge (2005). *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: A Questão das Cotas no Ensino Superior*. São Paulo: Attar Editorial.
- CARVALHO, Vanderlei Souza (2000). *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso*, São Paulo: UNICAMP, dissertação de mestrado de Ciências Políticas.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A Era da Informação, Vol.1 - A Sociedade em Rede*, São Paulo: Paz e Terra.
- CERQUEIRA, Hugo (2000). *Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico*. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia, 2000, Campinas. Anais... Campinas: Anpec.
- CERTEAU, Michel de (1994). *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis; Vozes.
- CESAR JR., Lauro A. Monteclaro (2004). *Equacionando a questão do desemprego tecnológico*, Revista Espaço Acadêmico, nº 36, mês de maio.
- CÉSAR, Raquel Coelho Lenz (2007). *Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade*. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*, Coleção Políticas da Cor, Rio de Janeiro: DP&A, p. 13 – 36.
- CHARLOT, Bernard (1997). *Da Relação com o Saber: Elementos para uma Teoria*. Porto Alegre: Art Médicas Sul.
- CHARTIER, Roger (2002). *Pierre Bourdieu e a história – debate com José Sérgio Leite Lopes*. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abril p. 140.
- CHIAVENATO, Idalberto (1999). *Introdução à teoria geral da administração*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus.

- CHIAVENATO, Idalberto (1999a). *Teoria geral da administração*. 5 ed. V. 1. Rio de Janeiro: Campus.
- CHIAVENATO, Idalberto (2000). *Introdução à teoria geral da administração*. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus,
- COMPARATO, Fábio Konder (1999). *Réquiem para uma Constituição*. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes
- CONTI, Mário Sérgio (1999). *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORCUFF, Philippe (2001). *Das estruturas sociais às interações*. In: CORCUFF, Philippe. *Novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: EDUSC. p. 33-86.
- COSTA, Adriano Soares da (1998). *Teoria da Inelegibilidade e o Direito Processual Eleitoral*, Editora Del Rey, São Paulo-SP.
- COSTA, Maria Cristina Castilho (1987). *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna.
- COUTO, Cláudio G. e ABRUCIO, Fernando (2003). *O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições*, Revista Tempo social, vol. 15, nº 2.
- CUNHA, Tereza; CAZARRÉ. Lourenço (2003). *A idéia é facilitar o ingresso de estudantes afro-descendentes...* UNB revista, n.º 2, fevereiro.
- DEBRUN, Michel (1959). *Ideologia e realidade Rio de Janeiro*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- DIEESE (1996). *Boletim*, nº 184, julho, p.5.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato (2004). *Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

- DINIZ, Eli (2005). *Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ .
- DRUCKER, Peter Ferdinand (1986). *A eficiência empresarial*. São Paulo: Nova Cultura.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. (1997). *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Pioneira.
- FAUSTO, Boris (2007). *História do Brasil*, Editora Difel.
- FENDT, Roberto (2005). *John Stuart Mill e as Finalidades da Vida*: Parte do Sumário Executivo de Quatro ensaios sobre a liberdade, de Isaiah Berlin. Encarte especial da revista Banco de Idéias, Ano IX, nº 32, Set/Out/Nov , pp. 19 - 22.
- FEIJÓ, Ricardo (2000). *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Nobel.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda (1988). *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia (2007). *História* - volume único, Editora Ática.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2000). *Cotidiano*: Curso popular ajuda a passar, 20 de fevereiro.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2002). *Salvador da Pátria*, 27 de maio.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2002). *Cotidiano*: Movimentos sociais reivindicam espaço, 27 de maio.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2002), edição do dia 03 de novembro.
- FOLHA DIRIGIDA (2004). *As medidas afirmativas no centro do debate*, Rio de Janeiro: Educação, 29 de junho.

- FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta (1991). *O Vestibular e o Acesso a Universidade Pública: Um problema de seleção ou de autonomia?* In: VELLOSO, Jacques. *Universidade Pública: Política, Desempenho, Perspectivas*. Campinas, SP: Papirus.
- FREIRE, Paulo (1997). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2002). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. 34o edição.
- FREITAS, Maria Esther de (2002). *Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma*, São Paulo, FGV.
- FRIEDMAN, Milton e Rose (1980). *Liberdade de Escolher*. Record, Rio de Janeiro.
- FRIEDMAN, Milton (2000). *Capitalismo e Liberdade*. Record, Rio de Janeiro.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2001). *Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de Século*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2002). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis: Vozes.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2003a). *Educação Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2003b) [org]. *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Editora Cortez.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2003c) [com P. Gentili]. *A Cidadania Negada – Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2004) [org. com M. Ciavatta] *Ensino Médio - Ciência, Cultura e Trabalho*. Brasília, MEC.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2006). *Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje*. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

- GENTILI, Pablo (2001). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez.
- GENTILI, Pablo (1998). *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes.
- GENTILI, Pablo (1995). *Pedagogia da Exclusão - Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes.
- GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico (2001). *Educar na Esperança em tempos de desencanto*. Editora Vozes.
- GENTILI, Pablo; SILVA, T. (Org.) (1994). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes.
- GLOBO (2004). *Memória Jornal Nacional: a notícia faz historia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa (2001). *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social – A experiência dos EUA – Rio de Janeiro*. Renovar.
- GRAMSCI, Antonio (1978a). *Concepção dialética da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (1978b). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (1978c). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRIGNON, C.; GRUEL, L. (1999). *La vie étudiante*. Paris: Presses Universitaires de France.

- GROS, Denise (2003). *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de Doutorado, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- GUIA EXAME DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA, edição especial, dezembro 2002.
- GUIMARÃES, Sonia (1984). *Como se faz a Indústria do Vestibular*. Petrópolis: Editora Vozes.
- KANT, Emmanuel (2004). *Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- KOSHIBA, Luiz (2007). *História do Brasil*, Editora Atual
- HABERMAS, Jürgen (1994). *Técnica e Ciência como Ideologia*, Lisboa, Edições 70
- HAYEK, Friedrich. (1977) *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo.
- HAYEK, Friedrich (1985). *Direito, Legislação e Liberdade*. São Paulo, Ed. Visão.
- HIPPOLITO, Lúcia (2005). *Por dentro do governo Lula*, Editora Futura.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1992). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBBS, Thomas (1974). *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 1ª Edição em português. São Paulo: Abril Cultural.
- HOBBS, Thomas (1993). *De Cive, Filósofos a Respeito do Cidadão*, Petrópolis: Vozes.
- IL NOTÍCIAS (1991-1997). *Vários números*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional dos Institutos Liberais.
- INFORME LIBERAL – IL (1993-1997). *Vários números*. São Paulo, Instituto Liberal de São Paulo.
- IVO, Lesbaupin (1999). *Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*, Editora Vozes.

- JOVCHLOVITCH, Marlova (2006). *Assistência Social como Política Pública*, Revista Espaço Acadêmico, nº 63, agosto.
- KUCINSKI, Bernardo (1999). *A mídia de FHC e o fim da razão*. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade (1996). *Técnicas de pesquisa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas.
- LANDIM, Leilah. (1993) *Para além do mercado e do Estado? – Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER Núcleo de pesquisa.
- LANDIM, Leilah (1998). *Ações em Sociedade*. Rio de Janeiro, Nau.
- LEITE, Iveraldo (2002). *Apenas um Bourdieu*: Ele próprio, artigo de Iveraldo Leite, *Jornal da Ciência*, 07 de janeiro.
- LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.) (2006). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- LOBO, Flavio (2002). *Mais desigualdade*. Revista Carta Capital. a. VII. n.º 140, fevereiro, p. 24.
- LOCKE, John. (1998), *Dois tratados sobre o governo*. Martins Fontes, São Paulo, p. 409.
- LOCKE, John (1978a). *Carta Acerca da Tolerância*, São Paulo, Abril Cultural.
- LOCKE, John (1978b). *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, São Paulo: Abril Cultural.
- LOCKE, John (1978c). *Segundo. Tratado Sobre o Governo*, São Paulo: Abril Cultural.
- MACPHERSON, C. B. (1979) [1962]. *A teoria política do individualismo possessivo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MACPHERSON, C. B. (1978). *A Democracia Liberal - Origens e Evolução*, Zahar, Rio de Janeiro.

- MACPHERSON, C. B. (1979). *A Teoria Política do Individualismo Possessivo: De Hobbes a Locke*, São Paulo: Paz e Terra.
- MAGGIE, Yvonne (2005a). *Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol.20, nº 58, Junho.
- MAGGIE, Yvonne (2005b). *Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas*, Revista Horizontes Antropológicos, vol. 11, nº 23, Janeiro/junho.
- MARCONDES FILHO, C. (1986). *O capital da notícia (jornalismo como produção social da Segunda natureza)*. São Paulo: Ática.
- MARCONDES, Odino (1997). *Como Chegar à Excelência em Negociação*, Editora: Qualitymark.
- MARTINS, Sergio (1999). *Direito e legislação anti-racista*. Rio de Janeiro: CEAP.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1998). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, Karl. (1997). *O 18 brumário e cartas a kugelman*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- MARX, Karl. (1978). *Manuscritos econômicos- filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- MATTOSO, J (1999). *Produção e emprego: renascer das cinzas*. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis, Vozes.
- MELUCCI, Alberto (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*, Petrópolis, Editora Vozes. 2001
- MELUCCI, Alberto (1999). *Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia*. México D.F: El Colegio.

- MELUCCI, Alberto (1994). *Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?*. In: Laraña, Enrique & Gusfield, Joseph. *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la dentidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de (1993). *Princípio da Isonomia desequiparações proibidas e desequiparações permitidas*. Revista Trimestral de Direito Público, n.º 1.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de (2000). *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros.
- MELLO, Nilson (2005). *Como Gastar?* Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 14 de dezembro.
- MIGUEL, L. F (1998). *O campeão da união: o discurso de Fernando Henrique na campanha de 1994*. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, nova série, v. V, nº 1, p. 49-82, jan.-abr.
- MIGUEL, Luís Felipe (2003). *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*, Revista Sociologia e Política, nº 20, Junho.
- MILL, John Stuart (1995). *O governo representativo*. São Paulo: Ibrasa.
- MISES, Ludwig Von (1989). *Socialismo*. 3 ed. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- MISES, Ludwig Von (1990). *Ação humana: um tratado de economia*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- MOEHLECKE , Sabrina (2002). *Ação Afirmativa: História e debates no Brasil*, Cadernos de Pesquisa, nº 117, nov.
- MONTAÑO, Carlos (2002). *Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez.
- MORÃES, Rita (2004). *Cota discriminada*, Revista Istoé: Cidadania, 20 de outubro.
- MOURA, Clovis (1998). *Sociologia do negro Brasileiro*. São Paulo: Ática.

- NASCIMENTO, Antonio Luiz do (2003). *Cursinhos militantes: Ação Coletiva pela Democratização da Educação Superior*. Revista Espaço Acadêmico, nº 29: outubro.
- NETTO, J. P (1999). *FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras*. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: Balanço do governo FHC*, Petrópolis: Vozes.
- NOSELLA, Paolo (2002). *Qual compromisso político?: Ensaio sobre a educação brasileira pós-ditadura*. 2 ed. São Paulo: EDUSF
- NOZICK, Robert (1991). *Anarquia, Estado y Utopía*, México DF: FCE.
- OLIVEIRA, Edmundo (1994). *Crimes de corrupção*. Rio de Janeiro: Forense.
- OLIVEIRA, Fábio Risério Moura de (2003). *Relações Públicas e a comunicação na empresa cidadã* in Prêmio Ethos-valor disponível em [www.ethos.org.br/ethos-valor](http://www.ethos.org.br/ethos-valor) consultado em trinta de agosto.
- ORTIZ, Renato (Org.) (1994). Introdução. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- PAOLA, Heitor de (2005). *O eixo anti-liberal*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 23 de março.
- PAULANI, Leda Maria (2005). *Modernidade e Discurso Econômico*, Editora Boitempo.
- PAULANI, Leda Maria (2006). *O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses*. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- PIAGET, Jean (1973). *Estudos Sociológicos*, São Paulo: Companhia Editora Forense.
- PINTO, Louis (2000). *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- PVNC (1999). *Carta de Princípios do Pré-Vestibular para Negros e Carentes*, Rio de Janeiro, abril.
- PRUNES, Candido (2005). *Hayek: A História de um Nobel de Economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 28 de abril.
- RAMPINELLI, W.J.; OURIQUES, N.D. (orgs) (1997). *No fio da navalha - crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã.
- RATTNER, Henrique (2002). *Prioridade: construir o capital social*. Texto disponível em [www.abdl.org.br/rattner](http://www.abdl.org.br/rattner).
- RATTNER, Henrique (2006). *Assistencialismo ou inclusão social?*, Revista Espaço Acadêmico, nº 62, julho.
- REVISTA ADVIR (2005). *Cotas: um debate inconcluso*, Ed. ASDUERJ: Rio de Janeiro, 19 de Setembro.
- REYNAUD, J.D. Hommage a P. Bourdieu (2002). *Revue Française de Sociologie*, nº 1, janeiro – março.
- ROCHA, Carmem Lúcia Antunes (1996). *Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica*. Revista de Direito Administrativo Aplicado. n.º 10. jul – set: Gênese, p. 665.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (2006). *O governo Lula e os “movimentos sociais”*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2000). *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*, São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Milton (1998). *Ser intelectual na era da globalização*. In: Anais do IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Águas de Lindóia- SP.

- SANTOS, Renato Emerson dos (2003). *Agendas & Agências: a construção do movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. In: Oliveira, Iolanda & Silva, Petronilha B.
- SARTORI, G. (1989). *Videopolítica*. Rivista Italiana di Scienza Política: Roma, v. XIX, nº 2, p. 185-198, agosto.
- SARTRE, Paul (2000). *A náusea*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- SARTRE, Paul (2000). *O existencialismo é humanismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- SARTRE, Paul (1987). *Questões de Método*, São Paulo, Difusão Européia.
- SAYAD, J (1999). *A crise de janeiro de 1999*. In: Praga, nº 7, março.
- SCHILLING, Flávia (1999). *Corrupção: ilegalidade intolerável*. Comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: IBCCrim.
- SCHMIDT, Mário (2007). *História Crítica do Brasil*, Editora Novos Tempos.
- SCHÜTZ, Rosalvo (2001). *Limites da Emancipação Política*. In: CAMP. *Movimentos Sociais e Estado: Limites e Possibilidades*. Caderno de Debates no. 2. Porto Alegre. P. 83-101.
- SCHÜTZ, Rosalvo (2003). *Limites da Emancipação Política*. In: CAMP. *Para além da legalidade: A importância pedagógica dos Movimentos Sociais Populares*. Caderno de Debates no. 4. Porto Alegre. P. 83-101.
- SCHÜTZ, Rosalvo (2001). *Religião e Capitalismo: uma reflexão a partir de Feuerbach e Marx*. Porto Alegre: EDIPUCRS. Coleção Filosofia 126.
- SETTI, Ricardo (1989). *Collor faz ao vivo vídeoclip político*, Jornal do Brasil, 30 outubro.
- SILVA, Alexandre Vitorino (2002). *O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro*, Jus Navigandi, Teresina, nº 60, nov.
- SILVA, Raul Corrêa (2005). *Raízes da Corrupção: Falta ao Brasil, mais do que ética*, auditoria, Revista Consultor Jurídico, 19 de julho.

- SINGER, P (1999). *A raiz do desastre social: a política econômica de FHC*. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes.
- SMITH, Adam (1983). *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural.
- SOUSA, José Nilton de; RIBEIRO, Paulo César; ABOUD, Sérgio e CAMACHO, Regina (2004). *A Universidade e o Pré-Vestibular Popular*, Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro.
- SUÁREZ, Daniel. (1995). *O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública*. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo da Educação*. Petrópolis: Vozes. p. 253-270.
- TAVARES, Olga (1998). *Fernando Collor: o discurso messiânico: o clamor ao sagrado*. São Paulo: Annablume.
- TOMMASI, L. Ward de, J. & HADDAD (2000). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, São Janeiro: DP&A.
- TOURAINÉ, Alain (1994). *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Jean Piaget.
- TOURAINÉ, Alain (1999). *Como Sair do Liberalismo*, Lisboa, Terramar.
- TOURAINÉ, Alain (1995). *La producción de la sociedad*, México, IISUNAM.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA (2006). *Apelação Cível, nº 2005.001.23440*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Diogo Siqueira Nogueira. Relator: Desembargadora Odete Knaack de Souza. Rio de Janeiro, 24 de janeiro.
- UNESCO (Portugal) 1996. *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. 2. ed. Porto, 256 p.
- V. LUFT, Celso Pedro (1995). et. al. *Dicionário brasileiro globo*. São Paulo: Globo.

- VASCONCELLOS, Celso dos S (2000). (Des) *Alienação do Cotidiano Escolar*, Revista de Educação AEC, Brasília, 117: 9-28, out/dez .
- VASCONCELOS, Maria Drosila (2002). *Pierre Bourdieu: a herança sociológica*, Revista Educação e Sociedade, vol.23 , nº.78 Campinas, abril.
- VIDIGAL, Antônio Carlos (2005). *Lula e a Ética*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 15 de julho.
- VIEIRA, Luiz Vicente (1997). *A Democracia em Rousseau: a recusa dos pressupostos liberais*. Porto Alegre: EDIPUCRS. Coleção Filosofia 52.
- VIEIRA, Luiz Vicente (2001). *Movimentos Sociais e Governo Popular: Os desafios dos movimentos sociais frente à ocupação dos espaços político-institucionais*. In: CAMP. *Movimentos Sociais e Estado: Limites e Possibilidades*. Caderno de Debates no. 2. Porto Alegre.
- ZANIRATTI, José Augusto (2003). *Movimento comunitário em Porto Alegre (Parte I e II): Em busca de seu novo papel desde 1990*. Texto (Vol. 2, nº 1 (2) – páginas 75 – 91) disponível na Internet em janeiro de 2004, no site: [http: www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br).